

***DA DESESTALINIZAÇÃO À QUEDA DO MURO:
ELITES POLÍTICAS DE TOPO NA CHECOSLOVÁQUIA, HUNGRIA E POLÓNIA
(1956-1989)***

Ana Filipa dos Santos Guardiã

**Dissertação de Mestrado em
Ciência Política e Relações Internacionais
Área de Especialização em Ciência Política**

Setembro, 2012

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais – Área de Especialização em Ciência Política, realizado sob a orientação científica de Pedro Tavares de Almeida.

*A todos os que vivem ou já viveram
subjugados a um poder autoritário.*

AGRADECIMENTOS

O sentido de agradecimento está inerente a toda a investigação e esta dissertação encontra-se, sem dúvida, por ele suportada, com a consciência de que sem o contributo de muitos, ela não seria possível.

À Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, ao Departamento de Estudos Políticos pela diversidade de oferta letiva e pelo grupo de docentes dedicados tanto às ciências sociais, como aos seus discentes, e aos institutos de investigação que todos os anos apostam em novos investigadores.

Ao Professor Doutor Pedro Tavares de Almeida, na qualidade de meu orientador, por todo apoio e paciência dedicados a esta dissertação, pelos sábios conselhos e, acima de tudo, pela aposta na minha pessoa enquanto aluna e no meu trabalho enquanto inicianda na investigação.

Aos Professores Doutores Tiago Roma Fernandes e Rui Branco pelo auxílio no meu trajeto enquanto aluna e assistente de investigação, pelas brilhantes deduções e críticas levantadas ao meu trabalho e pela disponibilidade incansável.

À Professora Doutora Cristina Montalvão Sarmento que me acolheu nos primeiros passos na área de investigação, enquanto Bolseira de Introdução à Investigação, por me ter transmitido a importância de colocar a realidade em causa e procurar respostas recônditas por detrás do véu do que nos é dado como garantido.

À Embaixada da Polónia em Lisboa, por me ter proporcionado um impulso, de outra forma impossível, para o contacto direto com a realidade estudada e por todo o apoio disponibilizado durante a viagem a Varsóvia e Gdańsk.

Às bibliotecárias da Biblioteca Nacional da Polónia pela amabilidade e predisposição para elucidar uma estudante estrangeira e guiá-la nos corredores de uma instituição labiríntica e repleta de conhecimento.

A investigação é um processo solitário que coloca o investigador dentro de uma redoma impercetível para o mundo exterior. É um processo egoísta em termos de tempo e

dedicação para com os outros desde que se torna numa prioridade claramente desafiadora e estimulante. É um percurso que afasta aquelas que são as considerações mais mundanas do pensamento, substituindo-as por momentos de incerteza e clareza, paixão e arrebatamento, método e ambição. É, por isso, uma parte da história do cientista social em que, ao se dedicar ao mundo que o rodeia, se acaba por afastar do mesmo, não só objetivamente, como é necessário para a investigação, mas de forma carnal, na medida que parece não existir para lá das portas do seu habitat.

Desta forma, é necessário agradecer sinceramente a todos aqueles que não olvidaram a minha existência enquanto me recolhia no meu mundo interior, pela paciência e apoio incondicional demonstrados, pelo carinho, pela compreensão.

Importa, assim, agradecer aos meus familiares, pelos valores transmitidos, principalmente pelo respeito perante o outro, pela justiça, pela lealdade. De entre todos, especial menção aos meus pais que se viram confrontados com este meu mundo há já largos anos e que sempre fizeram um esforço para o compreender, sempre me incentivaram a crescer dentro e fora dele. Pelos conselhos inestimáveis, pelo amor demonstrado mesmo quando ausentes, por tornarem o sonho realizável. Porque acima de tudo nunca desistiram de acreditar em mim, principalmente nos momentos em que eu própria colocava tudo em causa e me refugiava numa realidade perigosamente isolada.

Aos amigos que me apoiaram nesta jornada e que sempre estiveram presentes com um sorriso e uma palavra de conforto e de lucidez nos momentos mais angustiantes.

À Patrícia pela disponibilidade e paciência, pelas palavras amigas e conselhos, pelo tempo despendido comigo neste último verão.

À Maria, ao Frederico, ao António e à Marta pela amizade, pelas discussões, por me deixarem aprender com eles e quererem aprender comigo.

Aos D's da minha vida: Daniela e David, por todos estes anos de cumplicidade quase telepática. Por serem aqueles que estão sempre presentes, o principio, o meio e o fim. Pelo perdão, pelo amor. Por, no fundo, me demonstrarem todos os dias o verdadeiro significado da amizade, insistindo na partilha.

A todos agradeço sinceramente.

RESUMO

DA DESESTALINIZAÇÃO À QUEDA DO MURO: ELITES POLÍTICAS DE TOPO NA CHECOSLOVÁQUIA, HUNGRIA E POLÓNIA (1956-1989)

Ana Filipa dos Santos Guardião

O final da década de 80 trouxe uma nova etapa para a história da Europa. A queda do Muro de Berlim, o símbolo mais explícito das transformações no Centro e Leste europeus, concretizou aos olhos do mundo as mudanças profundas nas esferas política, económica e social, ocorridas do lado de lá da *Cortina de Ferro*. Estas transformações e as suas causas são objeto de estudo da presente dissertação, com enfoque nas Repúblicas Socialistas da Checoslováquia, Hungria e Polónia, com especial focagem nas elites políticas, sua composição, formas de liderança e tomada de decisão. Importa, sobretudo, compreender os fatores que vieram determinar os diferentes modelos de transição democrática nestes três Estados, quer no plano interno, como no plano internacional. A dissolução do Bloco Soviético, iniciada a 6 de fevereiro de 1989, na Polónia, e que rapidamente se alastrou para os restantes Estados do Pacto de Varsóvia, tem tido especial destaque no estudo das transições democráticas. A presente investigação pretende construir uma ponte entre a estrutura dos regimes comunistas, os seus atores e a conjuntura crítica de finais da década de 80.

PALAVRAS-CHAVE

Elites políticas de topo, legitimidade, liderança, tomada de decisão, transição democrática

ABSTRACT

FROM DESESTALINIZATION TO THE FALL OF THE WALL: POLITICAL POWER ELITE IN CZECHOSLOVAKIA, HUNGARY AND POLAND (1956-1989)

Ana Filipa dos Santos Guardiã

The end of the 80s brought a new era to the European history. The fall of the Berlin Wall, the most explicit symbol of the transformations occurred in East-Central Europe, materializing to the world the profound changes in the political, economical and social arenas on the other side on the *Iron Curtain*. These transformations and their causes are the object of this dissertation, with emphasis on the Socialist Republics of Czechoslovakia, Hungary and Poland, with special focus on the political elites, their composition, models of leadership and decision making. It matters, mostly, to understand the internal and international factors that came to determine the different models of democratic transitions in these three states. The dissolution of the Soviet Block, initiated on the 6th February 1989, in Poland that quickly spread throughout the Warsaw Pact states has become an important object in the study of the democratic transitions. This investigation intends to build a bridge between the communist regimes' structure and its actors, and the critical juncture of the end of the 80s.

KEYWORDS

Power elite, legitimacy, leadership, decision making, democratic transition.

ACRÓNIMOS

CoCom – Comité de Coordenação para o Controlo das Exportações Multilaterais

CMEA – Conselho para Assistência Económica Mútua

K231 – Clube 231

KAN – *Klub Angazovanyh Nestraniku* (Clube dos Compromitentes Apartidários)

- (Partido Comunista da
União Soviética)

KS – *Komunistická Strana eskoslovenska* (Partido Comunista da Checoslováquia)

KSS – *Komunistická Strana Slovenska* (Partido Comunista Eslovaco)

MDP – *Magyar Dolgozók Pártja* (Partido dos Trabalhadores Húngaro)

MKP – *Magyar Kommunista Párt* (Partido Comunista Húngaro)

MSzMP – *Magyar Szocialista Munkáspárt* (Partido Socialista Operário Húngaro)

MSZP – *Magyar Szocialista Párt* (Partido Socialista Húngaro)

NME – Novo Mecanismo Económico

ONU – Organização das Nações Unidas

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PPR – *Polska Partia Robotnicza* (Partido dos Trabalhadores Polacos)

PPS – *Polska Partia Socjalistyczna* (Partido Socialista Polaco)

PZPR – *Polska Zjednoczona Partia Robotnicza* (Partido Operário Unificado Polaco)

RDA – República Democrática Alemã

RFA – República Federal Alemã

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

«It is, no doubt, the case that the misuse of his [Marx] doctrine by impatient revolutionaries who failed to understand them, or deliberately misunderstood them, led straight on to the totalitarian form of Communist rule as we know in this century. But to trace origins of totalitarian doctrine to Marx is once again to do violence to intellectual history.»

Leonardo Shappiro, (1972), p. 83.

ÍNDICE

Introdução	1
I. Edifício Histórico e Político	10
I.1. Plano Arquitetónico – Estratégia Soviética e Tomada de Poder	11
I.2. Estalinismo e Divisões no Poder	15
I.3. Legitimidade e Manutenção do Poder	18
II. Montando a Fachada – As Elites de Topo.....	21
II.1. Liderança e Sucessão das Elites de Topo – Politburo e Secretariado	23
II.2. Desmontando o Edifício do Poder	56
II.2.1. Duração de Mandatos	56
II.2.2. Participação das Mulheres nos Órgãos Máximos de Decisão Partidária	58
III. Analisando Patamares – Interação entre as Elites do Partido e do Estado	61
III.1. <i>Outsider?</i> – Importância do Governo	62
III.2. Ligações entre Patamares – Influências	63
III.3. Ligações entre Patamares – Sobreposição de Funções	67
III.4. Patamares em Conflito – Partido e Estado.....	70
IV. Abanando Alicerces – Reformas de Experimentação.....	76
IV.1. Economia de Industrialização e Coletivização	77
IV.2. Novas Linhas Reformistas da Década de 60	79
IV.3. Relações Económicas Internacionais – O Papel da CMEA.....	82
IV.4. Comércio Externo	84
IV.5. Desmoronamento Económico.....	86
V. Arquitetura Planificada	92
V.1. Polónia	95

V.2. Hungria.....	97
V.3. Checoslováquia	101
VI. Novas Arquiteturas de Liderança	105
IV.1. Abertura ao Ocidente e Novas Lideranças	105
IV.2. Crise Económica e Mudanças em Moscovo	108
IV.2. Do Esquisso ao Complexo.....	112
Conclusão	115
Anexos.....	120
Bibliografia.....	140

INTRODUÇÃO

«En chaque action, il faut regarder, outre l'action notre état present, passé, future et des autres à qui elle importe et voir les liaisons de toutes les choses.»

Pascal, *Pensées*, VII, p. 505.

A 6 de fevereiro de 1989, em Varsóvia, tiveram início as discussões entre o Partido Operário Unificado Polaco (*Polska Zjednoczona Partia Robotnicza*, PZPR), a Plataforma Sindical Solidariedade (*Solidarno*) e outros grupos sociais sobre o futuro político da Polónia. O pacto acordado entre todas as partes presentes nas designadas negociações de mesa redonda – onde o PZPR continuaria a dominar a cena política apesar de admitir eleições livres – estava, no entanto, longe de antecipar o que viria a ser o desenvolvimento político na Polónia nos anos seguintes.

Dias antes, a 28 de janeiro, Imre Pozgay, líder da facção reformadora moderada dentro do Partido Socialista Operário Húngaro (*Magyar Szocialista Munkáspárt*, MSzMP) pedia, numa transmissão de rádio, a formação de um sistema multipartidário na Hungria, sistema este que seria aprovado nas semanas seguintes pelo Comité Central do MSzMP. As negociações para a convocação de novas eleições, com a participação tanto do MSzMP como dos grupos de oposição, e formação de um novo governo, iniciar-se-iam em março desse ano.

Nos primeiros dias de dezembro de 1989, o Partido Comunista da Checoslováquia (*Komunistická Strana eskoslovenska*, KS) declarava que a invasão dos países do Pacto de Varsóvia tinha sido errada e que um novo governo e programa de ação seriam estabelecidos. No entanto, e devido ao alargado período de *Normalização*, a oposição considerava inadmissível que o governo fosse totalmente comunista. A 8 de dezembro, um Governo de Entendimento Nacional era anunciado e dois dias depois o Presidente da Checoslováquia, Gustav Husák, símbolo da coesão comunista, pedia a demissão, sendo substituído pelo homem que simbolizava a dissidência anticomunista, Václav Havel.

Os dias que marcaram a transformação destes três Estados de regime comunista de partido único em novas democracias colocaram as suas elites políticas de topo no

centro do problema político e, conseqüentemente da sua resolução. No entanto, a natureza destas transformações não foi de forma alguma similar de caso para caso. A Hungria passou por um conjunto de iniciativas de abertura política, iniciadas ainda em 1987, que culminaram nas negociações para a transição de regime. Na Polónia imperava um regime de cariz militar sob a égide do PZPR desde 1981, que tinha começado a dar sinais de abertura em 1986, mas que nunca aceitara, nem nas negociações de 1989, abdicar do controlo político do país. Finalmente, na Checoslováquia, ao contrário das elites húngara e polaca, que optaram pela negociação com a oposição, os líderes do KS insistiram na manutenção do sistema ortodoxo e o regime acabou por colapsar, retirando a elite comunista do controlo do Estado. Não é abordada, neste estudo, a transição para a democracia da República Democrata Alemã (RDA) já que, o processo neste Estado implicou a intervenção direta dos líderes da República Federal Alemã, um fator único neste caso. E, como na presente investigação o que se procura verificar é o porquê de, havendo fatores transversais de influência, os Estados adotaram diferentes modelos na transição para a democracia, este caso não foi considerado.

Como vários estudiosos da conjuntura de transformação nesta região já demonstraram (Dogan e Higley, 1998; Higley e Lengyel, 2000; Higley, Pakulski e Wesolowski, 1997; Linz e Stepan, 1996), os processos de transição para a democracia nestes três Estados foram dominados pelas interações dentro da elite comunista no poder e desta última com os grupos dissidentes. A sua luta pela permanência no poder determinou os eventos de 1989 e, por isso, serão as elites comunistas o objeto da presente investigação.

Os processos que iniciaram a transição para a democracia nestes e noutros países da Europa Central e de Leste e o desmembramento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que resultou, em alguns dos Estados que a compunham, na emergência de regimes democráticos, foram já alvo de extensas análises.

A vasta literatura existente nesta matéria tende a centrar-se, contudo, nos anos imediatamente anteriores às transições e nas conseqüências destas últimas. Para além disso, existem vários estudos que abordam a problemática das elites durante o período de supremacia comunista no bloco de influência soviética (Taborski, 1961; Avtorkhanov, 1967; Farrel, 1970; Szulc 1971; Bethel, 1972; Bromke e Strong, 1973; Volgyes, 1978; Rupnik, 1981; Waller, 1981; McCuley e Carter, 1986) mas que são datados das décadas de 70 e 80 e que, por isso, não permitem uma visão alargada dos

processos de mudança a longo prazo e, conseqüentemente, das causas mais alargadas da queda dos regimes comunistas e da complexidade destes processos como um todo.

Finalmente, pode ser encontrada uma série de estudos de caso que analisam as elites comunistas em vários períodos, nos quais estão também integradas as transições para a democracia, mas que não contemplam uma análise comparada.

Deste modo, o presente estudo visa uma análise alargada e aprofundada das movimentações e, conseqüente evolução das elites comunistas de topo de três Estados satélites da URSS – a Checoslováquia, a Hungria e a Polónia – comparando os três casos num período alargado de tempo que, depois de uma exploração da literatura existente, se crê que deve ter início no princípio do designado *período de desestalinização*, por ser o ponto de partida para uma maior autonomia destes Estados face a Moscovo, e que finda exatamente, no processo de transição democrática, isto é, de 1956 a 1989.

O objetivo será, por isso, verificar quais as alterações de comportamento das elites comunistas de topo face às diferentes conjunturas sociais e económicas que ao longo do tempo se vão verificando, tanto em termos de políticas adotadas, como no respeitante ao recrutamento de novos atores para o centro do poder comunista, por forma a compreender a evolução destes regimes até às conjunturas críticas que conduzem às transições para a democracia.

No período estudado – 1956 a 1989 –, os regimes políticos da Polónia, Hungria e Checoslováquia conheceram um contexto internacional muito específico. Após o final da II Guerra Mundial o cenário internacional era caracterizado pelas influências de uma moldura bipolar onde o Ocidente e Leste Europeus se viam divididos entre duas grandes esferas de influência, ditadas pelas conferências de Potsdam e Ialta.

A Ocidente dominava uma cultura democrática e uma experiência de construção do Estado Providência, cuja economia de mercado era pautada por relativa liberdade. Para além disso, iniciava-se a construção de um mercado comum europeu e de uma plataforma de defesa comum entre os Estados do Ocidente com a formação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

No Leste Europeu assistia-se à edificação do Bloco Soviético, onde dominavam os sistemas de estrutura política e económica comunista, dependentes do centro moscovita, e onde estavam presentes duas organizações homólogas àquelas do

Ocidente: a aliança militar do Pacto de Varsóvia e o Conselho para Assistência Económica Mútua (CMEA). A pertença dos três Estados em análise à esfera de influência do Bloco Soviético coloca o investigador face a uma moldura complexa de estruturas institucionais e de interação entre os atores políticos. Assim, os desenvolvimentos a nível nacional necessitam de estar integrados num contexto mais alargado de interdependência ao nível externo, cuja força centrípeta se situa em Moscovo.

Importa por isso indagar: *Qual a influência das elites políticas de topo, quer ao nível de recrutamento, quer ao nível de políticas, no colapso dos regimes comunistas e na transição para regimes democráticos?* Paralelamente, é necessário compreender como era caracterizada a liderança de tipo comunista. Em particular, qual o tipo de relações que estas elites tinham com o centro do Bloco Soviético. Mais adiante, no corpo desta dissertação, procura-se analisar em que medida foram as políticas económicas e suas consequências sociais determinantes para os vários tipos de resolução dos acontecimentos em 1989. E ainda, se houve a noção por parte das elites políticas de topo de que era necessária uma reforma no sentido democratizante e de eficiência económica ou se foram estas elites surpreendidas pelo desencadear dos acontecimentos em 1989.

Pretende-se, assim, tentar compreender tanto as decisões tomadas por parte da elite política de topo que levaram à manutenção ou alteração dos modelos de comportamento dessa mesma elite, o tipo de políticas por estas adoptadas, bem como os factores estruturais que impeliram a essa mesma tomada de decisão.

As explicações das transições democráticas encontram-se divididas entre estas duas abordagens. No entanto, ao longo do tempo, o modelo de explicação que coloca os agentes políticos no centro da análise (DiPalma, 1990; Przeworski, 1991; Higley e Günter, 1992; Higley e Dogan, 1998; Hayden, 2006) tem vindo a ganhar terreno face às explicações estruturalistas (Lipset, 1959; Gabriel Almond e Sidney Verba, 1963; Huntington, 1991) conotadas, muitas das vezes, com um certo determinismo.

Os clássicos das transições de regime que advogam uma abordagem estruturalista, como Seymour Martin Lipset e Samuel Huntington, identificam a modernização e o desenvolvimento económico como estando associados com a democratização (Lipset, 1959; Huntington, 1991). Uma outra contribuição importante foi a de Gabriel Almond e Sidney Verba (1963) que colocaram o conceito de cultura

política enquanto força por detrás da estabilidade democrática, introduzindo um mediador cultural entre os processos sociais e a esfera política. Deste modo, e segundo esta abordagem, os agentes políticos vêm-se colocados em segundo plano, sendo os ambientes socio-económicos os factores explicativos que melhor que determinam o comportamento daqueles.

Pelo contrário, Adam Przeworski (1991) veio criticar o método utilizado pela abordagem comparativa macro-histórica e sociológica, defendendo que resultados de base indutiva são unicamente determinados por condições pré-existentes, pelo que a história decorre sem dar qualquer papel aos actores políticos¹. Para além disso, tem sido defendido que a correlação de variáveis socio-económicas e culturais com processos de democratização subestimam a possibilidade de que a relação se dê inversamente (Hayden, 2006). As transições para a democracia na Europa Central e de Leste provaram ser particularmente problemáticas para os defensores da abordagem estruturalista.

As propostas de análise dos modelos de transição democrática têm vindo a recuperar o papel dos actores políticos. Tal é evidenciado nos estudos de Juan Linz e Alfred Stepan (1978, 1996), que consideram que as condições estruturais são necessárias, mas não suficientes para que uma democracia sobreviva, sublinhando a importância da liderança, das instituições e sistemas de crença para a estabilidade democrática; do mesmo modo, Guillermo O'Donnell e Phillippe C. Schmitter destacam:

«... o elevado grau de indefinição embutido em situações onde acontecimentos inesperados (fortuna), informação insuficiente, escolhas apressadas e audaciosas, confusão acerca de motivos e interesses, plasticidade e até a indefinição de identidades políticas, bem como o talento de indivíduos específicos, são frequentemente decisivos na determinação de resultados» (O'Donnell e Schmitter, 1986, p.5).

Não só recuperando os actores, mas levando-os para o centro da discussão, Giuseppe DiPalma (1990) caracterizou a democratização como «crafting» de alianças

¹ No original: «The method characteristic of this approach is to associate inductively outcomes, such as democracy or fascism, with initial conditions, such as agrarian class structure. In this formulation the outcome is uniquely determined by conditions, and history goes on without anyone ever doing anything.», Przeworski, *Democracy and the Market*, p. 96. Ver também Colomer (2000).

no processo de transição. Por sua vez, John Higley e Richard Gunter (1992) atribuíram a consolidação democrática ao ajustamento e convergência das elites. Na mesma linha, Higley e Mattei Dogan (1998) defendem que as crises político-sociais são a «certidão de nascimento» de muitos regimes políticos, e que é principalmente nestes momentos que as elites políticas têm maior autonomia e espaço de manobra. Para os dois autores:

«... a ideia de que os regimes emergem a passo com mudanças de condições económicas, crença das massas, culturas políticas, e outros processos glaciares de maturação social, ignora a importância seminal de crises repentinas e dramáticas na formação de regimes e na forja das histórias políticas nacionais» (Higley e Dogan, 1998, p.3).

Os especialistas que se focam no papel das elites enquanto determinante para o desenvolvimento do processo de transição para a democracia, advogam que os tipos de elites existentes e os modelos de transição para a democracia divergem entre os vários casos nacionais. Este facto deve-se, em parte, às reformas operadas dentro dos partidos comunistas, afetando, por isso, o governo e a forma que estes órgãos lidaram com as questões sociais, políticas e económicas do regime autocrático (Szalai *in* Szelényi e Szelényi, 1995; O’Neil, 1996; Machonin e Tucek, 2000; Adam e Tomšič, 2002; Grzymała-Busse, 2002; Eyal, 2003; Hayden, 2006).

Assim, a análise das transições para a democracia necessita de estar centrada naquele que é o comportamento das elites políticas pré-revolucionárias e na perceção destas elites das mudanças que estão a acontecer na sociedade (Volgyes, 1978; Hayden, 2006). No entanto, qualquer análise das elites políticas está incompleta sem uma perspectiva que englobe também o legado histórico que vem enformando um determinado tipo de comportamento dos atores (Saxonberg, 2001) e factores externos, sobretudo, no que diz respeito à influência da URSS (Lane, 2011; Volgyes, 1978).

Se os actores políticos passam a estar no centro da análise, é imperativo compreender quem são estes agentes, qual o seu papel, e que tipo de interações desenvolvem. Assim, a presente investigação estará centrada em dois conceitos-chave: *elite política de topo* e *liderança*.

A definição do conceito de elite mais considerada na literatura que se debruça sobre a Europa Central e de Leste é aquela elaborada por Michael Burton e John Higley

(1987) em que a elite é composta de detentores de posições estratégicas em organizações e movimentos poderosos, incluindo aqueles que são dissidentes, que têm a capacidade de afetar e regular significativamente os resultados políticos nacionais (Burton e Higley, 1987; Higley, 2007).

Para além desta definição John Higley, Jean Pakulski e Włodzimierz Wesołowski (1998) defendem que existem quatro tipos de elites dentro de parâmetros de unidade e diferenciação: elites consensuais (caracterizadas por grandes níveis de diferenciação e unidade); elites de unidade ideocrática (apresentam grandes níveis de unidade e fraca diferenciação); elites fragmentadas (com um baixo nível de unidade e grande diferenciação); e elites divididas (baixos níveis de unidade e diferenciação) (Higley, Pakulski e Wesołowski, 1998; Higley e Lengyel, 2000; Higley, 2007).

No entanto, é necessário referir que a definição apresentada por Higley e Burton (1987) não é restrita à elite política, abrangendo também a elite económica e cultural e, na presente investigação importa uma focagem mais direcionada para a elite política no *stricto sensu*. Um contributo incontornável para o estudo da elite política envolta no conceito de poder é o de Robert D. Putnam, para quem o poder significa a «probabilidade de influenciar as políticas e atividades do Estado» (Putnam, 1976, p.6).

Para a presente investigação, importa concentrar a análise na elite política e, em particular, tomando em consideração a definição de poder de Putnam e as características dos regimes comunistas, na designada *elite política de topo*. Os regimes comunistas de cariz autocrático são caracterizados pela existência de um partido político comunista dominante e extremamente hierarquizado, onde domina o designado centralismo democrático (White, Gardner, Schöpflin e Saich, 1990). Devido a este sistema de interação, o poder de influenciar as políticas e atividades do Estado fica restrito a um número escasso de indivíduos que ocupam os mais altos cargos dentro da máquina partidária e que compõem o Politburo (ou Presidium) e o Secretariado, detendo muitas das vezes posições sobrepostas no partido e no aparelho de Estado (Putnam, 1976). Para além disso, o papel de recrutamento das elites neste tipo de sistema político fica também a cargo destes indivíduos e, especialmente, do Secretário-Geral do Partido Comunista que ocupa a posição central e mais importante na hierarquia de poder (Putnam, 1976; Miller, 1989).

Por conseguinte, o presente estudo centrar-se-á nos indivíduos que compõem o Politburo, o órgão máximo de poder dentro destes regimes, já que é nele que estão

presentes os atores-chave detentores de influência sobre as esferas económica, político-administrativa e militar e no Secretariado, órgão que tinha grande influência no fluxo de informação que era dirigida ao órgão de decisão. Assim, pretende-se trabalhar a *power elite* comunista (Mills, 1956).

O conceito de *liderança* representa outra ferramenta de trabalho determinante para a presente análise. É necessária, no entanto, uma clara distinção deste conceito daquele que é o de elite, já que os dois estão presentemente banalizados e, nos dias que correm, são utilizados tanto nos *mass-media* como no senso comum de forma ambígua e intermutável. Assim, se a elite política representa os atores que têm o poder de influenciar as políticas e atividades do aparelho de Estado, a liderança refere-se ao exercício do poder para conduzir os outros em ação coletiva (Fukai e Fukui, 1992). A operacionalização deste conceito – *liderança* – permitirá compreender, não só *quem*, isto é, a elite política de topo, mas também o *como*, ou seja, a forma como as decisões políticas são tomadas.

Será então desenvolvida uma metodologia de análise comparativa que irá centrar-se na elite política de topo, relacionando os atores com desenvolvimentos socioeconómicos e institucionais, bem como as políticas adotadas, tanto ao nível doméstico, como internacional, no período de 1956-1989. A abordagem adotada será diacrónica, pois julga-se necessária a construção de uma ponte entre fatores estruturais e decisões tomadas na conjuntura especial do final da década de 80.

Da idealização de uma estrutura à sua concretização e posterior manutenção, o sujeito depara-se com uma complexidade de fatores que influenciam o rumo do projeto e, conseqüentemente, alterar o seu resultado final. Com a presente análise pretende-se, essencialmente, compreender como surgiu o edifício comunista nestes Estados da Europa Central: a sua arquitetura, o seu plano de construção, e os alicerces, fachada e patamares que o compõem, para depois desconstruir esse mesmo edifício e detetar quais as falhas que contribuíram para a sua ruína. Os capítulos da presente dissertação acompanham, por isso, esse período de existência do edifício comunista até ao seu ponto de rutura, procurando nas suas páginas uma compreensão efetiva de todos dos elementos fulcrais a este desfecho.

Apresentar-se-á, em primeiro lugar, um capítulo de enquadramento histórico e político que espelhará as características do sistema político deixadas pelo período estalinista nos três países; segue-se um capítulo dedicado às movimentações de atores

dentro dos órgãos de decisão e aos tipos de liderança surgidos; o terceiro capítulo abordará a relação entre os órgãos de poder partidário e o órgão executivo estatal para compreender as interações na forma de execução da política; o quarto capítulo será dedicado à evolução destes regimes em termos de políticas económicas dentro da CMEA; o quinto e sexto capítulos tentam compreender as relações das elites políticas de cada um dos Estados com Moscovo, num cenário internacional mais globalizante; finalmente será apresentada uma reflexão conclusiva com o desenvolvimento de hipóteses explicativas. Serão ainda apresentados dois anexos à investigação, em que o primeiro será composto por tabelas de leitura e o segundo por tabelas de análise. Por fim, importa referir que a tradução das citações é da inteira responsabilidade da autora.

I. EDIFÍCIO HISTÓRICO E POLÍTICO

«Staline nous invita ensuite à dîner. Nous nous arrêtables devant une carte du monde sur laquelle les territoires de l'Union soviétique étaient coloriés en rouge, ce qui, de façons très frappante, faisait apparaître l'URSS beaucoup plus étendue que si elle avait été présentée autrement. Staline promena sa main au-dessus de la tache rouge et, se référant à ce qu'il venait de dire quelques instants auparavant contre les Britanniques et les Américains, il s'écria: "Jamais ils n'accepteont qu'un espace aussi grand puisse être rouge. Jamais! Jamais!"»

Rencontre la veille du débarquement de Normandie racontée par Milovan Djilas, envoyé spécial de Tito, in Djilas, M., (1962).

O desfecho da II Guerra Mundial trouxe consigo consequências determinantes para os Estados europeus a leste do Elba. Dos Acordos de Paz assinados pelas grandes potências – Estados Unidos da América, Grã-Bretanha e Rússia – resultaram os destinos dos territórios libertados pela União Soviética, de entre os quais os dos Estados em análise na presente investigação – Polónia, Hungria e Checoslováquia.

Foi em Ialta que a Polónia, Hungria e Checoslováquia caíram sob controlo soviético. Os três Estados não faziam parte da URSS, mas teriam um papel determinante para assegurar a imutabilidade do seu território. As suas novas fronteiras, mais do que delimitações de territórios nacionais, marcavam a linha de divisão entre o Ocidente e Leste europeus, a partir daí adjudicados à esfera de influência das potências americanas e soviética, respetivamente.

A subsequente alienação dos Aliados ocidentais face à continuada ocupação militar soviética nestes Estados, aos novos regimes políticos aí impostos, e à forma como os novos órgãos de poder foram estabelecidos, bem como às políticas adotadas, tornou impossível aos agentes nacionais a tentativa de oferecer resistência ao poder estalinista. Assim, relativamente a estes países, "Ialta" acabou por se tornar símbolo de um processo arbitrário de tomada de decisão por detentores de poder distantes, desinteressados das nações e povos cujo destino estava a ser decidido (Lewis, 1994).

I.1. Plano Arquitetónico – Estratégia Soviética e Tomada de Poder

As realidades checoslovaca, húngara e polaca eram bastante distintas no imediato pós-guerra e o seu papel estratégico nos planos da União Soviética ditaria a forma como os novos regimes destes Estados iriam ser instituídos. Estaline tinha uma visão conservadora da segurança, baseada em Estados tampão, onde os países da Europa Central tinham um papel fulcral e, por isso, não considerou suficiente que estes Estados adotassem uma postura neutra face à URSS. Era vital uma vinculação mais vantajosa, de forma a assegurar o apoio dos mesmos à visão política e estratégica soviética. Deste modo, dois fatores surgiram como determinantes: uma mudança estrutural das sociedades «feudais» e «burguesas» destes países, que seria efetuada pela adoção de regimes de carácter comunista; e a presença do Exército Vermelho na região, que asseguraria, tanto a execução destas medidas, como a aceitação por parte do Ocidente da extensão do poder comunista a estes territórios.

De entre os três Estados, a Polónia foi aquele onde se concentraram as maiores preocupações de Estaline. Após o armistício, a União Soviética manteve a maior parte dos territórios que havia ocupado em 1939, pela assinatura do Pacto Molotov-Ribbentrop, e as novas fronteiras polacas a oriente ficariam delimitadas pela reabilitada Linha de Curzon². Para além disso, à Polónia caberiam ainda os territórios recuperados à Alemanha, onde mais de um milhão de polacos das áreas de ocupação soviética foram realojados. À delicada questão fronteiriça somavam-se duas outras questões melindrosas para os planos de Estaline: a primeira, era relativa à existência de um governo polaco legítimo exilado em Londres, ativo na oposição à ocupação soviética do país; a segunda, remetia para a sua decisão de dissolução do Partido Comunista Polaco em 1938 (Lewis, 1994, p.42), comprometendo a base eleitoral do partido e promovendo a desconfiança dos comunistas que haviam permanecido no país, o que colocava as relações polaco-soviéticas numa zona cinzenta.

² A Linha de Curzon foi estabelecida, com algumas pequenas variações, ao longo da antiga fronteira entre o Reino Prussiano e o Império Russo (acordada em 1797), depois da terceira partição da Polónia. Ao longo de grande parte do seu comprimento, a linha respeitava divisões étnicas. Assim, a Oeste da fronteira concentrava-se a maioria polaca e, a Este, áreas habitadas por ucranianos, bielorrussos, polacos, judeus e lituanos.

Desta forma, o líder da URSS teve de tomar medidas extraordinárias para garantir que o Estado polaco se manteria sob o seu controle. A 22 de julho de 1944, um grupo de comunistas polacos, sob a alçada de Estaline, publicou em Moscovo um manifesto político afirmando-se enquanto Comité Político de Libertação Nacional. Prontamente, Estaline certificou-se que seriam estes os indivíduos que liderariam a Polónia e, em Ialta, o comité foi reconhecido como governo provisório do país. O Exército Vermelho foi também mantido no território para garantir a estabilidade do governo, mas a sua atuação repressiva, aliada à tentativa de coletivização da agricultura, veio desencadear tumultos principalmente por parte do campesinato que, apoiado pelos maiores partidos concorrentes do Partido dos Trabalhadores Polacos (*Polska Partia Robotnicza* – PPR), resistia às políticas de nacionalização da terra.

A instabilidade no país perdurou por mais três anos e só nas eleições de 1947, com a formação de uma coligação alargada entre os comunistas, socialistas, democratas e pequenas organizações sindicais, o PPR pôde afirmar definitivamente o seu controlo sobre o Estado.

A estratégia da URSS face à Hungria foi mais ambígua. Estaline não tinha a certeza de que a poderia manter na órbita da URSS e submetida à política comunista. Em meados de outubro de 1944 chegou mesmo a sugerir a Churchill que os aliados ocupassem territórios húngaros e que partilhassem a sua libertação com a URSS. E, não fosse a mudança de posição face aos soviéticos por parte de Miklós Horthy, regente do governo durante a guerra, Estaline contentar-se-ia em conceder-lhe a governação do país em vez de apostar no Partido Comunista Húngaro (*Magyar Kommunista Párt* – MKP). Assim, na formação do governo provisório de coligação na Hungria, os comunistas ocupavam uma percentagem insignificante e as políticas moderadas por este adotadas, bem como o carácter da presença militar soviética no país, espelhavam a incerteza de uma ocupação efetiva por parte dos comunistas (Rothschild e Wingfield, 2000).

Esta ambivalência e hesitação, tanto por parte dos comunistas húngaros, como por parte dos soviéticos persistiu algum tempo após o final da guerra e a tolerância política característica da estratégia soviética provou ser ineficaz nas primeiras eleições na Hungria, não abonando aos comunistas nem crédito, nem popularidade nas eleições.

Ao contrário dos casos húngaro e polaco, na Checoslováquia a Rússia era tida como aliado histórico e a URSS foi vista como agente libertador nação face à ocupação

alemã. Para além disso, no final da guerra, a União Soviética permitiu que o governo checoslovaco regressasse para o país, ainda que através de Moscovo e com uma representação comunista elevada. Outro fator de flexibilidade estratégica no caso checoslovaco referia-se ao considerável apoio que o partido tinha obtido no período entre guerras, tanto por parte dos sindicatos, como por parte dos eleitores (contando com cerca de 10% do eleitorado); ao passo que o seu homólogo polaco, por exemplo, trabalhava parcialmente de forma ilegal e era visto enquanto agente subversivo de um predador externo (Rothschild e Wingfield, 2000). Finalmente, os acontecimentos inesperadamente catastróficos da guerra haviam manchado o prestígio dos restantes partidos e dos seus líderes sobreviventes.

Desta forma, Estaline viu o seu plano facilitado. A partir do governo exilado em Londres, esculpiu um governo de coligação provisório com comunistas formados em Moscovo a reterem grande parte das pastas centrais e, nas eleições seguintes (em 1946), o KS conseguiu obter uma expressão eleitoral (38%) superior à dos restantes partidos da coligação.

Após as primeiras eleições, os três partidos comunistas adotaram políticas semelhantes de afirmação do seu poder. Detentores de pastas centrais de comando e organização dos assuntos internos e forças policiais, procederam a purgas tanto nos partidos da oposição, como nos seus parceiros de coligação e, em 1948 obtinham controlo total do aparelho de Estado. Foi nesse ano que tanto o PPR, como o MKP absorveram os seus principais concorrentes. O PPR aliou-se ao Partido Socialista, criando o PZPR e, juntamente com dois partidos fantoche, criou uma coligação governativa de fachada. O MKP absorveu os social-democratas, formando o Partido dos Trabalhadores Húngaro (*Magyar Dolgozók Pártja* – MDP) e, no ano seguinte, legitimou o seu poder por meio de eleições, acompanhado por mais dois partidos assimilados no governo. Na Checoslováquia, o KS absorveu os resquícios ainda existentes dos social-democratas e, depois da demissão dos restantes partidos que compunham a coligação governativa, tornou-se no único partido sobrevivente no país. Desta forma, no final da década, a Checoslováquia, a Hungria e a Polónia, contavam com sistemas monolíticos de poder (Rothschild e Wingfield, 1999) que perdurariam até 1989.

O primeiro grande desafio com que Estaline se viu confrontado após ter conseguido infiltrar os partidos comunistas no poder nestes três Estados, apresentou-se em 1947 quando os governos da Hungria, Polónia e, principalmente, da Checoslováquia

se mostraram interessados na participação no grupo de Estados europeus que aceitariam a ajuda económica americana sob o Plano Marshall. Ao contrário dos restantes países sob a esfera de influência soviética, que anteciparam a reação de Moscovo à assistência americana e colocaram um ponto final nas negociações, os governantes checoslovacos insistiram na sua presença em Paris para discutir as propostas do Secretário de Estado norte-americano. Assim, Estaline teve de agir prontamente. Convocando Klement Gottwald e a sua comitiva governativa a Moscovo, depressa desfez as esperanças dos checoslovacos de adesão ao projeto. O líder soviético declarou que o Plano Marshall, disfarçado de ajuda financeira à Europa, tinha como objetivo a criação de um bloco ocidental contra a URSS e que a participação checoslovaca era inadmissível devido à relação de amizade que se havia construído entre a Checoslováquia e a URSS.

O governo polaco foi também forçado a desistir. No dia anterior à convocação do governo checoslovaco a Moscovo, o líder comunista polaco Bolesław Bierut, depois de ter informado o governo norte-americano que ainda não havia sido tomada qualquer decisão, foi chamado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros para, simplesmente, ser notificado de que a Polónia não estaria presente na reunião.

Para o líder soviético, estes acontecimentos tinham sido uma manifestação clara de que era necessária uma política de inclusão regional mais coordenada. Foi assim que, em setembro, na estância balnear polaca de Sklarska Porba, os líderes dos partidos comunistas da região e uma delegação soviética, liderada por Andrei Zhdanov, estabeleceram o Cominform. A organização tinha o objetivo de coordenar a atividade comunista nos Estados da Europa Central e de Leste³ e, por isso, julgou-se necessária a aceleração da “comunização” destes Estados, o que significava que a doutrina anteriormente admissível de que cada governo construiria o seu caminho nacional para o socialismo, era agora condenada e que as democracias populares⁴ deveriam, a partir desse momento, coordenar os seus sistemas políticos com o modelo soviético. Assim,

³ Participaram também na reunião os partidos comunistas francês e italiano, cuja lealdade à URSS havia sido comprovada. No entanto, os desenvolvimentos do Cominform face a estas duas delegações participantes, por não serem objeto desta investigação, não serão aqui discutidos. Para mais informação vide, por exemplo, Service, 2010.

⁴ A designação dos Estados sob influência soviética de *democracias populares* foi também uma questão determinante para Estaline que optou por não se referir a eles enquanto *ditaduras do proletariado*. Com este passo, Estaline conseguia, para além de prevenir guerras civis nestes territórios, implicar que o grau de consenso popular face aos novos regimes estava para além da classe trabalhadora, incluindo outros grupos sociais como os agricultores e a classe urbana média-baixa. Este golpe de mestre de apelo ideológico enfatizava ainda o compromisso dos partidos comunistas na introdução de reformas prometidas há muito (Service, 2010).

quando a arquitetura básica do sistema estava montada, a sua ênfase mudou no sentido de que as elites deixassem de jogar a carta nacional. O modelo estalinista imposto no Cominform definia que o monolitismo devia permanecer no Bloco de Leste. O princípio-guia seria a obediência total: entrava em ação o Estalinismo.

I.2. Estalinismo e Divisões no Poder

No preciso momento em que os partidos comunistas haviam dizimado a oposição e reuniam todas as condições para governar unilateralmente, a mudança de estratégia por parte de Moscovo veio exacerbar divisões ideológicas na liderança que tinham estado, de certa forma, camufladas.

Os casos húngaro e polaco revelaram um padrão semelhante de divisão partidária. O Partido e o Executivo eram dominados por indivíduos que, no decorrer da II Guerra Mundial, tinham procurado exílio em Moscovo e, aí foram formados e protegidos pelas mãos do próprio Estaline, conseqüentemente defendiam o modelo soviético de execução do socialismo. Por oposição, uma minoria no Politburo e no governo, representada por indivíduos que haviam permanecido nos seus países de origem no período belicoso, defendia um percurso adequado às necessidades dos seus Estados e, muitas vezes, mais moderado. Assim, a liderança estava dividida entre “moscovitas” e “nacionalistas” que apresentavam visões distintas de ação política. Na Checoslováquia, a divisão surgia entre checos e eslovacos. No país existiam dois partidos comunistas diferentes, o KS e o Partido Comunista Eslovaco (*Komunistická Strana Slovenska* – KSS) e os checos rapidamente tomaram medidas para subjugar a Eslováquia ao poder central de Praga.

A partir de 1948, os “moscovitas” apoderavam-se da Hungria e Polónia e os checos haviam sucedido em transformar a Eslováquia no equivalente a uma simples província do Estado. O fator crucial para este domínio foram as sucessivas purgas efetuadas, desta vez, na liderança do partido. Os líderes comunistas apoiados por Estaline aproveitaram as complicadas relações jugoslavo-soviéticas que giravam em

torno da questão titoísta⁵ para eliminar os principais defensores de rumos nacionais para o socialismo⁶.

As políticas estalinistas foram intensificadas ainda antes da viragem da década. As nacionalizações atingiram marcos impressionantes e as políticas de coletivização avançaram sem entraves (Lewis, 1992). Passou a dar-se mais importância ao investimento na indústria pesada, com recurso a campos de trabalho forçado, em detrimento das indústrias produtoras de bens de consumo (que, particularmente na Checoslováquia, eram as principais fontes de exportação para o Ocidente).

Para além disso, sucessivas purgas foram efetuadas no aparelho de Estado e organizações sociais. Na Polónia, os sindicatos foram amalgamados numa única federação e os trabalhadores indisciplinados foram perseguidos para por cobro às greves generalizadas. Para além disso, ao Marechal Konstantin Rokossovski foi atribuída a pasta da Defesa e o cargo de Chefe Maior das Forças Armadas⁷, postos que o soviético de origem polaca aproveitaria para substituir oficiais polacos por soviéticos e desenvolver novos mecanismos (como a Feliks Dzierzyn Akademis) para garantir a doutrinação política das forças armadas. Na Checoslováquia, os partidos políticos checos e eslovacos afastados do governo após 1948, foram completamente aniquilados. E, tanto neste país como na Hungria, o recurso ao terror generalizado colocado sobre a população permitia que todas as imposições do Estalinismo fossem aplicadas sem maior objeção.

Outra política estalinista importante reorganizou as relações entre o Estado e a Igreja. Ao contrário da Polónia e Checoslováquia, onde predominava a religião católica, a Hungria era religiosamente pluralista, havendo uma grande divisão entre católicos e calvinistas. Esta divisão foi aproveitada pelos comunistas para exercerem influência política anticlerical, expropriando ambas as igrejas, dissolvendo a maior parte das

⁵ Tito, ao contrário da maioria dos líderes dos países dentro da esfera soviética, não coadunou com a estratégia Estalinista, aplicando na Jugoslávia um modelo nacional de socialismo. Esta atitude, implicou um corte de relações entre Estaline e o líder jugoslavo acusando-o de conspirar contra a URSS. Esta questão alastrou-se a toda a Europa Central e de Leste, colocando os líderes comunistas que defendiam um modelo nacional de socialismo sob a mira de Moscovo.

⁶ O húngaro László Rajk (ex-Ministro do Interior e dos Negócios Estrangeiros) a um julgamento de fachada e condenado à morte. Na Polónia, o Secretário-geral do PPR Władisław Gomułka foi deposto e detido, mas a troika “moscovita” (composta por Bolesław Bierut, Jacob Berman e Hilary Minc) recusou sentenciá-lo à morte. Na Checoslováquia, as purgas foram especialmente dirigidas a ministros eslovacos. O líder comunista Rudof Slánský, que as encabeçou, acabou por ser, mais tarde vítima do antissemitismo estalinista e também ele foi condenado à morte após um julgamento de fachada.

⁷ Em 1950, Rokossovski passaria também a integrar o Politburo do PZPR.

ordens monásticas, e nacionalizando as escolas eclesiásticas (Cartledge, 2008). Houve ainda a tentativa de estabelecer um acordo com a Igreja Católica que, tal como na Checoslováquia, acabou por falhar (Lewis, 1992; Cartledge, 2008). Contrastando com os casos anteriores, o PZPR era contra a intromissão do Estado nos assuntos da Igreja numa sociedade que era integralmente devota ao catolicismo. No entanto, Bierut decidiu, após uma conferência do Cominform, especialmente centrada na questão religiosa e onde o PZPR tinha revelado alguma cautela nesta questão, empenhar-se numa campanha pessoal anticlerical: as transmissões da Igreja foram interrompidas, as suas publicações fortemente censuradas, assistiu-se a perseguições e à reestruturação das mais importantes organizações de assistência ligadas à Igreja. Em 1950 grande parte das propriedades eclesiásticas tinha sido expropriada, mas nesse ano, procedeu-se a um acordo frutífero entre as duas entidades – a Igreja concordou em combater as ações anticomunistas dentro do clero e o Estado prometeu restaurar todos os direitos e privilégios recentemente abolidos.

Finalmente, os três Estados adotaram novas constituições que celebravam formalmente a designação destes países enquanto *Repúblicas Populares* e inculcavam aos partidos comunistas o papel de liderança política, moral e social. Para assegurar o seu papel, os líderes do partido vetavam os postos-chave tanto internamente como no aparelho estatal e a promoção dos atores políticos tinha como critério de seleção a lealdade política em vez de qualificação ou habilidade para o desempenho das funções de topo. Assim, a elite de topo tinha a prerrogativa de controlar a rede de organizações estatais e de indivíduos que a compunham de forma a pôr em prática as políticas estalinistas.

No entanto, podem verificar-se diferenças entre os três casos no período estalinista. Esta etapa do socialismo não foi tão intensa na Polónia como nos outros países. Nos bastidores, os comunistas “nacionalistas” do PZPR travaram uma ação de retaguarda firme contra os “moscovitas”. Os julgamentos de fachada de punição dos nacionalistas nunca foram adotados e a violência sobre a população não foi generalizada, ao contrário do caso húngaro sob o Primeiro-secretário Máthias Rákosi; os restos da burguesia e intelectuais, embora não tivessem liberdade de expressão, não haviam sido liquidados; a Igreja, apesar de atacada, não tinha sido suprimida; e a coletivização da terra, apesar de em execução, estava a ser morosa em comparação com a Checoslováquia. Pelo contrário, os comunistas checoslovacos que pareciam ser os

mais brandos do leste europeu, com a sua postura inicial de abertura para com as instituições democráticas, partidos concorrentes e Ocidente, surgiram na década de 50 como o partido mais estalinista, com a sua combinação de rigidez expressa, xenofobia e ferocidade nas purgas efetuadas.

Apesar das suas diferenças contextuais, os três países tinham um fator determinante em comum: eram governados sob sistemas monolíticos, onde os líderes partidários indicados por Estaline impunham, com maior ou menor contestação, a visão estalinista do comunismo.

I.3. Legitimidade e Manutenção do Poder

Uma questão que surge quando nos deparamos com este tipo de tomada de poder e, depois, a persistência desse poder ao longo de meio século será: que tipo de legitimidade permitiu a sobrevivência destes líderes no poder?

Segundo a análise weberiana, para que um regime seja legítimo e consiga sobreviver, tendo o apoio da população, três tipos de legitimidade podem auferir essa sobrevivência⁸. Assim, segundo Weber:

«[t]he validity of the claims to legitimacy may be based on:

- (1) Rational grounds – resting on a belief in the legality of enacted rules and the right of those elevated to authority under such rules to issue commands [autoridade legal].
- (2) Traditional grounds – resting on an established belief in the sanctity of immemorial traditions and the legitimacy of those exercising authority under them [autoridade tradicional]; or finally,
- (3) Charismatic grounds – resting on devotion to the exceptional sanctity, heroism or exemplary character of an individual person, and of the normative patterns or order revealed or ordained by him [autoridade carismática].» (Weber, 1978, p. 215)

⁸ Max Weber define legitimidade enquanto a «crença social num determinado regime», visando obter a obediência, mais pela adesão do que pela coação, o que acontece sempre que os respetivos participantes representam o regime como válido, pelo que a legitimidade se torna na «fonte do respeito e da obediência consentida».

No entanto, nestes países, o poder Comunista não assentava no apoio da população, mas sim no apoio do Kremlin e das tropas soviéticas estacionadas nos seus territórios. Os seus líderes não eram carismáticos, ao contrário, por exemplo, de Estaline ou Mao Tse-tung, o comunismo não tinha tradição de ideologia governativa, e não se baseava num regime racional-legal, já que nestes países não imperava um Estado de Direito. Assim, que legitimidade *alternativa* tinham estes sistemas? Segundo Saxonberg (2001) a legitimidade destes regimes, como não poderia partir da população, partiu dos próprios agentes do poder⁹. Desta forma os principais elementos de legitimidade a partir de cima são: (a) o cumprimento de objetivos, em detrimento da obtenção de apoio da população – assim, são os resultados e não os meios que são o cerne da legitimidade; (b) a elite de topo afirma ser “guiada por uma verdade superior” (Di Palma, 1991, p.57) – sendo que o Partido reserva para si o direito de interpretar os seus resultados.

A primeira compromete-se principalmente com objetivos económicos, já que a ideologia comunista propagava a superioridade do seu sistema económico em relação ao sistema capitalista. Principalmente durante a desestalinização, mas também no período de *degelo*, Khrushchev multiplicou afirmações acerca da superioridade socioeconómica do sistema comunista. A sua propaganda servia dois pontos cruciais: primeiro, a própria afirmação de Khrushchev enquanto líder perante os seus concorrentes dentro do partido comunista; segundo, a consolidação da URSS enquanto potência dentro de um quadro internacional bipolar. As afirmações de Khrushchev funcionariam enquanto pano de fundo legitimador para que os líderes dos partidos comunistas das restantes Repúblicas Socialistas aplicarem os planos de reforma económica segundo as exigências de Moscovo, sustentando assim, que a adoção de políticas e iniciativas que exigiam mais sacrifícios por parte das populações, eram necessárias para o desenvolvimento do sistema comunista como um todo.

A segunda remete para o papel do Partido enquanto líder da sociedade. Pretendendo ser o único detentor da verdade e da capacidade para guiar o país num caminho de desenvolvimento e progresso, o Partido afirmava-se como o único órgão legítimo de poder e organização social. Era nos seus órgãos que estavam concentrados os meios de decisão política e socioeconómica. Porém, ao Partido era conferido, acima de tudo, o papel de vanguarda e era nessa capacidade que se encontrava a legitimidade

⁹ Saxonberg partiu da noção de “legitimidade a partir de cima” de Di Palma (1991).

atribuída ao mesmo, atributo esse vinculado pela lei constitucional das Repúblicas Socialistas.

Estas duas formas de legitimidade serão decisivas para compreendermos o porquê das diferentes linhas de comportamento das elites políticas destes três Estados durante o período em que estiveram no poder, bem como as várias estratégias de sobrevivência praticadas no final da década de 1980.

II. MONTANDO A FACHADA – ELITES DE TOPO

«Men make their own history, but they do not make it just as they please; they do not make it under circumstances chosen by themselves, but under circumstances directly encountered, given, and transmitted from the past.»

Karl Marx, 2011 *The Eighteen Brumaire of Louis Bonaparte*, p. 15.

É necessário ter-se em conta os pontos em comum nas transformações das elites políticas de topo nos Estados em análise, mas também não se pode ignorar as especificidades de cada contexto para perceber as consequências destas transformações. Como afirmam White *et al.* (1990) na obra *Communist and Postcommunist Political Systems*:

«[i]f the study of comparative communist politics has taught us anything over the years, it is perhaps that the search for labels in this kind is likely to be a vain one and that there is no single model or theory which can adequately accommodate all important aspects of a changing and often contradictory social reality» (White *et al.*, 1990, p. 21.)

Objetivamente, o que se pretende será interligar os conceitos de liderança e de transformação de elites de topo, de que forma se influenciam mutuamente estes conceitos e quais os resultados dessa interação. Para além disso, pretende-se compreender de que forma os elos de ligação pessoal e política prolongam e multiplicam a ocupação de cargos de topo.

Nos sistemas comunistas assiste-se, tendencialmente, a uma liderança monolítica mesmo quando pretende ser coletiva. Desta forma, muitas das decisões são feitas pelo Primeiro-secretário do Partido e o que se torna interessante é verificar que tipo de interação o líder tem com os seus atores mais próximos, ou seja, aqueles que fazem parte da elite de topo. Aqui, especialmente, estamos a considerar agentes que fazem

parte do Partido e que têm cargos no Politburo¹⁰ e Secretariado¹¹, mas também daqueles que fazem parte do governo da Checoslováquia, Polónia e Hungria e que podem, ou não, pertencer ao Partido¹².

Primeiramente, uma análise da importância dos estilos de liderança e da importância do papel do líder é necessária. Segundo R. Barry Farrel (1970, pp.104-107), existem quatro grandes pontos no que se refere às alterações nos estilos de liderança política, dos quais três surgem mais pertinentes para esta análise.

Um primeiro elemento do estilo de liderança será o equilíbrio entre a persuasão voluntária e a coerção que os líderes julgam necessária para preservar tanto o sistema, como eles próprios e, ao mesmo tempo, promover a execução das políticas públicas.

Outra grande questão é a revolução nas comunicações, já que o «avanço da tecnologia comunicativa tem tornado cada vez mais difícil aos líderes comunistas fecharem os seus Estados ao resto do mundo ou prevenir o fluxo de informação de uma parte do país para outra.» Esta questão teve como resultado mudanças no tipo de propaganda nacional e em toda a máquina de persuasão tanto dos ativistas como da população em geral.

Finalmente, relacionado com as mudanças de estilo de liderança seguidas de um papel crescente da opinião pública, estão as mudanças consequentes que acontecem dentro dos próprios partidos comunistas:

«Estes partidos frisam menos o background social ou classista dos seus membros desde que os velhos elementos burgueses se tornaram progressivamente mais fracos com a passagem do tempo. Pelo contrário, enquanto força política liderante, têm de se preocupar com a competência técnica e especializada cada vez maior dos membros do Partido.» (Farrel, 1970, p. 107)

¹⁰ O Politburo era normalmente caracterizado por ser um órgão constituído por um número reduzido e não fixo de membros, os quais poderiam estar em duas categorias distintas: a de membro efetivo (que tinha poder de voto) e a de membro candidato ou não efetivo (que não tinha poder de voto). Tipicamente, este órgão reunia-se com uma periodicidade semanal e decidiria as questões mais importantes ou com maior significado para a sociedade.

¹¹ O Secretariado tinha como função preparar as agendas e providenciar informação para o órgão de decisão supremo: o Politburo. O Secretariado tinha um poder considerável na influência das decisões – tanto ao recomendar que questões haviam de ser discutidas pelo Politburo, como ao decidir que informação era providenciada para dar assistência aos membros desse órgão para que pudessem chegar às decisões. O Primeiro Secretário, ou o Secretário-Geral era o líder do partido.

¹² Essa análise será feita no capítulo seguinte.

II.1. Lideranças e Sucessão das Elites de Topo – Politburo e Secretariado

Apesar dos estilos de cada líder terem de mudar consoante a conjuntura com que se deparam, podem, no entanto, ser identificadas as fundações em que o poder e a autoridade dos líderes de um Estado comunista estão assentes: primeiramente, o carisma pessoal, prestígio ou popularidade que têm sobre a população em geral ou sobre secções vitais da mesma como os operários ou a *intelligentsia*; depois, a devoção, lealdade ou disciplina que conseguem imprimir nos ativistas do Partido e na sua elite, que, por seu lado, controlam todo o aparato governamental; e, finalmente, o controlo dos órgãos de liderança do Partido a partir do seu poder de nomeação (Pełczyński, 1973, p. 9-13). Estas duas últimas fundações afetarão, principalmente, a liberdade dos Politburos para tomarem decisões e aplicá-las. Nomeadamente, a existência de facções dentro de um Politburo diminuirá a sua capacidade para tomar decisões objetivas, já que o líder estará constrangido por questões de conveniência, alinhamento, personalidade e receio de perder o seu posto (Farrel, 1970, p. 94)

No entanto, Farrel afirma que, à medida que os regimes estão há mais tempo no poder, os mesmos adquirem uma maior legitimidade e aceitação por parte da população em geral. Durante este tempo, e pela evolução dos seus métodos de governação, estes regimes adquiriram possibilidades acrescidas para desenvolver políticas com menor resistência, por estarem menos constrangidos pela possibilidade de respostas negativas por parte da população (Farrel, 1970, p.94). No entanto, como se verá, o autor talvez se tenha precipitado nas suas conclusões, já que os acontecimentos na Polónia, uma década depois destas afirmações, provam precisamente o contrário.

Desta forma, os líderes dos Estados com este tipo de sistema, altamente centralizado, têm de ser flexíveis o suficiente para lidar com as alterações no ambiente que os rodeia, sejam estas internas ou vindas do exterior, mas têm igualmente de manter toda uma rede de atores controlada de forma a que possam sobreviver na sua posição. Como se verá, esse tipo de controlo é muitas vezes caracterizado por uma complexidade de ações e acontecimentos que podem ou não ser previstos.

Dos três casos em estudo, a Polónia foi aquele que passou por uma maior mudança de líderes de topo desde 1956. Segundo Sanford:

«The Polish case has been marked by the extent as well as the longevity of the continuing interplay between normal Soviet type ‘closed’ internal Party mechanisms and more ‘open’ ones produced by forces external to the PZPR, notably the pressures of a far-from-controlled Polish society» (Sanford, 1986, p. 40).

Logo nesse ano, após o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (,) em fevereiro, o líder do PZPR, Bolesław Bierut, faleceu inesperadamente criando um vácuo na liderança do país. A 20 de março, Edward Ochab assumiu o cargo de Primeiro-Secretário, apoiado pelos soviéticos e à revelia de um Politburo e Secretariado inalterados¹³ que teriam apontado Roman Zambrowski como sucessor de Bierut. Assim, Ochab, de cariz mais centrista, iniciou o seu mandato com um Politburo sem alterações: Alexander Zawadski, Hilary Minc, Jacob Berman, Zenon Nowak, Konstatin Rokossowski, Franciszek Mazur, Franciszek Jozwiak, Staniaław Radkiewicz, Władisław Dworakowski, Józef Cyrankiewicz e Roman Zambrowski. Por um lado, o líder enfrentava as exigências dos comunistas nacionalistas para afastar a réstia estalinista, por outro enfrentava os estalinistas preparados para defender as suas posições e, se necessário, recorrendo ao auxílio soviético.

A carência de uma personalidade dominante não inibiu Ochab de dispensar Berman, depois de serem conhecidas as experiências dos polacos que tinham estado em campos soviéticos e que na altura regressaram. No entanto, faltou-lhe também o carisma, a sorte e a habilidade necessária para enfrentar o que em junho ficou conhecido como o caso de Pozna¹⁴. Não conseguindo pacificar a população, nem unir o PZPR, Ochab começou a procurar soluções no Sétimo Plenário de 18-28 de julho. Decidira, aí, assumir o comando da democratização, ou seja, iniciar a mudança a partir de cima, e prevenir que esta surgisse por parte de exigências da população.

¹³ Vide Tabelas 1 e 2 no Anexo 1.

¹⁴ A 28 de Junho, quando os operários da fábrica de locomotivas ZISPO em Posna se revoltaram nas ruas, gritando “Pão e Liberdade” e “Russos vão Para Casa”, desencadeou-se uma série de lutas (que as fações dentro do Politburo aproveitaram). Nos dois dias de confrontos entre os cidadãos e a milícia, morreram 53 pessoas. No final do dia 29 os trabalhadores foram pacificados pela intervenção do Primeiro-ministro Józef Cyrankiewicz, e o exército manteve-se no terreno, para assegurar a vigilância. Para mais informações, *vide* Kemp-Welsh, 2008.

Na visão dos centristas, a chave para o sucesso do partido seria o recrutamento de Władisław Gomułka, se necessário de volta para a liderança da qual tinha sido expulso oito anos antes. A prisão de Gomułka valeu-lhe a reputação de ser um homem de princípios, que tinha sofrido por um caminho polaco para o socialismo. Por isso, tornou-se um símbolo de valor inestimável em 1956.

No PZPR, a elite sabia que Gomułka era um comunista leal à causa. No entanto, uma das fações dentro do PZPR rapidamente se insurgiu: o *Grupo de Natolin* (estalinistas) composto por Franciszek Mazur, Zenon Novak, Wiktor Klosiewicz, Franciszek Jó wiak-Witold e Konstanty Rokossowski. Depois de ter decidido o seu retorno ao poder, a liderança comunista voltou a ser apoiada por toda a nação, para enfrentar o *Grupo de Natolin* e até mesmo a liderança do . No Oitavo Plenário de 19 a 21 de outubro, Gomułka foi nomeado Primeiro-secretário numa «verdadeira eleição por voto secreto» (Skillings, 1966, p. 82 in Sanfrod, 1986, p. 45). O *Grupo de Natolin* foi dispensado do Politburo, nomeadamente o Ministro da Defesa, Konstantin Rokossowski. Segundo o jornal *Polityka* de 24 outubro de 1981, nessa altura «His coming to power signaled the end of the political and social pluralism and PZPR paralysis which had made them possible» (Round Table discussion, *Polityka*, 24 de outubro de 1981).

Gomułka manteve os centristas no Politburo (Józef Cyrankiewicz, Edward Ochab, Adam Rapacki, Roman Zambrowski e Alexandr Zawadski) e recrutou três homens da sua confiança pessoal: Stefan J drychowski, Ignacy Loga-Sowi ski e Jerzy Morawski. No Secretariado, foram mantidos Ochab e Edward Gierek¹⁵ e nomeados, Jerzy Albrecht, Witold Jarosinski, Władisław Matwin e Roman Zambrowski nesse ano e Zenon Kilszko e Jerzy Morawski no ano seguinte. Desta forma, apesar de quatro novas figuras terem entrado para o Politburo, não houve uma circulação das elites em termos latos, uma vez que os centristas que permaneceram no órgão executivo já lá estavam, pelo menos há 8 anos. No que diz respeito ao Secretariado houve, de facto, circulação das elites pela nomeação para este órgão de cinco novos membros (apesar de Zambrowski já pertencer ao Politburo) num total de sete¹⁶.

¹⁵ Edward Gierek só havia chegado ao Secretariado depois da tomada de liderança de Edward Ochab. Vide Tabela 2 no Anexo 1.

¹⁶ Vide Tabela 2 no Anexo 1.

Apesar de não ter uma maioria favorável no Politburo, Gomułka modelou uma relação mais equilibrada com a sociedade, baseada numa reorganização da produção agrícola (reversão da coletivização) e do comércio privado, e numa coexistência mais pacífica e cooperante com a Igreja Católica (libertação do Cardeal Wyszyński e liberalização parcial da imprensa¹⁷) e com os meios de comunicação ocidentais, deixando de interferir com as rádios estrangeiras¹⁸. Para além disso autorizou uma maior liberdade para viajar, a libertação de milhares de prisioneiros e finalmente, iniciou um processo de afastamento da política soviética. No seu discurso de tomada de posse, o Primeiro-secretário disse que admirava a forma como a URSS tinha conduzido a sua experiência comunista mas que esta não era a única forma de agir, afirmando a possibilidade da existência de vários tipos de socialismo¹⁹ (Kemp-Welsh, 2008).

No último ano da década, o Politburo foi reeleito com a adição de três novos membros: Edward Gierek, Marian Spychalski e Zenon Klisko. O Secretariado manteve-se inalterado até 1959, quando Edward Ochab voltou para substituir Jerzy Morawski; em 1960 Ryszard Strzelecki substituiu Jerzy Albrecht e, em 1963 Artur Starewicz substituiu Roman Zambrowski²⁰.

Durante os anos 60, os quais Kemp-Welsh nomeia de “estagnação” (2008, pp. 124-143), Gomułka revelou uma faceta cada vez mais fechada e contida, que acabou por contribuir para o princípio da crise económica polaca. A causa fundamental desta crise foi de facto a estagnação do nível de vida da população, especialmente das camadas mais desfavorecidas. Durante anos, a melhoria dos níveis de vida da população foi uma das últimas prioridades da elite de topo e a razão para isso foi a incapacidade de Gomułka e dos seus conselheiros económicos de encontrarem meios para aumentar a produção, que apesar de algumas tentativas, paralisou nessa década.

¹⁷ Em meados de 1957 começam perseguições a alguns jornais, mesmo do partido e daqueles que tinham apoiado Gomułka em 1956. A justificação dada para a medida foi a de que os jornalistas não tinham consciência do seu limite de liberdade na palavra escrita. A 10 de Outubro desse ano voltou a ser aprovada a censura.

¹⁸ A Polónia foi o primeiro país a adotar esta política e até autorizou a circulação de alguns jornais estrangeiros (banidos durante os anos 60), bem como de livros e filmes.

¹⁹ Não obstante, as tropas soviéticas permaneceriam estacionadas na Polónia, uma necessidade diretamente envolvida com a presença de forças soviéticas na RDA. A justificação para esta permanência seria a de que a integridade do Estado polaco estava ainda, em teoria, ameaçada pelas pretensões da Alemanha Ocidental da Pomerânia, Silésia e Prússia de Leste, sendo que as fronteiras polacas ainda não eram reconhecidas pela Grã-Bretanha ou pelos Estados Unidos da América.

²⁰ Vide Tabela 2 no Anexo 1.

Em segundo lugar, havia um grande fosso tecnológico entre a Polónia e os países mais industrializados (a Checoslováquia, a RDA e, especialmente, os países do Ocidente), e as ideias de Gomułka para estreitar esse fosso foram erróneas e socialmente desastrosas (Pelczyński, 1973, pp. 5-6).

Em terceiro lugar, a posição de Gomułka foi enfraquecida devido ao ataque de uma facção de comunistas nacionalistas com inclinação mais autoritária, apelidados de *Partisans*, liderados por Mieczysław Moczar, Ministro do Interior de 1964 a 1968; pela posição de Khrushchev mais voltada ao Ocidente em 1964²¹; pelas manifestações de estudantes e pela contrarreacção à Primavera de Praga em 1968.

Assim, reforçou a sua posição de três formas: primeiro, pela expulsão de alguns intelectuais pertencentes ao partido como Jacek Kurón, Modzelewski, Tejkowski, Andrej Mazur e Stanisław Gomułka²²; depois, fortaleceu a economia, a fim de cumprir mais eficazmente políticas de investimento seletivo, modernização de instalações, e regime de incentivos; e, finalmente, pelo reforço da eleição para o Politburo e Secretariado com uma ala mais pró-Gomułkiana (Bolesław Jazuck, Zenon Klisko, Ignacy Loga-Sowinski, Maran Spychalski).

Foi no Congresso de novembro de 1968 que Jaszczuk se tornou num membro efetivo no Politburo, tendo conseqüentemente adquirido a posição política necessária para pôr em prática as políticas económicas que ao longo da década aquele tinha vindo a dirigir a partir da Comissão Económica do Comité Central. Possivelmente, Gomułka queria também colocar Jaszczuk enquanto seu potencial sucessor e um rival para Gierek e Moczar, que tinham sido os principais concorrentes até à altura. Para além disso, um grupo de ativistas partidários, uma geração mais jovem do que Gierek e Moczar, foi nomeado para o Comité Central. Alguns destes homens mais jovens foram também nomeados para o Secretariado e para o Politburo, como Zenon Klisko e Władisław

²¹ Em Janeiro desse ano, Khrushchev anuncia que vai fazer uma visita à República Federal Alemã (RFA) para tentar uma reaproximação - uma diminuição na campanha anti-RFA que tinha sido o pilar da política externa dos países do leste europeu. Gomułka ficou aterrorizado - tinha a visão de que quando os Russos e Alemães concordavam, os Polacos sofriam e, por isso, não tinha ideia de fazer qualquer aproximação a Bona. Os dois homens não chegaram a um acordo e Gomułka sentiu que durante todo o ano a sua política externa e, por isso, o destino da Polónia, estavam a caminhar sobre o arame. A tentativa de aproximação de Khrushchev à RFA alterou grandemente o comportamento de Gomułka, que já vinha sendo mais conservador. Na sua visão, a divisão da Europa era ideal. Via a situação como impossível de melhoramentos e qualquer alteração ao *status quo* teria de ser evitada a qualquer custo. Desafiar a divisão da Alemanha ou a divisão da Europa seria uma ameaça para a existência da Polónia enquanto Estado autónomo. Em 64, tal como em 68, esses desafios surgiram e, em ambos os casos, a reacção de Gomułka foi violenta.

²² Não confundir com Władisław Gomułka.

Kruczek²³ (Pełczy ski, 1973, p. 12). Assim, depois do Congresso de novembro de 1968 o Politburo era composto por 6 apoiantes de Gomułka, e seis membros de outras facções: Józef Cyrankiewicz, Edward Gierek, Stefan J drychowski, Stanisław Kociolek, Władisław Kruczek e Józef Tejchma²⁴.

Desta forma, pela primeira vez desde que Gomułka voltou ao poder, o seu grupo de confiança consistia exatamente em metade dos membros com direito a voto. Se alguma vez se chegasse a uma divisão clara dentro do Politburo, sendo que a autoridade e personalidade de Gomułka tornava esta questão quase impossível, só era necessário um homem fora do seu grupo para lhes dar a autoridade necessária em qualquer instância. No Secretariado, o grupo de Gomułka incluía também Starewicz e, assim, tinha uma maioria de cinco para três²⁵.

Internacionalmente, o líder do PZPR afirmou também a sua capacidade de resolver as questões determinantes para o seu país. A 7 de dezembro de 1970 foi assinado o Tratado Polaco-Germânico que reconhecia as fronteiras Oder-Niesse. Para Kemp-Welsh (2008, p. 180) este foi o apogeu da carreira internacional de Gomułka. Não só tinha provado ser um verdadeiro líder governamental, mas também tinha demonstrado um interesse pessoal profundo na solução do problema Polaco-Germânico durante toda a sua carreira oficial enquanto líder do PZPR (Pełczy ski, 1973, p.1). Tal foi a importância da resolução desta questão que Brezhnev veio declarar Gomułka como «um verdadeiro filho da sua nação, Leninista imutável, ativista distinto do movimento internacional dos trabalhadores e um grande aliado da União Soviética» (Kemp-Welsh, 2008, p. 180). No entanto, uma semana depois, Gomułka seria removido do cargo de Primeiro-secretário.

Apesar de Gomułka ter conseguido conquistar todas as posições necessárias para se manter no poder, a crise económica que se vinha a instalar na Polónia desde o início da década de 60 acabou por ditar a sua saída do Politburo e Secretariado. Os líderes do órgão executivo do partido julgaram necessário um aumento de preços dos bens de consumo (principalmente da carne) e uma revisão das escalas de salários. A execução dessa política foi determinada para 13 de dezembro e, por conseguinte, a liderança foi

²³Klisko, enquanto executivo da política de quadros de Gomułka, justificou esta medida no Congresso pela necessidade de garantir uma representação mais adequada da geração de militantes partidários do pós-guerra, que constituía uma grande parte e cada vez maior, do Partido (Pełczy ski, 1973, p. 12).

²⁴ Vide Tabela 1 no Anexo 1.

²⁵ Vide Tabela 2 no Anexo 1.

confrontada com uma série de greves e protestos com foco principal na costa norte do país.

Desde o início dos tumultos, em 1970, o Primeiro-secretário recusou aceitar qualquer das exigências dos manifestantes ou mesmo tomar medidas conciliatórias. Pelo contrário, denunciou os distúrbios como ataques “contrarrevolucionários” ao Partido e ao Estado por elementos antissocialistas. Assim, os restantes elementos do Politburo viam a insistência numa política de força do líder como contendo um enorme risco de uma conflagração geral, com «consequências incalculáveis», criando um jogo político muito perigoso e inadmissível²⁶. A demissão de Gomułka e o estabelecimento de eleições para um novo Primeiro-secretário do Partido era a única forma de acalmar a situação na costa do Báltico, que já se alastrava por todo o país e, por conseguinte, restituir a confiança no Partido (Pełczyński, 1973, pp. 4-5).

O Politburo que se reuniu a 19 de dezembro de 1970 não incluía nem Gomułka (que estava internado no hospital devido a um ataque cardíaco que sofrera no dia anterior), nem Gierek já que o principal ponto de discussão seria decidir se o segundo deveria substituir o primeiro (Pełczyński, 1973, p.13). Se Gomułka estivesse bem e presente na reunião do dia 19, poucas dúvidas haveria de que teria imposto o seu ponto de vista e de que o movimento dentro da liderança para substituí-lo teria falhado.

No entanto, não só não estava lá para presidir à reunião (Cyrankiewicz tomou o seu lugar), como a sua enfermidade, num momento tão crítico, era desastrosa e pedia claramente uma solução rápida. O grupo apoiante de Gomułka resistiu por sete horas antes de ser decidido que se pediria a abdicação de Gomułka a favor de Gierek²⁷. O Politburo, já sob a presidência de Gierek, procedeu para se reconstituir a si mesmo e ao Secretariado. O facto de que somente um dos homens do grupo de Gomułka – Ingacy Loga-Sowiński, o Presidente do Conselho Central dos Sindicatos – ter sido eleito para o órgão executivo do partido novamente, indica que foi este ator que quebrou o impasse de sete horas e acabou por dar a vitória a Gierek²⁸. A nova liderança era, assim, composta pelos seis membros das fações distintas da do ex-Primeiro-secretário, bem

²⁶ Para Gomułka, a sua política de repressão até que a ordem fosse restaurada era absolutamente correta e aqueles que questionavam essa visão, não tinha outra alternativa que não tentar substituí-lo.

²⁷ Cyrankiewicz e Klisko encarregaram-se de comunicar a Gomułka a decisão do Politburo e obter a sua carta de demissão.

²⁸ Vide Tabela 1, Anexo 1.

como de Ingacy Loga-Sowski e mais 5 novos membros, de entre os quais alguns pertencentes à facção dos *Partisans*, como Moczar.

A eleição do General Wojciech Jaruzelski, Ministro da Defesa, para o Politburo (mesmo enquanto membro não efetivo) implicou igualmente que os altos comandos do exército, apesar de obedecerem às suas ordens, não concordavam com a decisão de Gomułka de usar as tropas para suprimir a desordem. A sua reação desfavorável às ordens do líder poderia significar que a lealdade das tropas não podia ser dada como garantida em futuros confrontos, daí ser determinante a entrada de Jaruzelski no órgão máximo do Partido.

Gierek ganhou o controlo do Partido muito mais rápida e eficientemente do que Gomułka. Os Sétimo e Oitavo Plenários de dezembro de 1970 e fevereiro de 1971 expurgaram o “inner-circle” do antigo líder (Loga-Sowski abandonou o Politburo no Oitavo Plenário) que foi substituído por adjuntos de Gierek: Edward Babiuch, Kazimierz Barcikowski e Jan Szydlak que lhe deram imediatamente uma maioria no Secretariado e reforçou a posição no Politburo daqueles que lhe tinham permitido a sua atual posição: Jabłowski, Jagielski, Jaroszewicz e Jaruzelski. Para além disso, dispensou Moczar e outros atores que não eram de sua total confiança²⁹. Depois disso, assessores de Gierek tal como Jerzy Łukasiewicz, Andrzej Zawiski, Tadeusz Pyka ou Zdzisław Zandarowski, subiram, a escada burocrática passo a passo, chegando aos cargos de liderança antes da saída do Primeiro Secretário em 1980. Assim, podemos dizer que, ao contrário de Gomułka, o forte de Gierek era a gestão dos agentes partidários.

Apesar de conseguir controlar o Partido a seu favor, ser um líder que agradava tanto à URSS como aos Ocidentais e ter fundado uma tecnocracia mais pragmática e menos ideológica, não conseguiu inverter a crise económica, acabando mesmo por agravar e perder o controlo da dívida externa durante a década de 70 devido a uma política de abuso dos créditos de países ocidentais. Para tentar resolver a questão, a solução da liderança foi a de aumentar os impostos e os bens de consumo, mas, rapidamente novas greves começaram a surgir e Gierek recuou. Depois, Gierek falhou na resposta adequada à sua inabilidade de aumentar os preços. Por um lado foi incapaz de melhorar a performance económica do país e, por outro, não conseguiu baixar as expectativas da sociedade. Em particular foi incapaz de alhear o descontentamento de uma classe trabalhadora mais confiante e madura (Sanford, 1986, p. 42).

²⁹ De entre eles, Stefan J. Dzikowski, Ignacy Log-Sowinski, Stanisław Kociolek e Mieczysław Jagielski.

Mesmo assim, no final do seu regime, consolidou muito habilmente a sua equipa de liderança no Oitavo Congresso do Partido em fevereiro de 1980, assegurando que nenhum desafio à sua autoridade poderia surgir de dentro do Partido – Gierek despromoveu o seu maior concorrente à liderança, Stefan Olszowski do Politburo e do Secretariado e exilou-o enquanto embaixador para a RFA. Outros atores autónomos como o ex-*Partisan*, Jósef Kpa e o liberal Jósef Tejchma também tiveram de abandonar os seus postos de liderança.

Desta forma, foi necessário um acontecimento externo para retirar Gierek e a sua equipa da liderança: nada menos do que uma revolta de operários que se transformou na formação da primeira plataforma sindical independente em todo o Bloco – o *Solidarno* .

A queda de Gierek deu-se por duas causas interligadas: a primeira consistiu na falha em resolver a situação de greve e o geral descontentamento da sociedade³⁰; conseqüentemente, a segunda ficou a dever-se à perda dos seus maiores aliados no Politburo (Babiuch, Łukasiewicz, Szydlak, Wrzaszczyk, Pyka e Zandarowski) no Quarto Plenário de 24 de agosto de 1980, por recusar recorrer ao uso da força devido ao volume e intensidade da sublevação revolucionária. A 5 de setembro Gierek demitiu-se e foi substituído por Stanisław Kania³¹.

Segundo Sanford (1986, p. 47), Kania, que se tinha tornado o representante dos centristas na altura, foi testado e aprovado pelo Kremlin e, para os soviéticos, era um funcionário do partido no qual se podia confiar não sucumbir a ideias e pressões reformistas, ideologicamente fiável e totalmente sem imaginação, embora taticamente flexível. Kania conseguiu adiar o Nono Congresso do Partido até julho do ano seguinte, na esperança que surgissem espontaneamente brechas e divisões no movimento sindicalista.

No Congresso, o Primeiro-secretário conseguiu renovar quase por completo a liderança do PZPR (mantiveram-se o próprio Kania, Barcilowski, Jaruzelski e Olsozowski), e também democratizar o Partido internamente dentro dos limites Leninistas. Assim, apesar de não ter conseguido apaziguar o movimento sindicalista, conseguiu afastar os elementos reformistas dentro do Partido que estavam dispostos a

³⁰ Gierek acabou por ceder à *Solodarno* com a assinatura dos Acordos de Gda sk a 31 de Agosto.

³¹ Na escolha de Stanisław Kania, foi definitivamente importante o aconselhamento do embaixador soviético Aristov.

fazer com que o sistema surgido com a assinatura do Acordo de Gdansk funcionasse³². No entanto, o principal propósito do Nono Congresso do Politburo seria a imposição da sua própria visão de uma Frente de Entendimento Nacional sobre a sociedade e a *Solidarność* que, entretanto, se tinha tornado organizacional e programaticamente mais determinada desde o seu Primeiro Congresso em setembro de 1981. Para o fazer, baseou-se no exército, cujo comandante, Jaruzelski, tinha sido nomeado Primeiro-ministro e permanecido na função de Ministro da Defesa. Porém, falhou por completo e o Congresso ficou visto como um fiasco político no respeitante à pacificação da sociedade e ao desmantelamento da *Solidarność*.

Durante o outono, foram aceleradas preparações para a imposição da lei marcial e, depois do falhanço completo de Kania na missão que a liderança Soviética lhe tinha dado, Jaruzelski foi eleito Primeiro-secretário no Quarto Plenário de outubro de 1981 com 180 votos contra 4, por forma a salvar o sistema comunista (*Nowe Drogi*, novembro de 1981, in Sanford, 1986, p. 48). Ainda no Congresso, Jaruzelski anunciou o reativar de uma “Frente de Unidade Nacional”. No mesmo mês foi anunciada a imposição da lei marcial na Polónia.

Esta foi a medida que a nova liderança viu como inibidora de uma invasão por parte da União Soviética, tal como havia acontecido na Hungria em 1956 e na Checoslováquia em 1968. Com Brezhnev no poder e a vigorar a sua doutrina, a imposição da lei marcial parecia a única medida possível para restaurar a ordem no país e evitar uma catástrofe mais generalizada.

Assim, a maior parte dos ativistas pertencentes à *Solidarność* foram colocados em campos de trabalho ou presos. As atividades dos sindicatos e da maior parte das organizações sociais foram suspensas e a aquelas que tinham apoiado a bandeira antirregime dissolvidas. O partido sofreu também uma purga, tanto de elementos reformistas como de elementos demasiado ortodoxos. Quanto às políticas que vieram a ser tomadas, não havia uma linha coerente. Os preços dos bens de consumo aumentaram drasticamente mas não existia nenhum programa coeso para a recuperação económica do país.

³² Para saber mais sobre o Acordo de Gdansk e sobre o *Solidarność*, vide Garton Ash, Timothy: *The Polish Revolution*, 2002; Kennedy, Michael: *Professionals, Power and Solidarity in Poland*, 1991; Macshane, Denis: *Solidarity, Poland's Independent Trade Union*, 1981; e Weber, Wolfgang: *1980-1981 Solidarity in Poland and the Perspective of Political Revolution*, 1987.

Mesmo com a anulação do estado de guerra um ano e meio depois (em junho de 1983), novas reformas só foram anunciadas após o X Congresso do PZPR ao qual Mikahil Gorbachev já assistiu enquanto Secretário-geral do . Em 1987, numa tentativa de acompanhar a ofensiva de reformas na URSS, foram propostas também algumas medidas mais liberalizantes na Polónia, mas sem qualquer efeito significativo.

A equipa de Jaruzelski, parcialmente renovada³³, apesar de empenhada na manutenção do sistema, tinha pouca capacidade tanto de liderança efetiva, como de realização de qualquer nova visão de desenvolvimento nacional. Como afirma Lewis (1994, p. 229), «In this the regime reflected the fundamental crisis that emerged in the Soviet Union as well as the problems - more evident at that stage in Hungary, Czechoslovakia and GDR - of the rest of Central Europe.»

Finalmente, em 1987, a elite política de topo decidiu realizar um referendo sobre a reforma económica. E, apesar de obter quase dois terços dos votos, o referendo falhou. Os líderes estavam tão certos da vitória que reclamaram o apoio de uma maioria qualificada, em vez de uma maioria absoluta. Como resultado da estagnação das reformas, em agosto de 1988, uma série de greves assolou o país; mas desta vez por uma geração mais nova, que nem sequer tinha ligações ao *Solidarno* . A elite decidiu, então, recorrer à oposição da velha guarda da plataforma sindical, chamando Lech Wał sa para por cobro às greves em troca de negociações por forma a alterar alguns dos mecanismos sob os quais o regime estava a funcionar.

Conseguindo parar o alastramento das manifestações, a elite não se viu obrigada a negociar com a oposição porque não tinha alternativa, mas porque necessitava de um parceiro para as negociações visando a mudança de um sistema falido. Segundo Saxonberg (2001, p.7):

«They feared, namely, that they would otherwise loose control over the economy, inasmuch as they believed themselves lacking the legitimacy necessary for carrying out economic reforms which would lower living standards over the next few years. Thus they needed an opposition leadership which they could co-opt into sharing the responsibility for the reforms» (Saxonberg, 2001).

³³ Vide Tabela 1 no Anexo 1.

Assim, as alterações no sistema partiram da elite de topo. Porém, como iremos verificar, a estratégia de mudança pretendia uma democratização do regime parcial e não total; não obstante, o legado de insucesso veio alterar o peso das partes, e o regime acabaria por cair mais tarde.

A Hungria foi o Estado onde houve menor circulação do cargo de Primeiro-secretário. Desde 1956, após a revolução de novembro, foi formada no país uma elite de topo que, apesar das várias mudanças ao longo do período estudado, teve como líder, o indivíduo que mais tempo permaneceu enquanto Primeiro Secretário em todo o Bloco Comunista³⁴: János Kádár. Segundo Shöpflin, do ponto de vista da elite como um todo, a consolidação da posição do líder contem tanto benefícios, como malefícios. Por um lado estabiliza o sistema, mas, por outro, diminui o poder dos níveis mais baixos da elite. Em particular, enquanto a autoridade do líder cresce devido à sua longevidade no poder, este começa gradualmente a ser visto como “indispensável”, o sistema torna-se numa criação sua, o seu poder pessoal é cada vez maior e ele consegue subtilmente remodelar a máquina partidária através de reformas e de nomeações (1990, p. 101).

A reacção da elite política de topo húngara ao discurso de Nikita Khrushchev no XX Congresso do Partido Comunista foi de completa surpresa. O regime de Máthias Rákosi e a sua liderança de estalinistas tinham sido completamente desacreditados e, rapidamente, um novo líder foi apontado para tentar reabilitar o partido.

Rákosi demitiu-se no início do Congresso do Comité Central de 18 a 20 de julho³⁵ e foi Ernő Gerő que o substituiu no cargo de Primeiro-secretário, mas na composição dos restantes membros da liderança nos dois órgãos nada mudou. A maior parte dos membros do Politburo tinham feito parte da equipa anterior e os que não tinham, János Kádár, György Marosán e József Révai³⁶, já haviam feito parte de antigas direcções sob a liderança de Rákosi.

No entanto, Gerő chegou ao cargo de Primeiro-secretário de um partido claramente dividido e começou a sua liderança por declarar guerra em duas frentes internas: o sectarismo de esquerda, que vinha do legado de Rákosi, e o desviacionismo

³⁴ Os líderes comunistas da Jugoslávia, Josip Tito, e da Albânia, Enver Hoxa, estiveram mais tempo no poder do que Kádár, mas as circunstâncias destes dois países eram diferentes e, por isso, esta consideração.

³⁵ Dias depois foi exilado para a União Soviética.

³⁶ Vide Tabela 3 no Anexo 1.

de direita, da linha de Nagy e do Círculo Petöfi. Gerö, porém, não era reconhecido como um líder capaz de unir o Partido. Como Béla Veg afirmou logo no Congresso: «The hearts and minds of the CC were for electing Kádár. Everyone knew that Gerö wasn't the solution.» (Gough, 2006, p.74).

Na eleição de Gerö para Primeiro-secretário, no Congresso de 21 de junho de 1956, não houve circulação das elites. Todos os membros que faziam parte do Politburo já tinham exercido esse cargo, apesar de três deles – János Kádár, György Marosán e József Révai – não terem feito parte do órgão executivo no mandato imediatamente anterior. Somente na eleição de 24 de outubro entraram novos membros para este órgão: Gyula Kállai, Sándor Gáspár, József Köböl e Zoltán Szántó – não perfazendo, no entanto, uma maioria dentro do mesmo³⁷. Para além disso, devido à revolução, este grupo, enquanto conjunto, permaneceu no poder apenas dois dias.

Gerö rapidamente mostrou não ser a pessoa certa para o cargo que estava a ocupar, estando as grandes decisões que tomou diretamente ligadas com o que viria a acontecer em outubro. Desde logo, esteve fora do país durante grande parte do período entre os meses de julho e outubro, primeiro para umas férias na Crimeia, depois para uma visita de Estado à Jugoslávia – numa tentativa de se aproximar a Tito – que se estendeu também por mais uma semana de férias (estas já na primeira semana de outubro).

Para além disso, tentou, com a inclusão de Imre Nagy e de outros novos elementos no Politburo (Károly Kiss, Gyula Kállai, Sándor Gáspár, József Köböl e Zoltán Szántó), acalmar as divisões existentes dentro do Partido, mas o resultado desta elevação ao Politburo foi o inverso, afastando cada vez mais as alas que não corroboravam das ideias de Nagy e do Círculo Petöfi.

Finalmente, contribuiu para a sua queda a decisão de reabilitar Lajos Rajk e de lhe dar um enterro digno. Gerö julgava que, por não ter estado diretamente implicado no julgamento de Rajk, este passo poderia servir para acalmar a população que, devido ao que estava a acontecer na Polónia naquele momento e às divisões existentes no partido, mostrava um comportamento cada vez mais instável.

Tal como Gough notou, as palavras de Alexis Tocqueville fazem, aqui, todo o sentido: «If, as Tocqueville famously suggested, the most dangerous time for a bad

³⁷ Vide Tabela 3 no Anexo 1.

government is when it tries to improve, the Hungarian Communist leadership had cause to worry in the late summer autumn of 1956» (2006, p. 74), já que, depois das tentativas de unir o Partido e a população, no dia 23 de outubro, após o enterro de Rajk, mais de 200 000 pessoas saíram à rua em Budapeste com demonstrações antirrussas³⁸ e de apoio aos polacos.

A resposta por parte do Politburo foi de enviar as tropas húngaras, acompanhadas das tropas soviéticas que estavam no território, para controlar a turba. Porém, parte dos soldados não obedeceram completamente à ordem dada e juntaram-se aos manifestantes³⁹. Para além disso, estavam já em Budapeste dois enviados de Moscovo – Mikoyan e Suslov – para verificar qual a melhor forma de lidar com a situação húngara. A 25 de outubro demonstrações de estudantes pediam a demissão de Ger e este, juntamente com os enviados de Moscovo, e os restantes elemento da elite de topo, reuniram-se para concluir que o cargo de Primeiro Secretário deveria ser transferido para János Kádár.

No dia seguinte, a reunião do Politburo foi dominada pela tentativa de unidade dentro do Partido. O Comité Central reuniu de seguida e Kádár enfatizou no seu discurso que «sectarian mistakes» tinham, sido a maior causa da crise actual, e que «we must not try to solve this question by military measures.» A sua solução seria um governo de unidade nacional e algumas concessões feitas aos trabalhadores. Só assim, a crise iria cessar. Assim, para Kádár a nova liderança queria «to bring together all forces that believe in the people's democratic system and the construction of socialism, indeed in some cases those who don't struggle against it.» (relatório de Mikoyan e Suslov, 26 de outubro de 1956, in Gough, 2006, p.81). Nos dias seguintes, a questão parecia estar a resolver-se: o governo húngaro prometia uma liberalização da vida social e política e a população parecia responder positivamente à proposta.

Porém, uma sucessão de eventos viria a agitar definitivamente a liderança húngara. A 1 de novembro, János Kádár apoiou a formação de um governo mais liberal que não tinha forçosamente de ser composto unicamente por comunistas; para além disso dissolveu o MZMP e cria o MSzMP; o ex-Presidente da República, Zlotán Tildy apelou a que se adotasse um sistema multipartidário no país; e suspeitas da invasão soviética (a denominada *Operação Whirlwind*) levaram Imre Nagy, nessa altura

³⁸ A Estátua de Estaline em Budapeste, situada no parque da cidade, foi mesmo deitada a baixo.

³⁹ Isso não impediu que no dia 25, mais de uma centena de civis tivesse sido abatida perto do Parlamento.

Primeiro-ministro e membro do Comité Executivo Provisório, a declarar que as tropas soviéticas deveriam deixar o solo húngaro, que o país deveria abandonar o Pacto de Varsóvia, declarar neutralidade e pedir assistência à Organização das Nações Unidas.

Segundo György Heltai, Kádár disse a Andropov, embaixador soviético na Hungria que

«... he knew full well that the declaration of neutrality meant the end of the Communist system for Hungary, and that meant the end of his life, because he had dedicated his whole life to the Communist Party ... But if the Soviets attempted to intervene in Hungary with the further use of arms, it would be the Soviets themselves who brought the counter-revolution to Hungary, and he would take to the streets with a pistol against Russian tanks and give his life for his country.» (Cartledge, 2011, p. 454).

Nessa noite, Kádár e Ferenc Münnich foram levados para Moscovo e, nos dois dias seguintes, são “forçados” a mudar de opinião e a concordar com os soviéticos de que o que estava a acontecer nas ruas da Hungria era uma contrarrevolução. Kádár, por decisão russa, permaneceu no posto de Primeiro-secretário e foi também nomeado para o cargo de Primeiro-ministro.⁴⁰

Desta forma, a 7 de novembro, três dias depois da invasão soviética, foi formado um novo Comité Executivo Provisório, do qual Nagy e os seus apoiantes já não faziam parte.⁴¹

Ao observarmos a Tabela 3, verificamos que os elementos do Comité Executivo de 31 de outubro, provenientes de uma ala mais liberal e apoiantes de Imre Nagy, são excluídos do Comité Executivo seguinte, formado já após a invasão soviética, e substituídos por membros do Presidium que já tinham sido elementos deste órgão aquando da liderança de Máthias Rákosi ou Ernő Gerő, com a exceção de Ferenc Münnich, que exerce pela primeira vez um cargo no órgão executivo do partido a 26 de outubro de 1956.⁴²

⁴⁰ Imre Nagy seria acusado de pertencer a um movimento contrarrevolucionário e julgado mais tarde depois de se ter exilado na embaixada jugoslava e entregue aos soviéticos em território romeno.

⁴¹ Vide Tabela 3 no Anexo 1 para comparação entre os três executivos formados durante a revolução.

⁴² Károly Kiss foi membro do primeiro Politburo após a II Guerra Mundial (21 de Maio de 1945) e Antal Apró membro do segundo (1 de Outubro de 1946). Estes dois elementos representavam ainda uma ligação do regime com o passado Rákosiano.

Durante o período de normalização, após a retirada das tropas do Pacto de Varsóvia a 5 de janeiro, houve ainda outro Comité Executivo Provisório, nomeado a 16 de fevereiro de 1957 composto por todos os membros do Comité de 7 de novembro de 1956 e com a adição de dois novos elementos, Sándor Rónai e Miklós Somogyi. Neste período surgiu novamente o Secretariado do qual faziam parte János Kádár, Gyula Kállai, György Marosán, Károly Kiss e Jenő Fock (um elemento mais centrista, na linha de Kádár).

Para além disso, várias políticas de restituição do partido e reorganização da sociedade foram impostas: baniram-se mais de duas dúzias de estalinistas de postos de liderança, deram-se centenas de detenções por toda a sociedade, os campos de trabalho foram reabertos e os conselhos de trabalhadores encerrados. Por estas últimas medidas e pelo tratamento dado a Imre Nagy e aos seus apoiantes, o novo governo foi condenado pela maior parte dos Estados não comunistas e a questão húngara ficava firmemente na agenda da ONU.

Mesmo enquanto as ondas de detenções e execuções continuavam, Kádár deu pequenos passos de encontro à reconciliação com a população. Foram introduzidos aumentos salariais até 20%, com retroativos datados do advento do novo governo; confirmação da abolição de fornecimento compulsivo de bens agrícolas; e a carga tributária de pequenas trocas fora do sector estatal foi significativamente reduzida⁴³. Estas e outras medidas anunciavam que a era de Rákosi não tinha voltado e que Kádár pretendia um regime diferente, principalmente no que dizia respeito ao nível de vida da população.

O objetivo último de Kádár assentava na restauração, consolidação e manutenção do monopólio do poder por parte do MSzMP na Hungria. Para isso, havia duas pré-condições essenciais: apoio continuado do regime por parte da União Soviética e, como mínimo, a ausência de oposição ativa ao regime a partir da população húngara. Durante os seus 32 anos no poder, todas as políticas de Kádár estariam relacionadas com estas duas questões de fundo (Cartledge, 2011, p. 467).

⁴³ Estas medidas económicas ficaram a dever-se à instauração de um Comité de *experts* na área da economia, apelidado de *Comité Varga* devido ao seu responsável, István Varga. O Comité queria uma fundar uma economia que se baseasse mais nos preços do mercado e em taxas de juro enquanto ferramentas. No entanto, o Bloco Soviético estava a voltar-se para uma nova contração nas medidas mais liberais e só algumas das medidas do Comité (aquelas anunciadas no texto) foram postas em prática.

Segundo Shöpflin (1986, p. 104), a contribuição de Kádár para o sistema comunista pode ser compreendida tanto em termos positivos – o que Kádár procurou concretizar; - como em termos negativos, o que Kádár tentou evitar. Os fatores negativos prendem-se com o facto de Kádár ter sido ele próprio uma vítima do terror, criando assim um sistema no qual a repressão era restrita unicamente aos objetivos delineados pelo próprio sistema. Desta forma não haveria terror em massa, a polícia secreta operaria dentro de determinadas regras, a arbitrariedade seria verificada, haveria alguma tentativa para manter uma distinção entre crime político e erro político e os instrumentos de coerção seriam remetidos para último recurso. Mas isto não significa que Kádár fosse promotor de um Estado de Direito; o que o líder pretendia, acima de tudo, era dissociar-se do sistema imposto por Rákosi, o qual foi interpretado como sendo uma concentração excessiva do poder e um uso da coerção irracional. Assim, Kádár procurou definir a sua posição contrastando-a por completo com o papel desempenhado por Rákosi. Por exemplo, em vez de fomentar o culto da personalidade, Kádár foi reconhecido como uma figura humana e acessível, cujo papel no sistema era de um *primus inter pares*.

A primeira eleição após o período revolucionário, a 29 de junho de 1957, demonstrou que tanto no Politburo, como no Secretariado, pouco havia mudado: no Politburo permaneceram todos os elementos à exceção de Sándor Rónai e Miklós Somogyi (os dois membros acrescentados ao Comité Executivo anterior), substituídos por Jen Fock, enquanto membro efetivo, e Zoltán Komócsin, enquanto membro não efetivo⁴⁴; no Secretariado permaneceram Kádár, Marosán, Kiss e Fock e foram acrescentados dois novos elementos, Lajos Fehér (que havia sido membro do terceiro Comité Executivo Provisório) e István Szirmai (da confiança pessoal de Kádár)⁴⁵.

O padrão da primeira eleição viria a perdurar durante a liderança de Kádár. Ao contrário de outros Estados, em que as alterações de membros no Politburo eram frequentes de eleição para eleição, na Hungria o padrão era de permanência de membros após a sua nomeação. Na sua relação com os restantes elementos da elite de topo, podemos demarcar os primeiros três anos no poder por uma dependência de Kádár daqueles elementos que ainda tinham feito parte da era Rákosi e dos quais o líder não gostava nem confiava pessoalmente. Durante esses anos, Kádár foi-se afastando dos

⁴⁴ Vide Tabela 3 no Anexo 1.

⁴⁵ Vide Tabela 4 no Anexo 1.

dogmáticos e, quando podia, ou julgava inevitável, dispensava os seus opositores (Shöpflin, 1990, p. 106).

Um desses confrontos ficou relacionado com a linha mais liberalizante que Kádár queria implementar na política agrícola. No final de 1958, os indivíduos em quintas coletivas representavam menos de metade do que em 1953 e as quintas representavam pouco menos do que 10% da terra arável do país. O Ministro da Agricultura, Imre D gei, mostrava-se contra esta política, sendo a favor de uma política de coletivização coerciva⁴⁶; apesar de mais tarde, em 1959, a coletivização da agricultura ter sido novamente imposta, após a vinda de Kádár do XXI Congresso do Partido, D gei foi demitido, conseguindo Kádár consolidar mais o seu poder tanto sobre a máquina partidária (afastando um dogmático) como sobre o governo.

Em relação à coletivização, e apesar das imposições de Moscovo, a liderança húngara conseguiu contrabalançar a medida com vários incentivos: os agricultores podiam continuar a cultivar numa área mais pequena em regime não cooperativo e usar os utensílios necessários para a cultivar das cooperativas a taxas favoráveis; pela primeira vez, os agricultores de cooperativas passariam a ter pensões de velhice⁴⁷. Para além de uma maior abertura na política agrícola, outras áreas sociais passaram a ter um tratamento mais tolerante: o sindicato dos escritores foi readmitido e submetido a uma política que lhes permitia alguma liberdade; houve uma distinção entre atividade clerical anti-Estado e credo religioso, sendo que o último seria combatido mas através de uma batalha ideológica que não colocasse em causa os sentimentos dos crentes ou a sua liberdade de culto (Gough, 2006) e foi permitido aos clérigos voltarem a ensinar nas escolas num horário extracurricular.

Na eleição de 1959, Kádár continuou a manter alguns membros pertencentes à elite anterior a 1956. Os elementos que haviam sido eleitos em 1957 permaneceram no Politburo e Sándor Rónai e Miklós Somogyi voltaram a fazer parte do órgão executivo do Partido. Para além disso, foi eleito um dos associados informais de Kádár, István Szirmai, bem como o mais liberal Deszó Nemes. Estes dois últimos indivíduos juntaram-se também ao Secretariado (apesar de Nemes só ser nomeado depois da saída de Károly Kiss e Jen Fock em 1961).

⁴⁶ Mais detalhes no Capítulo III.

⁴⁷ No entanto, aqueles que ficavam de fora deste regime eram submetidos a aumentos de impostos significativos e os seus filhos arriscavam-se a perder os seus lugares nos estabelecimentos de ensino.

No início da década de 60 a liderança húngara tinha duas grandes questões a serem resolvidas. Primeiro, sendo a Hungria um país de pequenas dimensões e com poucas matérias-primas, era especialmente inadequada para o tipo de investimento económico que havia sido feito nas décadas anteriores que incidiam principalmente na indústria pesada e na coletivização em massa. Este mau uso dos recursos e potencial do país resultou em perda significativa de competitividade. Para além disso, a Hungria tinha rapidamente de melhorar a sua imagem a nível internacional, questão esta importante para resolver o problema económico.

Assim, procedeu-se nesses primeiros anos a uma amnistia parcial que incluía figuras importantes da era Rákosi e a maior parte dos indivíduos que tinham sido presos no decorrer da revolução de outubro⁴⁸. Aboliram-se também os campos de trabalho, foi feita uma reforma no código penal que bania o uso da tortura e a deportação interna arbitrária e abandonou-se o critério que descriminava o acesso ao ensino superior a alunos provenientes da classe média. Iniciou-se ainda um processo de contratação de indivíduos não filiados para postos de responsabilidade – na prática, o cartão do Partido continuava a ser importante para se atingirem postos perto da liderança, mas havia um desejo crescente de utilizar as aptidões de uma parte muito maior da população, especialmente em postos técnicos e não políticos.

As novas políticas cedo deram resultados favoráveis para a elite comunista. Durante o outono de 1962, a Hungria e os Estados Unidos avançaram para um entendimento informal. Ainda nesse ano, U Thant, Secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), foi convidado a visitar o país no verão seguinte (visita essa que foi considerada um sucesso) e os problemas com o Vaticano começaram a ser resolvidos⁴⁹. A Hungria estava, naquele momento, numa melhor posição para a assinatura deste acordo já que a sua liderança estava mais lançada numa política de abertura do que a Checoslováquia, e com a Igreja sob maior controle do que a Polónia. Também no ano seguinte, em novembro, foi assinado com a RFA um acordo de comércio e representação.

Assim, durante algum tempo, Kádár foi equilibrando forças políticas contraditórias: por um lado, a sua restauração do Partido enquanto órgão máximo tinha

⁴⁸ Para a qual Kádár necessitou da aprovação de Khrushchev.

⁴⁹ Kádár assinou um acordo já em 1963 com o Papa João XXIII que pedia a reconciliação pacífica dos conflitos da Guerra Fria. A assinatura deste acordo foi também aprovada por Khrushchev já que se adaptava aos seus objetivos de aproximação ao Ocidente.

fortalecido tanto as instituições como a ideologia; por outro, o trauma de outubro de 1956 e a má posição internacional do país pediam uma política mais conciliatória, que o líder foi perseguindo. Pela primeira vez, a liderança de Kádár começava a desenhar uma linha clara de distanciamento do velho modelo estalinista.

Estas políticas foram tomadas principalmente depois de Kádár ter assistido ao XXII Congresso do em 1961, aproveitando a nova alteração de posição do Kremlin. Para além disso a mais explícita abordagem de Khrushchev contra as políticas de Estaline acabaria por adjuvar Kádár na remoção de alguns dos maiores conservadores que permaneciam no Politburo e Secretariado, como Károly Kiss⁵⁰ e György Marosán.

A partir deste momento, o poder de Kádár sobre o Partido tornou-se inquestionável. O líder foi capaz de ampliar largamente a sua base de apoio pelo seu abandono do modelo monolítico, simbolizado pela célebre reversão do slogan de Mathiás Rákosi “Aquele que não está connosco, está contra nós.”, para uma abordagem mais neutra “Aquele que não está contra nós, está connosco.”. No que diz respeito à elite, Kádár reconheceu que o Partido, por si só, não era capaz de construir uma economia forte e consolidada e que, por isso, era necessária a cooperação da *intelligentisa* e que o melhor modo de atingir este objetivo seria dar a estes indivíduos acesso à periferia do sistema de poder, requerendo, apenas, um compromisso ideológico por parte dos mesmos. Ao contrário de Rákosi, que exigia demonstrações permanentes de lealdade, Kádár tinha um sistema mais flexível, em que a lealdade era merecida e não demonstrada. Desta forma a *intelligentsia* amparava o sistema, sendo que este aproveitava as suas capacidades sem colocar o Partido e a elite de topo em causa. A lealdade era assegurada da mesma forma e Kádár conseguia ser visto como o garante pessoal do próprio sistema (Shöplflin, 1986, p. 107).

Na eleição para o Politburo de 24 de novembro de 1962 já se notavam algumas mudanças na composição tanto deste órgão como do Secretariado. Sem Kiss e Marosán, somente Antal Apró permanecia como reminiscência da era Rákosiana⁵¹. No entanto, só mesmo três dos quatro membros não efetivos não faziam parte do executivo anterior, não havendo, assim, qualquer circulação das elites de topo. E, apesar das políticas

⁵⁰ Kiss era o maior concorrente de Kádár à liderança do Partido e este último aproveitou a oportunidade para derrubar do seu opositor.

⁵¹ Vide Tabela 3 no Anexo 1.

reveladoras de uma abertura cada vez maior ao Ocidente⁵², a questão económica agravava-se cada vez mais. Em 1963 os sinais da crise estavam a multiplicar-se e a Hungria estava a acumular um volume cada vez maior de dívida pública tanto para com os membros da CMEA como para outros países fora do Bloco.

Para tentar resolver a questão económica a liderança do Politburo pediu, em 1964, a Rezs Nyers⁵³ para fazer uma análise crítica compreensiva do sistema de gestão económica. Em outubro do ano seguinte, os onze comités sob Nyers tinham preparado um esboço do que viria a ser conhecido como Novo Mecanismo Económico (NME)⁵⁴, que foi, de seguida, aprovado pelo Comité Central, bem como pelo próprio Kádár, apesar de este se manter distante do projeto. Por outro lado, noutras áreas, como a da educação houve um reforço da influência do Partido nas instituições de ensino em termos de ideologia. Assim, apesar de haver maior liberdade literária e intelectual, a influência do Marxismo-Leninismo sentia-se em toda a parte, incluindo as escolas e universidades, particularmente no campo das ciências sociais. Desta forma, a atmosfera mais liberal na economia foi contrabalançada por controlos ideológicos, que estavam firmemente sob a alçada do Partido.

O caminho de Nyers foi definitivamente aberto para a liderança na eleição do Politburo e Secretariado de 1966. No que diz respeito à eleição anterior, podemos verificar que a elite de topo foi estreitada nesta época de mudança necessária. Para além disso, os dois órgãos eram cada vez mais compostos por elementos de uma linha mais liberal que acompanhava a necessidade de reforma. No entanto, esta tendência não colocava de parte a desconfiança de Kádár na liderança da reforma por parte de tecnocratas:

«... it's as if twelve months ago we called in 108 economists, like getting the vets to take a look as how they could cure the horse [...]. After twenty years of working class and party leading [...] some now get this feeling that the economists are taking over the country's leadership.» (Gough, 2006, p.155).

⁵² Deixou-se de interferir nas emissões da *Radio Free Europe* e de outras rádios ocidentais e um número cada vez maior de pessoas era autorizado a viajar para os países a ocidente do Elba

⁵³ Nyers tinha sido Ministro das Finanças, cargo que abandonou em 1962, e pertencia em 1964 ao Secretariado do Partido.

⁵⁴ Muitos dos cento e trinta a cinco especialistas no NME tinham feito parte do Comité Varga.

Para além da desconfiança de Kádár, a mudança na liderança moscovita também não veio a abonar as novas reformas. Depois da retirada de Khrushchev em 1964, Brezhnev adotou uma visão mais conservadora que desencorajava as políticas no NME. Desta forma o projeto saiu mais moderado em 1968, depois de sucessivas revisões. Para além disso, a crise da Checoslováquia, com a invasão dos membros do Pacto de Varsóvia, veio colocar sérios entraves ao NME e a desvendar brechas dentro da elite de topo.

Na altura, apesar da economia estar a crescer em média 6% ao ano, a posição de Kádár perante o NME era de cautela. A abertura surgida na *Primavera de Praga* havia colocado a elite política checoslovaca em cheque e, na Hungria, surgiam três grandes opositores às medidas liberalizantes do Novo Mecanismo: Zoltán Komócsin (tornou-se opositor depois da crise da Checoslováquia – era leal ao regime mas respondia sobretudo a Moscovo), Béla Biszku (sempre se mostrou a favor de políticas mais disciplinares) e Sándor Gáspár (a sua prioridade era a defesa dos interesses dos sindicatos nas grandes fábricas). Durante o X Congresso do MSzMP, o NME foi severamente criticado, mas Brezhnev decidiu dar a Kádár o benefício da dúvida e o mecanismo sobreviveu. Moscovo estava a tomar uma posição cada vez mais conservadora desde a Primavera de Praga.

A crise na Polónia de 1970 só veio agravar a posição de Moscovo perante o NME e, apesar da *détente* com o Ocidente, Brezhnev estava concentrado em assegurar as fronteiras do Bloco. O líder queria mostrar que a *détente* não significaria que os países satélite poderiam tornar-se dependentes de créditos vindos do Ocidente, mas sim, a partir de uma melhor integração na CMEA. Com a crise continuada na Hungria, Moscovo admitiu mesmo que Kádár teria de mudar de políticas e de pessoal⁵⁵. Apesar de não se assistirem a grandes alterações na elite de topo na eleição de 1970, na eleição seguinte, a 22 de março de 1975, Nyers, Féher, dois dos maiores impulsionadores do NME, haviam sido substituídos; Jen Fock foi substituído dias depois do Politburo e dispensado do cargo de Primeiro-ministro por ser considerado demasiado liberal para as políticas de reversão que estavam a ser tomadas; para além disso foram dispensados, na mesma altura de Fock, Antal Apró (última reminiscência da era Rákosi), Béla Biszku e Deszó Nemes. No seu lugar foram colocados István Huszár e Pál Losonczy. Esta

⁵⁵ A demissão do líder não estava posta em causa já que seria um passo demasiado arriscado devido às boas relações que tinha tanto no Bloco como no Ocidente e à já longa duração do seu mandato.

substituição acompanhou uma política de recentralização durante o período 1972-1978 que veio agravar ainda mais a crise húngara.

Nas duas eleições seguintes pode-se verificar que a elite de topo foi praticamente renovada e, apesar de, entre as mesmas não haver diferenças substanciais no que diz respeito à composição⁵⁶, em 1983 deu-se uma nova viragem na política económica, sendo que algumas das reformas do NME foram restauradas⁵⁷, o que significou uma recuperação imediata no sistema económico nesse e no ano posterior. Para além disso, a liderança acordou em instituir eleições parlamentares e autárquicas competitivas em todos os círculos eleitorais. A intenção era dar uma maior vitalidade a instituições muito similares e estanques e permitir a expressão de posições contraditórias sem que isso implicasse uma alteração fundamental no sistema.

Assim, as eleições parlamentares de 1985 foram postas em prática com novas regras, vindo revelar a existência de novas correntes sob a superfície aparentemente tranquila do MSzMP. Apesar de apenas 71 dos 154 dos indivíduos apartidários que se propuseram à candidatura terem sobrevivido ao processo de nomeação (controlado pelo Partido), 35 deles venceram os seus opositores comunistas e entraram para o Parlamento para formar o primeiro núcleo independente (mas não dissidente nem opositor) dentro desta instituição.

A partir dessa eleição, começaram a surgir críticas abertas à liderança de Kádár, muito devido à sua idade e incapacidade para acompanhar o ritmo das políticas a serem executadas. Károly Grósz, já no Politburo e mais autoritário, tinha grande influência dentro do Partido, sendo ainda apoiado por Gorbachev (já na liderança do) para substituir Kádár. Outras críticas vieram da parte de Imre Posgay que, apesar de não fazer parte da elite de topo partidária, tinha ocupado o cargo de Ministro da Educação. Posgay ocupava um lugar de influência fora do partido, nomeadamente por ser líder de um grupo populista – a Frente Popular Patriótica – que pretendia tomar a liderança do sistema.

As pressões eram cada vez maiores para o afastamento de Kádár e, quando os líderes e delegados locais do MSzMP se reuniram, no Terceiro Congresso extraordinário do Partido, em maio de 1988, era claro para todos os participantes que a

⁵⁶ Vide tabelas 3 e 4 no Anexo 1.

⁵⁷ Esta possibilidade ficou a dever-se à alteração da liderança em Moscovo. Brezhnev morre em 1982 e é substituído por Andropov, um aliado de Kádár desde os tempos de Khrushchev.

mudança na liderança não podia ser adiada. Kádár pediu a demissão do cargo de Primeiro-secretário do Partido e aceitou o cargo honorário de Presidente da mesma instituição⁵⁸. Do Congresso saiu uma nova elite política de topo que mantinha os elementos mais ligados a Grósz que já haviam sido eleitos em 1985, que recuperou Rezső Nyers e que acrescentou cinco membros, pertencentes a uma nova geração: Pál Iványi, János Luckács, Mijklós Nemeth, Imre Posgay e Ilona Tatai.

O facto de o MSzMP ter sido o primeiro partido na Europa Central e de Leste a renunciar ao seu papel de liderança na sociedade no início de 1989, não é, no entanto, um produto direto desta última mudança de liderança. Desde o início da década de 80, foram dados sinais de que o Partido estava a mudar e a acompanhar as exigências da sociedade – vários movimentos tinham surgido na segunda metade da década, dos quais o mais importante foi o Fórum Democrático Húngaro. Em outubro de 1988, o MSzMP fez a última tentativa para sobreviver num sistema que, já há algum tempo, vinha mostrando sinais de decadência e asfixia económica. O Partido dissolveu-se e tomou o nome de *Magyar Szocialista Párt* (MSZP), ficando sob a liderança de Rezső Nyers, que conduziu a mudança do sistema em janeiro e junho de 1989.

No período desde 1956 a 1989, deram-se na Checoslováquia quatro sucessões, podendo ser a última interpretada como uma derradeira tentativa de manter o partido a funcionar e no poder, tendo no entanto falhado e, por isso, de curta duração. Para além disso, poderemos verificar nas páginas seguintes, que houve um grande desfasamento na duração de mandatos de liderança para liderança, ao contrário do que aconteceu na Polónia, onde estes foram mais equilibrados.

A liderança checoslovaca foi aquela que com mais relutância se apercebeu do significado das declarações de Nikita Khrushchev no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em fevereiro de 1956, e que teve de enfrentar mais cedo protestos referentes à era estalinista.

A admissão dos erros de Estaline foi feita de forma lenta e cautelosa. A elite de topo via a posição de Khrushchev no Kremlin quase como se este fosse um líder de transição e, por isso esperava que as mudanças anunciadas fossem de curta duração. No

⁵⁸ Este novo cargo foi sugerido por Gorbachev, depois de discussões intensas entre os dois líderes acerca da necessidade da Hungria mudar de liderança.

entanto, ainda antes da eleição dos órgãos do Partido (em 1958), Alexei Capicka demitiu-se das suas funções, tanto no Governo como no Presidium⁵⁹. Rapidamente surgiram também artigos de jornais e escritores autónomos que criticavam as práticas estalinistas, tanto na URSS como na Checoslováquia e, em maio, demonstrações de estudantes anti-regime inundaram as ruas de Praga e de Bratislava. A imagem da liderança checoslovaca estava definitivamente colocada em causa.

Contudo, essa questão não se verificou numa alteração drástica nos elementos do Presidium e Secretariado na eleição de 1958 nem nas políticas ortodoxas que se mantiveram: houve uma aceleração no ritmo da coletivização (em 1957 a Checoslováquia tornava-se no segundo país com maior percentagem de terra coletivizada), houve um reforço do controle dos ativistas com recurso a intimidação e coerção, principalmente depois dos acontecimentos na Polónia e na Hungria⁶⁰ e houve uma viragem completa para o ateísmo, sendo decretado que a educação deveria ser antirreligiosa. Após os acontecimentos na Hungria, a liderança soviética não podia deixar que a situação na Checoslováquia se deteriorasse também e, por isso, a liderança ortodoxa encontrava-se numa posição privilegiada de apoio, conseguindo manter um sistema praticamente inalterado.

Não obstante, a elite política de topo tomou também algumas posições de abertura. Os designados titoístas foram reabilitados por todo o país, sem, no entanto, haver um pedido de desculpa por parte da liderança. O culto do indivíduo foi abandonado – Novotný atacou o culto de Gottwald e acusou todo o Comité Central de ter criado uma falsa atmosfera de superioridade à volta da figura de Gottwald, imitando assim o sistema de adulação pessoal introduzido na Rússia por Estaline.

Durante este período, a tática da liderança checoslovaca seguiu os movimentos que vinham do lado da União Soviética. Como o Kremlin tinha parcialmente retrocedido na desestalinização, a elite política de topo não sofreu qualquer pressão por parte de Moscovo e conseguiu permanecer até ao final da década.

Em 1960, a liderança aprovou e adotou uma nova Constituição que declarava um «Estado unitário de duas nações fraternas que possuíam iguais direitos, os Checos e os Eslovacos» e que seria «um Estado socialista fundado na aliança firme dos

⁵⁹ A Checoslováquia adotou a designação de Presidium em vez de Politburo. *Vide* Tabelas 5 e 6 no Anexo 1.

⁶⁰ Estas políticas de repressão fizeram com que alguns dos intelectuais pedissem desculpa pelo seu comportamento.

trabalhadores, camponeses e intelligentsia, com a classe operária a liderar», e sendo parte «do sistema socialista mundial». No entanto, apesar do Conselho Nacional Eslovaco ter sido preservado, estava especificamente restrito a trabalhar «sob a direção do Partido Comunista da Checoslováquia» para assegurar «uma execução uniforme do poder e administração estatal» juntamente com «o desenvolvimento geral da economia e cultura na Eslováquia». Segundo a nova Constituição, muitas das instituições que dominavam a política na Eslováquia seriam abolidas, o que significaria uma submissão clara ao poder de Praga. A questão aqui prende-se com a submissão da elite política eslovaca a Praga e, por isso, à necessidade de redobramos os esforços de liderarem o Partido Comunista Eslovaco e fazer parte da elite de topo do país.

No ano seguinte, um outro acontecimento veio abalar a estabilidade da elite política de topo checoslovaca: o XXII Congresso do KS em outubro. Ao contrário do que aconteceu nos outros dois Estados em análise, foi este congresso e não o de 1956 que levou a mudanças dentro da liderança do KS. Desta vez, Khrushchev, não só renovou e estendeu as suas denúncias do estalinismo; mas fê-lo numa reunião pública na qual Novotný estava presente, deixando-o numa posição difícil. Por um lado, não podia ignorar a linha de Moscovo, como os chineses haviam feito, e, por isso, tinha de liberalizar as políticas; por outro, não poderia ainda permitir reformas profundas na Checoslováquia, já que qualquer tentativa para desestalinizar iria inevitavelmente causar distúrbios na liderança já que alguns dos elementos que haviam sido responsáveis por políticas estalinistas ainda faziam parte do seu Presidium, nomeadamente os discípulos de Gottwald, Viliam Široký, Karol Bacílek e Bruno Köhler, bem como, talvez, ele próprio⁶¹.

No princípio da década a liderança optou por paulatinamente, adotar medidas mais reformistas. Na Eslováquia, o culto da personalidade foi condenado e as estátuas de Estaline e Gottwald derrubadas. Por conseguinte, novas figuras reformistas foram nomeadas para o Politburo enquanto membros efetivos: Drahomir Kolder logo na eleição de 1962 e Michal Chudík em 1964. Estes dois elementos, juntamente com Jiří Hndrych formavam a ala mais liberal dentro da elite política de topo.

⁶¹ Numa reunião extraordinária do Congresso, foi Dubček que foi representar a comitiva checoslovaca e, por Novotný não compreender a língua russa, aproveitou para afirmar a sua posição a favor da linha de Khrushchev. Esta questão é explorada no capítulo V.

Em 1963, a Checoslováquia foi o primeiro país comunista europeu a apresentar problemas económicos, os quais foram resolvidos pela execução de reformas por parte de economistas mais liberais que defendiam uma restrição da economia planificada e que o modelo estalinista de investimento na indústria pesada deveria ser reorientado para bens de consumo e indústrias leves. Em maio desse ano, Alexander Dubek tornou-se Primeiro-secretário do KSS e aproveitou o ressentimento eslovaco para se afirmar no campo nacional. Assim, a liderança eslovaca aproveitou a posição mais fragilizada de Novotný devido à questão económica para publicar críticas cada vez mais divergentes das publicações checas, estas mais ortodoxas, e reabilitar as vítimas das purgas estalinistas, tentando restaurar alguma da autonomia institucional local que lhe havia sido retirada desde 1946.

Durante os primeiros anos em que participou nos órgãos do KS, Dubek conseguiu, a pouco e pouco, obter uma rede de apoiantes para derrubar Novotný. Uma nota flagrante para esta questão foi a censura que o líder impôs sobre uma série de filmes checoslovacos que criticavam a era estalinista e que Dubek aproveitou para colocar Novotný em cheque perante todo o Politburo, causando uma crise definitiva na liderança (Heimann, 2009, pp. 226-227). Em 1967, o esboço de uma coligação anti-Novotný na elite checoslovaca podia ser claramente discernido. O líder tinha alienado muitos dos seus grupos clientelares que até esse ano o tinham apoiado – os tecnocratas, os eslovacos, a *intelligentsia* do Partido e, eventualmente, alguns elementos chave do centro da máquina partidária. A partir desse ano, essa coligação, da qual Dubek tinha tirado partido, estava pronta para depor o Primeiro-secretário. No outono desse ano Dubek fez o seu grande ataque a Novotný, defendendo que as funções de Presidente da República e de Primeiro-secretário não deviam estar sob a égide do mesmo indivíduo e que a economia centralizada estava a afundar o país. A partir deste momento, a elite estava claramente separada entre aqueles que apoiavam Dubek (Štěrba, Dolanský, Kolder e, depois, Hendrych) e aqueles que apoiavam Novotný (Hndrych, a princípio, Chucík, Lenárt e Sabolcik). Com o apoio de Hendrych, Dubek contava com maioria no Presidium. Para além disso, Brezhnev retirou o seu apoio ao ainda líder, comprovado na sua visita a Praga para informar a liderança checoslovaca do desinteresse soviético sobre o destino de Novotný (Heimann, 2009 e Shöpflin, 1990).

A 5 de janeiro de 1968, Dub ek foi nomeado Primeiro-secretário do KS , dando-se logo uma reforma no Presidium⁶², e a 4 de abril desse ano, depois do Congresso do Comité Central, foram eleitos os novos Presidium e Secretariado⁶³.

Como se pode verificar pela Tabela 3 em anexo, comparando os dois mandatos, o primeiro sob a liderança de Novotný, o segundo sob a de Dub ek, havia 6 elementos que se repetem nos Presidiums e um, Stefan Sádovský, que passa do Presidium sob a liderança de Novotný para o Secretariado sob a liderança de Dub ek. Para além disso, três elementos do Secretariado de Novotný e um do Presidium passaram a fazer parte do Secretariado de Dub ek. Isto não quer dizer que os novos elementos não se sobrepujassem à velha guarda, até porque alguns dos sobreviventes na eleição de 1968 eram apoiantes de Dub ek na era Novotný, mas é importante verificar o peso dos elementos que continuam nos órgãos primordiais do Partido, após uma mudança de liderança feita por desacreditação do líder deposto.

Logo de seguida foi posto em prática o Programa de Ação preparado desde que Dub ek tinha sido eleito Primeiro-secretário. Segundo o documento, todos os males da sociedade eram devidos à má governação de Novotný, quando «uma política económica, forçada a partir das necessidades e possibilidades do país», tinha levado à «exaustão dos seus recursos materiais e humanos». Foi a partir desta má política, ainda de acordo com o Programa de Ação que «todas as dificuldades com as quais os [tinham sido] confrontados diariamente» incluindo o «lento aumento dos salários», «estagnação dos níveis de vida», o «catastrófico estado da habitação», «o estado precário do sistema de transportes», «má qualidade dos bens e serviços», «falta de parâmetros culturais» e «condições em geral que afetam tangencialmente» o «factor humano, possibilidades de desenvolvimento da energia humana e a actividade do Homem» que são «decisivas para a sociedade socialista». Estes fatores enunciados iriam mudar de acordo com o Programa cujo objetivo era o «socialismo com um lado humano» (Heimann, 2009, pp. 234-235).

Enquanto no passado os trabalhadores «não tinham sempre a possibilidade» de expressar os seus interesses específicos e imediatos», o Partido agora prometia «dar liberdade de acção» para que eles possam usar de «todos os seus direitos políticos e

⁶² Quando Dub ek assume a liderança, são nomeados para o Presidium Jan Piller, Josef Spacek, Emil Rigo, Josef Boruvka, Jozef Smrkovsky estmír Cisar e Josef Spacek. *Vide* Tabelas 5 e 6 no Anexo 1.

⁶³ *Vide* Tabelas 5 e 6 no Anexo 1.

sociais», e para esforçar-se ao máximo pela «humanização do trabalho» e para melhorar «as condições de trabalho dos trabalhadores». Desde que a «intelligentsia» se tinha tornado a «intelligentsia do povo, uma intelligentsia socialista», a anterior «subestimação» do «papel da intelligentsia nesta sociedade» seria combatida, juntamente com «tudo o que perturba as relações da intelligentsia com os trabalhadores» (Heimann, 2009, pp. 234-235).

As relações checoslovacas seriam, a partir desse momento, entendidas de acordo com o «princípio Leninista» segundo o qual «não considerar os interesses de uma nação mais pequena devido a uma maior» é «incompatível com as relações socialistas». Cada uma das minorias oficiais – húngara, polaca, ucraniana e germânica – teria também o «direito» à «sua vida nacional». Os mais jovens – estudantes e trabalhadores – que estavam especialmente sujeitos a «contradições entre palavras e actos, falta de franqueza, propaganda feita, burocracia» e «tentativas para resolver tudo a partir de uma posição de poder» deveriam ter em mente de como partido se esforçou por «apagar tudo o que evoca desconfiança para com o socialismo» (Heimann, 2009, pp. 234-235).

Mais arriscado para um Estado socialista, a «igualdade» – ou seja, nivelamento de salários – seria abandonada a favor do «princípio» de «remuneração, de acordo com a quantidade, qualidade e utilidade social do trabalho, para que, enquanto as medidas para proteger os membros mais fracos da sociedade estivessem a ser executadas, aqueles que mostrassem «iniciativa» em «aumentar a produção, e progresso técnico, cultural e social» pudessem ser «respeitados» e «recompensados». O papel do Partido Comunista enquanto líder da sociedade deixaria de ser entendido como «instrumento da ditadura do proletariado» mas, em vez disso, seria o principal meio para «despertar iniciativas socialistas», ganhando a confiança dos trabalhadores e «satisfazendo os vários interesses» na sociedade de forma a promover «os interesses da sociedade como um todo» e «criar novos interesses progressistas» (Heimann, 2009, pp. 234-235). Para além do mais, a censura seria abolida e seria dada permissão para a criação de organizações não partidárias (como foi o caso da KAN e da K231), e a 7 de maio as interferências nas estações de rádio ocidentais foram interrompidas.

O que se pretendia, assim, era (r)evolução do socialismo a partir de cima por um grupo de atores desacreditado do modelo soviético.

Porém, a intenção e execução destas medidas, desde logo, causaram distúrbios e claras divisões dentro da elite de topo: a 6 de abril o Governo demitiu-se; Alois Indra,

Vasil Bil'al (Primeiro-secretário do KSS), Oldrich Svestka (editor do *Rudé Pravo*), Kolder e Kapek posicionavam-se a favor da intervenção soviética sugerindo argumentos de contrarrevolução por parte do grupo reformista. Svoboda não era a favor da invasão, mas concordou em não atuar contra os Estados aliados; sabendo que quando tinha aceite o posto de Presidente da República, isso significava nunca cortar os elos com a URSS.

A invasão dos membros do Pacto de Varsóvia deu-se nos dias 20 e 21 de agosto, depois de várias tentativas de consciencializar Dub ek para o facto das suas ações estavam a ir longe de mais e de estas colocarem em causa a segurança de todo o Bloco Comunista (Williams, 1997). Depois da invasão, tiveram lugar em Moscovo negociações entre as duas lideranças (a comitiva checoslovaca formada por Dub ek, erník, Smrkovský, Kriegel, Špa ek e Simon⁶⁴), das quais saiu o designado *Protocolo de Moscovo*, documento que, na prática, revertia todas as reformas da Primavera de Praga, com a exceção da federalização do Estado em duas repúblicas socialistas: a Checa e a Eslovaca.

No entanto, a maior parte destes atores permaneceram nos seus cargos e, quando foi estabelecido o Comité Executivo, faziam também parte dele⁶⁵. Segundo Heimann (2009, p. 258) «Moscow, having found that it could not easily replace what it saw as the bad apples in the KS leadership, now sought to put the whole leadership under pressure to reverse the Prague Spring reforms.».

A continuação da liderança do Partido e do país por estes atores levou a que a desejada *normalização* não fosse feita com a rapidez imposta pelos soviéticos, principalmente no que dizia respeito à imposição da censura. A 31 de março do ano seguinte, Grechko e Semenov foram enviados a Praga com um ultimato por parte de Brezhnev: ou os líderes checoslovacos impunham imediatamente a ordem e a censura e punham um ponto final nas discussões acerca do papel de liderança do partido, ou os membros do Pacto de Varsóvia seriam chamados de novo a intervir (Heimann, 2009, p. 259). Desta vez, a elite de topo checoslovaca tomou a ameaça como séria, dando-se mudanças imediatas. Em abril, Dub ek foi substituído enquanto Primeiro-secretário do KS por Gustav Husák e Colotka tornou-se Primeiro-ministro, substituindo Old ich erník, Smrkovský demitiu-se do Presidium, e Sekera foi substituído enquanto editor

⁶⁴ Para além da comitiva “detida em Moscovo”, Mlynár, Cisar, Hájek, Pavel, Hejzlar e Pelikán foram expulsos do Partido. Bil'ak foi expulso do cargo de Primeiro-secretário do KSS e substituído por Gustav Husák.

⁶⁵ Vide Tabela 5 no Anexo 1.

do jornal *Rudé Pravo* por Miroslav Moc, um ortodoxo. Em maio, Kiregel foi expulso do Presidium pelo Comité Central, tal como outros cinco apoiantes de Dub ek, sendo as suas vagas preenchidas por aliados de Husák.

Embora Husák ocupasse o cargo de Primeiro-secretário depois do congresso de 14 de abril, não conseguiu impor a tão necessária maioria no Presidium. Isto porque este órgão ainda continha alguns dos reformistas da Primavera de Praga, por um lado, e, por outro, elementos mais aliados a Moscovo do que propriamente da confiança do líder checoslovaco. Dois fatores foram determinantes para esta questão: primeiro, a ausência de Husák da cena política entre o seu encarceramento em 1950 e a sua reemergência em 1968, o que o colocava em desvantagem para construir uma rede de apoiantes dentro do aparelho partidário e de Estado da qual pudesse nomear figuras-chave para o Presidium; depois tornou-se evidente o desejo por parte da liderança Soviética de assegurar a presença de indivíduos nesse órgão cuja lealdade a Moscovo e compromisso com o modelo soviético de socialismo não fossem postos em causa. E, apesar de o Presidium ter sofrido uma transformação no ano seguinte⁶⁶, o conjunto que emergiu, e que não se alterou muito a partir daí, consistia numa maioria de elementos cuja lealdade perante Moscovo tinha já sido demonstrada, quer fosse pelo apoio à invasão em 1968, que fosse pelo arrependimento da execução de reformas tão liberais e de uma nova vontade de se aliar à ortodoxia soviética, por parte de outros⁶⁷.

A incapacidade de Husák para levar os seus próprios associados para o Presidium não deveria ser vista, segundo Wightman (1986, p.87), como sendo uma fonte de desunião ou uma ameaça à sua sobrevivência. Citando Kusin, defende:

«While it is undoubtedly true that there have been and still are diverse opinions in the leadership, mainly but not solely along the dividing line between advocates of hard and not-so-hard policies, the leadership has over the years established a *modus vivendi* which suits all members.» (Kusin, 1978, in Wightman, p.87)

Apesar do Secretário-geral (Husák adotou o título em 1971) não ter conseguido impor a sua maioria no Presidium nem aumentar o seu poder para com os seus pares neste órgão, o apoio de Moscovo à sua permanência no cargo foi vital para a mesma.

⁶⁶ Com a entrada de membros como Josef Korcak, Miroslaw Hruskovic, Oldrich Svetska enquanto membros efetivos, e Dalibor Hanes, Alois Indra e Vaclav Hula enquanto membros não efetivos.

⁶⁷ Vide Tabela 5 no Anexo 1.

Moscovo viu em Husák um agente com capacidade de impor a *normalização* desejada e, ao contrário do que fez com os antecessores do Secretário-geral, retirando-lhes o apoio em momentos cruciais, continuou a confiar nas suas decisões políticas. No entanto, esta questão pode também ficar a dever-se à maioria de “moscovitas” no Presidium, o que relega Husák para uma posição decisória muito menos autónoma do que teria se tivesse uma maioria da sua inteira confiança. Não obstante, Husák conseguiu que alguns dos seus aliados conquistassem cargos importantes como foi o caso de Mikuláš Be o, que passou a Secretário em 1977, Jaromír Obzina, que deteve a Pasta do Interior entre 1973 e 1984, bem como o seu predecessor imediato Radko Kaska, e a promoção de Josef Haman para membro não efetivo do Presidium, em 1982.

Não obstante, a estagnação dos elementos do Presidium foi significativa: desde a promoção de Miloš Jakeš depois do Congresso de 1981, o Presidium não fez qualquer mudança até ser deposto em 1988. O mesmo aconteceu no Secretariado, e, no caso deste órgão, muitos dos seus elementos sobreviveram à mudança de liderança.

No campo das decisões políticas, Husák estava limitado pela *normalização* que deveria ser imposta na sociedade. Isto significou que todas as reformas de avanço social e económico foram retrocedidas mas, como a Checoslováquia não foi tão afetada pela crise económica como os demais países em Estudo, a liderança do Partido não foi muito afetada, ao contrário do governo. Fora das políticas que estavam a ser executadas, o problema da elite política de topo prendia-se mais com a *détente* entre a URSS e o Ocidente e os resultados da assinatura dos Acordos de Helsínquia que despertaram o movimento de intelectuais defensores dos Direitos Humanos denominado “Carta 77”, que congregava opositores do regime e ex-dirigentes comunistas da era Dub ek (como, por exemplo, Zdenek Mlynar). No entanto, durante a década de 80 a sociedade parecia controlada e os impulsos da “Carta 77” só tiveram efeito no final do regime.

A estagnação das políticas de desenvolvimento social, como o imobilismo dos elementos da elite de topo, durante a década de 70 e a maior parte da década de 80, vieram provocar na Checoslováquia uma incapacidade de adaptação às mudanças que a alteração da elite moscovita trouxe. Em 1985, Gorbachev subiu ao poder e os efeitos das suas políticas - *glasnost* e *perestroika* - não foram sentidos neste Estado tão rapidamente e com tanta intensidade, como havia acontecido na Hungria e na Polónia. Só em 1987/88 se começaram a sentir os sinais de mudança. Como afirma Heimann:

«The KS 's first reaction to having the pillars of its domestic power undermined by the Soviet Union was to bury his head in the sand, opting to take a Soviet version of *Pravda* out of circulation in Prague rather than raise the spectrum of reform.» (Heinmann, 2009, p. 295).

A 17 de dezembro de 1987, Miloš Jakeš substituiu Gustav Husák no cargo de Secretário-geral e no Congresso de 9 de abril de 1988 foram eleitos um novo Presidium e Secretariado. No entanto, mesmo depois da mudança de líder, a equipa no Presidium permanecia a mesma e só a 11 de outubro foram adicionados novos elementos: Ivan Knotek, Frantisek Pitra, Miroslav Stepan, Karel Urbanek e Miroslav Zavaldi enquanto membros efetivos, e Pacol Hrivnák enquanto membro não efetivo. Nesse ano começou uma campanha de menor limitação do que podia ou não ser publicado e dito em público. De maior relevo ainda foi o fim das interferências nas rádios estrangeiras.

Só em janeiro de 1989, o Partido se apercebeu que não tinha outra escolha senão efetuar reformas mas, mesmo assim, aquelas que foram acordadas ficavam ainda aquém do Programa de Acção de 1968. O Partido recomendou alguma democratização, ou seja, descentralização, das decisões económicas dentro da organização, bem como o uso de alguns elementos de economia de mercado para melhorar a competitividade internacional e a procura de bens de consumo. Para além disso, uma nova Constituição foi anunciada, cujo esboço já nem mencionava o papel de liderança do Partido ou a ideologia Marxista-Leninista.

No entanto, as mudanças, apesar de significativas, parecem ter chegado tarde de mais. Na Polónia e na Hungria já se tinha avançado para a formação de sistemas multipartidários, na tentativa de se construir um regime democrático que incluísse os partidos comunistas. Em novembro, no último Congresso extraordinário do regime, uma nova liderança foi eleita, mas acabou por cair apenas algumas semanas depois devido à pressão social instalada nas ruas. A elite demorou demasiado tempo num processo de estagnação e, quando permitiu alguma mudança, deu o espaço necessário a um regime asfíxiado para colapsar por completo.

II.2. Desmontando o Edifício do Poder

II.2.1. Duração de Mandatos

No respeitante aos regimes políticos comunistas, é frequente a aceção da existência generalizada de gerontocracias, principalmente, no que diz respeito aos membros do Partido. Neste sentido, ir-se-á escrutinar a duração dos mandatos de cada um dos membros do Politburo para verificar melhor a incidência da circulação das elites neste órgão.

Para esse efeito, dividiu-se os membros do Politburo em 5 grupos distintos, em cada estudo de caso: os que exerceram um mandato superior a 20 anos; os que exerceram um mandato com duração entre os 10 e os 20 anos; aqueles que exerceram um mandato entre os 5 e os 10 anos; aqueles que exerceram um mandato entre 1 e 5 anos; e finalmente os que exerceram um mandato inferior a um ano. Para além disso, dividimos depois o período estudado em dois períodos: antes da década de 70 e depois da década de 70, para verificarmos disparidades ao longo do tempo.

Nos três casos, poucos são os indivíduos que exerceram um mandato por mais de 20 anos: 3 na Hungria (János Kádár, Antal Apró e Sándor Gáspár) e Checoslováquia (Jaromir Dolánský, Josef Lenárt e Gustav Husák) e apenas 2 na Polónia (Józef Cyrankiewicz e Edward Gierek). É de notar que todos estes indivíduos iniciaram o seu primeiro mandato antes da década de 70. Para além disso, só Antal Apró se identifica como comunista ortodoxo, enquanto que os restantes são partidários de uma linha mais centrista.

Novamente, os números são muito idênticos no respeitante aos indivíduos que exerceram mandatos entre 10 e 20 anos no órgão máximo do Partido. Na Hungria foram 18 indivíduos, equivalendo a uma percentagem de 25,71% de todos os membros que passaram pelo Politburo. Na Checoslováquia, apesar de o número de indivíduos ser maior – 19 –, a percentagem é ligeiramente menor: 22,89%. Finalmente, na Polónia houve 16 indivíduos com cargos no Politburo com duração entre os 10 e 20, sendo a percentagem também menor: 16,67%. Contudo, pode-se certificar uma disparidade entre a Hungria e os outros dois Estados no que diz respeito aos períodos em que os indivíduos deste grupo iniciaram as suas funções. Enquanto que na Polónia e na Checoslováquia, a grande maioria dos indivíduos iniciou funções antes da década de 70:

17 dos 19 e 13 dos 16, respetivamente; na Hungria o número é bastante mais equilibrado, com apenas 10 dos 18 indivíduos a iniciarem funções no mesmo período.

No grupo de indivíduos que exerceram funções no Politburo num período de 5 a 10 anos, é na Checoslováquia que se encontra a disparidade, apenas com 8 indivíduos enquanto que na Hungria foram identificados 16 e na Polónia 19. Outra questão importante é que dos 8 indivíduos checoslovacos, 6 iniciaram as suas funções antes da década de 70. Na Hungria, a maioria dos indivíduos também se coloca neste período (13 dos 16). Já na Polónia, apenas 3 dos 19 indivíduos iniciaram as suas funções antes da década de 70.

Esta viragem polaca vem confirmar-se, depois, no grupo de indivíduos que exerceu funções entre 1 e 5 anos. Na Polónia somente 9 dos 44 indivíduos que exerceram funções por este período de tempo, iniciaram o seu mandato antes da década de 70, enquanto que na Checoslováquia a percentagem é bastante acentuada: 17 de 26. A Hungria começava também a sua viragem com a maioria dos indivíduos deste grupo a iniciarem funções após 1970 (9 dos 13).

Finalmente, os indivíduos que exerceram mandatos por menos de um ano também variam bastante num dos casos em relação aos outros, no que diz respeito ao período de início de funções. Apesar dos números não serem muito díspares: – 20 indivíduos na Hungria, 27 na Checoslováquia e 15 na Polónia – o caso checoslovaco distingue-se por a maioria dos mesmos terem exercido funções antes de 1970, ao contrário dos outros dois casos enunciados. Enquanto na Hungria apenas, 6 indivíduos exerceram funções por menos de um ano antes da década de 70 e na Polónia apenas 1, na Checoslováquia 16 dos 27 indivíduos iniciaram o seu mandato neste período. Estes resultados ficam a dever-se à circulação das elites na Primavera de Praga, tal como os 6 indivíduos na Hungria exerceram funções em 1956.

Quanto à maior proporção de indivíduos em cada país, de entre os vários grupos analisados, é de notar que a maior percentagem de indivíduos na Polónia (45,83%) exerceu um mandato entre 1 e cinco anos, enquanto na Hungria e na Checoslováquia, a maior parte dos indivíduos exerceram um mandato inferior a 1 ano: 28,57% e 32,53%, respetivamente. Este fato deve-se à maior circulação das elites depois da década de 70 e,

principalmente, na década de 80, onde muitos dos indivíduos exerceram mandatos de curta duração devido às transições para a democracia.⁶⁸

II.2.2. Participação das Mulheres nos Órgãos Máximos de Decisão Partidária

Uma outra questão de relevo é a da participação das mulheres nos dois órgãos mais importantes do Partido. Devido ao carácter da ideologia comunista e ao facto de em muitos dos países com este tipo de regime, as mulheres terem iniciado um papel ativo na sociedade mais cedo, seria lógico pensarmos que estas tinham também um papel ativo na vida partidária. Tal acontecia, mas às mulheres eram normalmente atribuídos cargos de responsabilidade de nível médio. Por isso, é relevante verificar a participação de algumas mulheres na elite de topo.

Nos três casos em estudo, verifica-se a participação de mulheres nos órgãos máximos do Partido. No entanto, em comparação com o volume de atores masculinos, a participação das mulheres é ínfima.

O caso mais notável, porém, é o da Checoslováquia onde, apesar de o regime ter sido mais ortodoxo na maior parte do período estudado, a presença das mulheres é maior e tem início mais cedo do que nos outros dois Estados. A primeira mulher a fazer parte do Presidium na Checoslováquia foi Ludmila Jankovcova, nomeada enquanto membro não efetivo deste órgão a 15 de junho de 1954 e onde permaneceu até abril de 1963⁶⁹. A 17 de novembro de 1968, Libuse Hridinova é nomeada para o Presidium que regulou o país após a invasão por parte dos membros do Pacto de Varsóvia e, apesar de ser um membro efetivo no mesmo, o período em que fez parte da elite de topo foi curto, caindo aquando da formação do Comité Executivo a 17 de abril de 1969.

Mais tarde, outra mulher, Marie Kabrhelova, ocupou o cargo de membro não efetivo no Secretariado e o seu mandato durou cerca de 12 anos: de 1976 a 1988. Nos dois últimos anos do regime, três outras mulheres participaram nestes dois órgãos:

⁶⁸ Vide tabelas referentes a esta análise no Anexo 2.

⁶⁹ Não se pode deixar de notar, no entanto, o cariz do cargo que ocupava. Como membro não efetivo não tinha voto nas resoluções tomadas pelo órgão executivo do Partido.

Miroslava Nemkova foi membro não efetivo do Secretariado de 11 de outubro de 1988 a 24 de novembro de 1989, data em que passou a ser membro não efetivo do Presidium e onde permaneceu até à queda do regime; Hanna Kczesnikova e Valéria Petrova foram membros efetivos do último Politburo do regime, ou seja, de 26 de novembro de 1989 a 20 de dezembro do mesmo ano.

Na Polónia apenas quatro mulheres fizeram parte do Politburo e todas iniciaram o seu mandato já na década de 80. Zofia Grzyb foi membro efetivo do Politburo de 19 de julho de 1981 a 3 de junho de 1986. No mandato seguinte, Zofia Stepein e Gabriela Rembisz, fizeram também parte deste órgão, sendo que a primeira entrou logo enquanto membro efetivo e a segunda como membro não efetivo, entrado em função como efetiva a 21 de dezembro de 1988, ou seja no mandato seguinte. Nesse mandato, outra mulher foi nomeada enquanto membro efetivo do Politburo: Iwona Lubowska. Esta e Gabriela Rembisz estenderam o seu mandato até 29 de janeiro de 1990.

A Hungria, apesar de operar um regime mais liberal, foi o Estado onde menos mulheres participaram nos dois órgãos máximos do Partido. Valéria Benke foi membro efetivo do Politburo de 28 de novembro de 1970 a 28 de maio de 1985, tendo sido no período de 1958 a 1961 Ministra da Educação⁷⁰. Para além de Benke, só a 22 de maio de 1988, Ilona Tatai foi membro efetivo do Politburo, permanecendo no mesmo órgão após a transição para a democracia.

Desta forma, é relevante verificar que, para além de o número de mulheres a participarem enquanto membros tanto no Politburo como no Secretariado ser muito inferior ao dos homens, só duas conseguiram permanecer nos seus cargos por um período de tempo considerável: Marie Kabrehlova enquanto membro não efetivo no Presidium checoslovaco e Valéria Benke enquanto membro efetivo no Politburo húngaro.

Assim, verifica-se que, tanto na questão da circulação das elites, como na nomeação de mulheres para cargos dentro da elite de topo, houve uma tendência para

⁷⁰ O mandato de Valéria Benke foi, no entanto, o que mais durou de todas as participações de mulheres aqui analisadas.

que, na década de 80, houvesse uma necessidade de renovação aliada à necessidade de legitimação das decisões a tomar nesse período, tal como iremos demonstrar adiante.

III. ANALISANDO PATAMARES – INTERACÇÃO ENTRE AS ELITES DO PARTIDO E DO ESTADO

«The problem of the autonomy of the state in a Soviet type of system is both critical and insoluble. On the one hand, the relative autonomy of the state is functionally indispensable for the efficient exercise of authority. On the other, because of the nature of political controls, autonomy can be achieved only to a limited degree [...]. In the absence or weakness of all forms of democratic control over the state, should the fetters of party controls be eased, the only outcome would be neither an increase in effectiveness nor an improved efficiency of state activities, but disintegration and disorder [...].»

Antoni Kaminski (1992), p. 161

Estando o poder nos Estados comunistas da Polónia, Hungria e Checoslováquia centrado nos órgãos máximos do Partido, não se pode descurar que, apesar de o governo estar subordinado ao Partido, os dois órgãos eram distintos em termos de função, recrutamento e, muitas vezes nas posições da própria elite de topo.

Desta forma, o que se pretende neste capítulo é, fundamentalmente, tentar compreender as interações entre o governo e os órgãos máximos do Partido. Assim, vários fenómenos surgem à luz da análise: primeiro, o da relevância dada ao governo; depois, as alterações nos atores governamentais após a mudança de liderança no partido; para além disso, analisar a proporção de agentes dos órgãos máximos do partido e em que períodos, bem como a passagem de agentes de um órgão para outro; e, finalmente, as posições dos atores de cada órgão no referente às políticas e reformas a serem tomadas.

III.1. *Outsider?* – Importância do Governo

A elite governativa era entendida como necessária, mas ficava numa posição abaixo dos órgãos executivos do Partido. Não obstante, era no governo que residia a principal responsabilidade de execução das políticas, mesmo que, na maior parte das vezes não tivesse grande autonomia. Os governantes eram, em suma, executores de políticas e não criadores das políticas⁷¹.

Uma questão que surge como importante são as movimentações dos atores que fazem parte da elite de topo no que diz respeito a pertencerem ou não ao governo. Porém, não se deve ver a decisão das elites de topo partidárias de terem à sua responsabilidade pastas governativas ou o comando do governo como se estes atores dessem maior importância a este órgão. Como se ilustrará mais adiante, e principalmente no que diz respeito ao cargo de Primeiro-ministro, os líderes políticos acabam por adotá-lo por duas razões distintas daquela: ou porque desejam ter mais poder e controlo sob o aparelho estatal – esta questão remete principalmente para conjunturas críticas –, ou em benefício próprio, já que a ocupação dos dois cargos pode inculir mais respeito e prestígio ao líder do Partido.

Para além disso, antes da morte de Estaline, era comum a todos os Partidos Comunistas dos Estados em análise que o seu líder ocupasse, para além da posição de Secretário-geral, uma outra posição de liderança, quer fosse no papel de Primeiro-ministro ou no de Presidente da República⁷². Depois da iniciativa soviética da liderança coletiva, esta sobreposição de cargos passou a ser uma exceção à regra.

⁷¹ Houve várias exceções a esta regra que serão analisadas mais adiante.

⁷² Ao passo que na Hungria e Polónia se optava pelo cargo de Primeiro-ministro, na Checoslováquia a posição de Presidente da República parecia mais apetecível aos olhos dos líderes comunistas.

III.2. Ligações entre Patamares – Influências

Pretende-se nesta secção verificar qual a interação com os dois órgãos estatais – Conselho de Ministros e Conselho de Estado – após a morte ou abandono da liderança por parte do Primeiro-secretário do Partido.

As primeiras três sucessões partidárias não afetaram a Presidência do Conselho de Ministros ou a Presidência do Conselho de Estado. O mais interessante, no entanto, prende-se com a questão de Józef Cyrankiewicz, que ocupava o cargo de Primeiro-ministro não ser um “verdadeiro comunista”, ou seja, só a partir de 1948, quando o PPS, partido de que era líder, se uniu ao Partido Comunista, formando o PZPR, é que Cyrankiewicz começou a fazer parte da elite do Partido. A Presidência do Conselho de Ministros já estava a seu cargo desde fevereiro de 1947 e, provando ser extremamente flexível e ter capacidades consideráveis de administração, conseguiu protegê-la até dezembro de 1970⁷³.

O papel de sucessor de Bierut na Presidência do Conselho de Estado coube a Alexander Zawadzki, um já antigo membro do Partido. O seu prestígio político e as boas relações com o Kremlin eram razões suficientes para que Gomułka o mantivesse no cargo até à sua morte em 1964. A Presidência foi depois entregue a Edward Ochab, que em abril de 1968 deixou o cargo, sendo substituído pelo maior aliado de Gomułka, o ex-ministro da Defesa (1956-1968), Marshal Marian Spychalski.

A queda de Gomułka, mais uma vez, veio premiar Cyrankiewicz, agora com mais idade, com o cargo de Presidente do Conselho de Estado, do qual se reformou em 1972. O seu sucessor, um respeitado académico da Universidade de Varsóvia e ex-ministro da Educação, Henryk Jablonski, permaneceu no cargo até 1984, sobrevivendo aos tumultos de 1980-1981. Depois da sua saída, Jaruzelski assumiu o cargo.

O caso dos Presidentes do Conselho de Ministros foi bastante diferente depois da estabilidade de Cyrankiewicz. Apesar de manter Piotr Jarosewicz no cargo de

⁷³ Há que referir que Bierut tomou a Cyrankiewicz de Novembro de 1952 a Março de 1954, mas temos de ter em atenção que nessa altura o culto da personalidade estava em vigor ao invés da liderança coletiva. Não obstante, Cyrankiewicz conseguiu manter-se no cargo de adjunto de Primeiro-ministro, o que lhe permitiu ficar perto das decisões tomadas tanto no governo como no Partido (Cyrankiewicz era à altura membro do Politburo e Secretariado).

Primeiro-ministro durante toda a década de 70, Gierek fez dele bode expiatório para a crise económica que disparou em fevereiro de 1980. Um dos aliados de Gierek, Edward Babiuch, apenas se manteve no cargo por seis meses, sendo substituído em agosto por Józef Pi kowski, um antigo Secretário do Comité Central para a Economia. No entanto, a incapacidade de Pi kowski de fazer frente à crise, levou a que fosse substituído, também seis meses depois, por Jaruzelski.

Depois da morte de Estaline, com a adoção da liderança coletiva, Máthiás Rákosi cedeu o seu cargo de Primeiro-ministro a Imre Nagy. No entanto, as políticas heterodoxas que Nagy pretendia executar, seguindo o modelo do “novo rumo” de Malenkov, foram demasiado radicais para o Primeiro-secretário que o substituiu por um leal protegido seu: András Hagedüs.

Após a deposição de Rákosi e a escolha de Ern Ger para a liderança do Partido, Nagy voltou a desempenhar o cargo de Primeiro-ministro, mas novamente por pouco tempo devido à tentativa de revolução na Hungria. Kádár, que sucedeu a Ger , tomou também o cargo de Nagy, já que a Presidência do Conselho de Ministros se tinha tornado, durante o período da revolução, o cargo mais importante, ou seja com mais legitimidade e apoio da população. Em 1958, Kádár conseguiu, com o seu prestígio, recuperar o centro do poder para a liderança do Partido, abdicando assim do cargo de Primeiro-ministro a favor de Ferenc Münnich, um dos seus maiores aliados durante o período de normalização.

Durante a liderança de Kádár, deram-se mais cinco mudanças na Presidência do Conselho de Ministros. O líder voltou a tomar o cargo de Primeiro-ministro a Münnich durante a crise de Berlim, cargo do qual só veio a prescindir em 1966 a favor de Gyula Kallai. No ano seguinte, e devido à preparação do NME, este foi substituído pelo reformista Jen Fock que deteve o cargo por cerca de oito anos, quando György Lázár, um tecnocrata, veio substituí-lo.

Ao contrário da Presidência do Conselho de Ministros, a Presidência do Conselho de Estado manteve-se bastante estável durante as duas primeiras décadas de regime, sendo que só um indivíduo, István Dobi, ocupou o cargo até 1975, quando substituído por Pál Losonczi, que permaneceu no cargo até 1987, meses antes da queda de Kádár. Foi substituído por Károly Németh. Em 1987 Kádár substituiu novamente o Primeiro-ministro, Lázár deu lugar a Károly Grózs, que viria a tornar-se Primeiro-secretário do Partido no ano seguinte.

A ascensão de Grózs à liderança do Partido trouxe novamente mudanças que permaneceriam até à queda do mesmo: Miklós Nemeth assumiu a Presidência do Conselho de Ministros e Brunó Ferenc Straub, um independente, tomou o cargo de Presidente da República.

Ao contrário dos outros dois Estados, os líderes do KS optaram por ocupar o cargo de Presidente da República, deixando a Presidência do Conselho de Ministros para outrem. Este facto deve-se, principalmente, ao grande prestígio ligado a este cargo na tradição checoslovaca. Como Edward Taborsky explica:

«Held formerly by such giants as Thomas Mazaryk and Edward Beneš, the presidency had acquired in Czechoslovakia a stature and a value, both symbolical and political, both beyond and above those accruing to similar institutions in other parliamentary regimes» (Taborsky, 1961, p. 170).

No entanto, outra especificidade da Checoslováquia explica a razão do por quê dos líderes darem preferência à Presidência do Conselho de Estado. Na Constituição da Checoslováquia, o Presidente da República tem o direito de intervir no governo, poderes que mais nenhuma constituição dos Estados em análise consagra.

Em 1953, Novotný assumiu o cargo de Primeiro-Secretário do Partido, remetendo Antonín Zpotoký, que ocupava o cargo de Primeiro-ministro, para a Presidência do Conselho de Estado. Em seu lugar ficaria Viliam Široký até 1963, sendo substituído por Jozef Lenárt. Este período de liderança coletiva sob Novotný e Zapotoký é reportado como tendo sido um período com conflitos recorrentes entre os dois atores, que terminaram aquando da morte do segundo em 1957 (Wightman, p. 82). Novotný acabou depois por ocupar ambos os cargos até à sua substituição enquanto Primeiro-secretário por Alexander Dub ek.

A acumulação dos cargos de Primeiro-secretário e da Presidência do Conselho de Estado foi vista pelos opositores de Novotný em 1968 como a fonte do seu poder excessivo e, por essa mesma razão, Dub ek nunca sobrepôs o cargo de Presidente da República nem o de Primeiro-ministro ao seu cargo de líder do Partido. Como Primeiro-ministro, nomeou o seu aliado e reformista Oldrich erník, e para Presidente da República Ludvík Svoboda. Quando Svoboda foi eleito para Chefe de Estado, foi escolhido porque era um homem com o qual se contava para restaurar a dignidade desse

cargo e, ao mesmo tempo, para permanecer afastado das querelas dentro do KS , permanecendo fora do Presidium. Segundo o testemunho de Mlyná :

«This post was no longer to be linked with a high party post: the KS leadership instinctively longed for an ‘above-party’ President who would awaken a little feeling of continuity with the Presidents of the First, pre-war Republic.» (Mlyná , 1978, p. 141).

Porém, o reconhecimento da autoridade constitucional do Presidente, depois da invasão da Checoslováquia por parte dos membros do Pacto de Varsóvia em agosto de 1968, levou Svoboda para o Presidium no final desse mês. Svoboda foi reconhecido por parte dos soviéticos por ter sido um daqueles que advertiu a liderança checoslovaca para o radicalismo das reformas, mas a sua subida ao órgão executivo do Partido ficou ainda a dever-se ao reconhecimento por parte dos líderes checoslovacos de que as visões do Presidente não podiam ser ignoradas (Wightman, p. 84).

No mês de abril após a invasão, Dub ek foi removido do cargo de Primeiro-secretário do Partido e o seu Primeiro-ministro foi também substituído. Para ocupar os seus cargos foram escolhidos Gustav Husák e Lubomir Štrougal, respectivamente. Svoboda permaneceu na sua posição até 1975, quando Husák decidiu sobrepor o papel de Presidente da República ao de Secretário-geral (título que adotou). A tomada do cargo por parte de Husák foi uma dupla jogada de poder: por um lado, vendo a sua falta de carisma no Presidium e incapacidade de montar uma equipa de confiança, Husák tomou o cargo de Presidente para ganhar mais prestígio e poder perante os seus pares; por outro evitou que uma outra figura tomasse esta posição e passasse, também, a usufruir de alguma influência nas decisões a serem tomadas.

Apesar de Husák ter sido derrubado do posto de Secretário-geral por Miklós Jakeš, em 1987, conseguiu permanecer na Presidência do Conselho de Estado até à queda do regime. Jakeš manteve Štrougal por mais um ano enquanto Primeiro-ministro, mas acabou por substituí-lo por Adamec que permaneceu também até à queda do regime, mesmo após a tentativa desesperada da mudança de liderança que colocou Karel Urbanek no cargo mais alto do Partido.

Desta forma, pode-se afirmar que nos três Estados em apreço se deram sobreposições de funções por parte dos líderes do Partido após a declaração do princípio de liderança coletiva, mas por motivos diferentes.

Na Polónia, este facto só se deu uma vez, como medida extrema, e já no final do regime, quando Jaruzelski decidiu concentrar nele tanto o cargo de Primeiro-Secretário do Partido como também a Presidência do Conselho de Ministros. No entanto quando tomou o cargo da Presidência de Conselho de Estado deixou a Presidência do Conselho de Ministros, entregando o cargo a Mieczysław Rakowski, e a pasta da Defesa, que ficou nas mãos de Florian Siwicki. Se pensarmos na tomada de poder de Jaruzelski como um golpe militar, compreendemos melhor o porquê da sobreposição de funções. No entanto, não se poderá conceber este tipo de golpe militar como a tomada de poder por parte dos militares, já que, apesar da infiltração de elementos do exército no Comité Central, a componente civil continuava a dominar nos cargos de poder.

Na Hungria a sobreposição de funções por parte de Kádár foi sempre conjuntural, primeiro, em 1956, por o cargo de Primeiro-ministro ter tomado uma influência maior sobre a população devido ao comportamento de Imre Nagy, depois durante a crise de Berlim, em 1961.

Já na Checoslováquia, a sobreposição de cargos por parte de Husák deu-se devido ao prestígio histórico que a Presidência do Conselho de Estado detinha e que lhe concedia um maior poder sobre um Presidium que não estava sob o seu controlo, mas sim nas mãos de Moscovo.

Outra questão importante é a verificação de que os cargos de poder fora do Partido parecem ter tido uma estabilidade relativa em todos os casos, sendo maior na Polónia, do que na Hungria e Checoslováquia, principalmente na década de 80.

III.3. Ligações entre Patamares – Sobreposição de Funções

A sobreposição de funções não se limitava aos Primeiros-secretários do Partido em vários momentos do período estudado. Outros atores da elite política de topo também sobrepuseram funções partidárias a funções governamentais. O que se pretende, aqui, é verificar a existência ou não de um padrão comum e a extensão deste fenómeno.

No caso polaco assistimos ao predomínio de quatro figuras com sobreposição de funções durante todo o regime: o Primeiro-ministro, o Ministro da Defesa, o Ministro

do Interior e o Ministro dos Negócios Estrangeiros. Esta sobreposição de funções dá-se principalmente no que diz respeito à participação destes atores no órgão executivo do Partido, sendo que aqueles que fazem parte do Secretariado se encontram em número bastante inferior.

Para além destas figuras, assiste-se, pontualmente, à participação no Politburo do Ministro da Educação e Ensino Superior, de que são os exemplos de Henryk Jabłowski em 1970 e Józef Tejcma em 1979, sendo que o último acumulou os dois cargos por apenas um ano. É de notar ainda que estes ministros fizeram parte do órgão executivo do Partido somente quando Gierek estava à frente da liderança, ou seja, durante toda a década de 70. Assim sendo, podemos constatar que foi durante o mandato de Gierek que mais sobreposição de funções houve, já que os restantes líderes cingiram a sobreposição de funções aos cargos anteriormente assinalados.

No que diz respeito à acumulação de funções com o Secretariado, e apesar de os números serem mais reduzidos, parece revelar-se um padrão. A maior parte dos ministros que pertenceram ao Secretariado enquanto estavam em funções são Ministros do Interior. Władisław Wicha é o primeiro, e único, em 1964 a acumular apenas estas duas funções, ou seja, para além de Wicha, todos os ministros que acumulavam funções no Secretariado, também o faziam no Politburo. Francisczek Szlachcic e Stanislaw Kowalczyk⁷⁴ foram os seguintes Ministros do Interior a acumular funções, desta vez já nos três órgãos, no mandato com início no Congresso de 1971.

Dez anos depois, no mandato iniciado por Stanisław Kania e tomado por Juaruzelski, em 1981, Mirosław Milewsky, enquanto Ministro do Interior, volta a acumular os três cargos, mas é acompanhado tanto pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Józef Czyrek, e o próprio Jaruzelski, enquanto Ministro da Defesa. Ainda durante o primeiro mandato de Jaruzelski, em 1985, quando este abdica da pasta da Defesa e do cargo de Primeiro-ministro, é Florian Siwicki que ocupa o seu lugar nessa pasta e acumula funções nos três órgãos, tal como o Ministro dos Negócios Estrangeiros nomeado nesse ano, Marian Orzechowski. Depois disso, só Mieczyslaw Rakowski, enquanto novo Primeiro-secretário, acumula o cargo de Primeiro-ministro e é, obviamente, membro do Politburo.

⁷⁴ Há que salvaguardar que Kowalczyk era apenas um membro não efetivo do Politburo à altura.

Na Hungria, pode-se verificar também alguns padrões no respeitante à acumulação de funções por parte dos Ministros nos dois principais órgãos do Partido. Primeiramente, parecem ser os Ministros da Educação a predominar no que diz respeito à acumulação de cargos no Politburo e governo: do mandato de Ernő Gerő até ao mandato iniciado no Congresso de 3 de dezembro de 1966, houve sempre um Ministro da Educação no Politburo. Para além disso, são frequentes ainda as acumulações de cargos por parte dos Ministros do Interior, com os exemplos de Frerenc Münnich e Bela Bisku, seu sucessor. No que diz respeito a outros dois cargos ministeriais, o da Defesa e o de Ministro de Estado, o que se verifica é que a acumulação de cargos se deve mais ao indivíduo em questão do que à função que representa no governo. São os casos de Marosan, enquanto Ministro de Estado em 1956 e no ano seguinte e de Lajos Czygne, enquanto Ministro da Defesa desde 1959 até 1970. Outra questão que se denota é o facto de, a partir desse ano, só os Primeiros-ministros acumularem funções nos órgãos do Partido.

No respeitante ao Secretariado, identifica-se um padrão claro de predomínio de acumulação de funções neste órgão nos anos de 1956 e 1957. Nestes dois anos contamos com seis presenças no Secretariado por parte de Ministros, que acumulavam essas funções com a presença no Politburo. Este fato pode ficar a dever-se à tentativa de estabilizar o sistema depois da revolução. Depois deste período só voltamos a ver um ministro no Secretariado quando Rezső Nyers toma a pasta das Finanças em 1962 e começa a planear o Novo Mecanismo Económico; e György Lázár já em 1987, no cargo de Primeiro Ministro, aquando da queda de Kádár.

Finalmente, é de referir que todos os Primeiros-ministros acumularam funções no órgão executivo do Partido.

O caso checoslovaco é divergente dos dois anteriores, porque, se até 1958 se assiste à presença de ministros no Presidium – Alexej Capicka enquanto Ministro da Defesa e Rudolf Barac enquanto Ministro do Interior –, a partir desse ano só os Primeiros-ministros e Vice Primeiros-ministros tinham lugar no órgão máximo do Partido.

Relativamente ao Secretariado, conta-se apenas uma única acumulação de funções, por parte do Primeiro-ministro Lubomir Štrougal nos anos de 1969 e 1970.

Além destas questões, outras podem ser verificadas nos três Estados: primeiramente, quanto às passagens de uns cargos para outros, quando não há acumulação de funções e também quanto ao facto de o Presidente da República ser ou não um membro do Politburo.

Nos três Estados, mas principalmente na Hungria e, com menos intensidade na Polónia, para muitos membros da elite partidária, a participação no governo, ou seja, em cargos ministeriais, parece ser uma plataforma para, depois, poderem ter lugar nos mais altos órgãos do Partido. Normalmente, estes indivíduos ocupam cargos ministeriais que não os acima indicados como mais frequentes, recaindo mais sobre os Ministros da Justiça e das Finanças.

Quanto à Presidência do Conselho de Estado, verifica-se que na Checoslováquia o Presidente fez sempre parte do Presidium, excepto quando Alexander Dubek foi Primeiro-secretário. O mesmo se passou na Polónia: o Presidente da República esteve sempre presente no Politburo, exceto no período de 1981 a 1985. Henryk Jablonski, que já detinha o cargo desde 1973, não conseguiu a permanência no órgão máximo do Partido naquele período conturbado e só quando Jaruzelski toma a Presidência do Conselho de Ministros, o Presidente volta a fazer parte do Politburo. Na Hungria, pelo contrário, só Pál Losonczi, em 1975, consegue acumular os dois cargos.

III.4. Patamares em Conflito – Partido e Estado

Apesar de formalmente o Partido ter tido o monopólio do poder nestes regimes comunistas e de muitas vezes existir sobreposição de funções por parte de atores chave do Partido no governo, a formação e organização de reformas em geral e de políticas mais específicas foi, ao longo do tempo, matéria de conflito entre o Partido e o aparelho de Estado.

No seu estudo sobre administração de quadros, Balla conclui que quando os regimes se tornam mais industrializados passam a ter uma necessidade crescente de cooptar *experts* para a gestão e aspetos mais técnicos da economia. Consequentemente, esta cooptação de agentes fora do partido vai diluir o vigor ideológico, já que antes

deste período o Estado seguia inquestionavelmente as diretivas do Partido. Assim, os interesses institucionais do Partido e do Estado passam a estar em conflito numa rede complexa, que varia entre níveis de poder e ministérios (Balla, 1972, *in* Saxonberg, 2001, p. 108).

Um fenómeno interessante acerca das relações entre Partido e Estado nestes regimes é que, ao contrário do que se devia esperar, os atores governamentais não tiveram sempre um comportamento submisso aos membros e órgãos do Partido que tinham relações diretas com eles. Esta questão passou a ser mais clara principalmente durante a década de 80 pela necessidade do Partido de cooptar *experts* para os cargos ministeriais, principalmente no que diz respeito às pastas relacionadas com a economia.

Para além dos ministros, também os Primeiros-ministros tinham tendência para serem mais reformistas e menos ortodoxos do que os restantes membros do Politburo. Segundo Saxonberg (2001, p.108), na Hungria, no final dos anos 80, o Primeiro-ministro Grósz criticou avidamente Kádár pelas reformas estarem a avançar a um ritmo demasiado lento. No entanto, assim que Grósz tomou o cargo de Primeiro-secretário, foi, por sua vez, vítima das críticas do Primeiro-ministro Karol Nemeth que defendia reformas mais radicais. Também na Checoslováquia, o Primeiro-ministro Lubomir Štrougal era o membro mais radical dentro do Politburo. Quando se demitiu em 1988, o seu substituto, Ladislav Adamec, tomou também o seu papel enquanto o membro mais radical no órgão executivo do Partido.

Ainda segundo o mesmo autor (2001, p. 109), Zdenek Ho ení, o ex-editor do jornal oficial do Partido, sugere que os Primeiros-ministros eram pró-reformistas porque, enquanto chefes oficiais do governo, eram responsabilizados pelos maus resultados económicos, apesar de não serem eles os responsáveis pela formulação das políticas. Podemos assim afirmar que tanto os Primeiros-ministros, como os Ministros da Economia tinham um interesse institucional para aumentar a autonomia do Estado face ao Partido para poderem ganhar controlo sobre a distribuição de recursos, ou seja, das decisões políticas.

As elites partidárias viam também a necessidade de aumentar o desempenho económico e que, para isso, teriam de deixar os *experts* dos vários ministérios – tecnicamente mais capazes – terem mais influência sobre as decisões políticas tomadas. No entanto esta maior autonomia do Estado poderia colocar em causa o monopólio do poder da elite de topo partidária. Antoni Kaminski (1992) descreve este dilema:

«The problem of the autonomy of the state in a Soviet type political system is both critical and insoluble. On the one hand, the relative autonomy of the state is functionally indispensable for the efficient exercise of authority. On the other, because of the nature of political controls, autonomy can be achieved only to a limited degree. To this, one important point should be added. In the absence or weakness of all forms of democratic control over the state, should the fetters of party controls be eased, the only outcome would be neither the increase in effectiveness nor an improved efficiency of state activities, but disintegration and disorder countered to some extent by a growing importance of the army or the security police, the obvious reason being that the whole institutional setup that is needed for a responsible government controlled by and accountable to the population is absent.» (Antoni Kaminski, 1992, p. 161)

A situação das elites de topo partidárias mudava sempre consoante a situação económica: se o país estivesse a ter um bom desempenho económico, as elites de topo não tinham qualquer interesse em dar mais autonomia ao Estado; se, pelo contrário, os níveis de vida da população estivessem a estagnar ou mesmo a deteriorar-se, as elites de topo viam-se obrigadas a equilibrar interesses institucionais contraditórios. Por um lado, tinham incentivos para manter tanto controlo quanto possível sobre o Estado. Por outro, tinham incentivos para melhorar as condições de vida de uma classe trabalhadora, potencialmente revolucionária e, para isso, teriam de dar mais autonomia ao Estado.

Assim, enquanto as elites governamentais tinham um interesse institucional em aumentar a sua autonomia, as elites partidárias tinham um interesse institucional em manter as elites estatais controladas, mas com poder suficiente para que as reformas económicas fossem eficazes. Se as elites partidárias decidissem dar mais autonomia ao Estado (por exemplo, na elaboração de questões e tomada de decisões mais detalhadas), tinham incentivos para compensar esta perda de controlo à microescala, compensando o controlo do Estado a nível macro, ou seja, nas decisões mais gerais. Segundo Saxonberg:

«In this case, the Party leaders give up a bit of the quantity of their control over the state bureaucracy in order to improve the quality of their control. If the Party leaders behave in this manner, the state does not become more autonomous from the Party; instead, the content of its dependency on the Party changes» (Saxonberg, 2001, p. 110).

Estes conflitos entre o Estado e o Partido dificultaram, assim, uma maior autonomia do Estado necessária quando reformas mais radicais ligadas ao mercado foram feitas na Hungria, bem como algumas reformas menos radicais na Checoslováquia. No caso polaco tentou-se também proceder a algumas reformas, mas a sobreposição de funções na Polónia e a tentativa de negociação com a oposição mais cedo, preveniram um maior conflito entre as duas instituições.

Segundo Saxonberg (2001, p. 112), o aparelho partidário húngaro exercia muito mais controlo sobre a tomada de decisão das políticas a serem tomadas do que o seu homólogo checoslovaco. Isto porque a decisão de se abandonar o planeamento obrigatório na Hungria significava que os ministros não teriam de fazer planos tão detalhados. Pelo contrário, baseavam-se mais na influência indireta sobre as empresas através da taxaço, subsidiarizaço e política de preços. Como tinham menos assuntos nas mãos, o aparelho partidário conseguia controlar melhor os ministros.

O ex-ministro das Finanças Húngaro, Itsván Hetényi, divulgou a Saxonberg⁷⁵ que existia um comité para coordenar a política económica. Os seus membros incluíam o Primeiro-ministro, o Ministro das Finanças, o Presidente do Banco Nacional, o Presidente do departamento de assuntos económicos do Comité Central, e o Secretário da Economia⁷⁶. Depois das reuniões, o Secretário da Economia decidia qual o conteúdo do documento a apresentar ao Politburo, mas o mais interessante era que este ator nunca assinava os documentos, encarregando o Presidente do departamento dos assuntos económicos dessa tarefa por forma a dar maior espaço de manobra para as negociaçoes com o Politburo. Sendo assim, podemos afirmar que a pessoa mais importante na formulaço da política económica diária era o Secretário da Economia. Se algum dos ministros não concordava com o Secretário da Economia, tinham o direito de expressar a sua opinião no Politburo, mas, na prática, Hetényi nunca foi capaz de persuadir os membros do órgão executivo do Partido, sendo mesmo afastado do cargo por recomendaço do Secretário da Economia. Mátyás Timár, igualmente ex-ministro das Finanças, diz a Saxonberg que as iniciativas sobre a política económica vinham geralmente do Politburo e que só conseguia comunicar com o órgão através do Secretário da Economia, provando mais uma vez a importância deste ator.

⁷⁵ Todos os testemunhos que se seguirão neste capítulo provêm de entrevistas realizadas por Saxonberg.

⁷⁶ Entenda-se que o Secretário da Economia era um membro do Secretariado.

Lajos Faluvégi, que também foi Ministro das Finanças e ocupou depois o cargo de Presidente da Comissão de Planeamento, afirma que o Estado teve mais espaço de manobra depois do início das reformas económicas. No entanto, o seu testemunho acerca do processo de formulação da política pública vai ao encontro dos seus homólogos checoslovacos que referem que o Politburo tomava as decisões mais gerais, enquanto o governo trabalhava nos detalhes. Acrescenta também que a maior parte dos ministros eram membros do Partido e que seguiam a linha estrutural da organização, por isso, só a execução dos detalhes era autónoma, e até certo ponto, pois o Politburo tinha poder de veto sobre os detalhes dos planos, normalmente obrigando o governo a reescrever as suas propostas até que fossem aprovadas. Faluvégi afirma ainda que a única área onde os ministros húngaros eram, de facto, autónomos, era na nomeação dos seus subordinados.

Na Checoslováquia, Potá (ex-vice Primeiro-ministro) afirmou que embora as diretivas gerais continuassem a vir do Partido, ele tinha imensa influência na preparação dos planos detalhados. Para além disso, o governo podia corrigir os planos anuais e o Partido não conseguia controlar as decisões mais detalhadas. Também o ex-ministro para a Indústria Pesada diz que o Comité Central tinha dois departamentos que o monitorizavam: o departamento económico e o departamento industrial. Juntos, estes dois departamentos contavam com cerca de oitenta empregados mais dois deputados, enquanto o seu ministério e a comissão de planeamento tinham cerca de seis mil e quinhentos empregados e, por isso, o controlo fugia das mãos dos departamentos da instituição partidária.

Independentemente de o Estado húngaro e checoslovaco terem ganho maior ou menor autonomia face ao Partido, muitas entrevistas de Saxonberg revelam que os ministros da economia nos dois países sentiam um conflito de interesses claro entre as duas instituições até certo ponto. Em ambos os países, estes atores acreditavam ser mais pragmáticos do que o Partido, reclamando que estavam a lutar por um maior realismo e equilíbrio no desenvolvimento económico, enquanto o Partido mostrava maior interesse em manter e aumentar os níveis de consumo, mesmo que isso significasse um maior desequilíbrio económico.

Esta questão também se relaciona com o facto de que, geralmente, os ministros da Economia não provinham do aparato partidário, mas sim de institutos de investigação, ou do aparelho de Estado. O ex-membro do Presidium Józef Lénart afirma

mesmo que um dos argumentos para a escolha de Jakeš, ao invés de Štrougal, na sucessão para o cargo de Secretário-geral era de que Jakeš provinha do aparelho partidário ao contrário do seu concorrente, que representava o Estado (Saxonberg, 2001, p. 116). Este maior antagonismo entre as duas instituições fica também espelhado na análise anteriormente feita, onde se verifica que os ministros checoslovacos não faziam, por norma, parte dos órgãos máximos do KS .

Desta forma, verifica-se que, apesar da subordinação do governo aos órgãos partidários e seus representantes, houve linhas claras de fusão ao longo do tempo, especialmente na Hungria e na Polónia. Porém, estes factos não significam que os atores da elite estatal não combatessem a ortodoxia do Partido, principalmente depois da tecnocratização do governo pela necessidade de reformas que respondessem à crise económica.

IV. ABANANDO ALICERCES – REFORMAS DE EXPERIMENTAÇÃO

«We cannot continue as we have. A radical transformation of the party is not a tactical concession, but a question of political survival.»

Jacek Zdrojewsjy, *Trybuna Ludo*, 16 janeiro 1989.

O modelo económico soviético veio cimentar-se no final da década de 20 enquanto modelo de planeamento centralizado. Estaline considerava que este representava a forma mais eficiente de desenvolver a economia soviética num caminho predominantemente urbano e industrial, ou seja, o tipo de sistema que Marx considerara uma precondição vital para que um sistema fosse genuinamente socialista.

Depois da II Guerra Mundial, este tipo de sistema foi adotado nos países sob a esfera de influência da URSS. Na maior parte dos casos o planeamento era extremamente diretivo e, apesar de supostamente algumas unidades terem alguma margem de manobra, na prática, este direito era muito limitado. Esta questão resultava não só da tendência natural da maioria dos sistemas socialistas para o planeamento centralizado, mas também porque só o centro, ou seja, a elite de topo, estava em posição de coordenar os planos de milhares de unidades de produção.

Os líderes comunistas afirmavam que as economias de planeamento centralizado tinham várias vantagens sobre o modelo económico de mercado. Uma delas seria a de que o seu modelo permitia um direcionamento consciente da economia em qualquer direção que fosse considerada mais benéfica, e uma distribuição e direção mais racionais. Outra das vantagens seria que as economias de planeamento central podiam produzir preços estáveis, justos e racionalizados, baseados nos custos dos fatores de produção (incluindo o trabalho) em vez daquilo que os comunistas apelidavam de “os caprichos” do mercado. Uma terceira vantagem seria que as economias de planeamento centralizado seriam capazes de resistir a pressões externas, incluindo as da (posterior) globalização. Finalmente, estes sistemas eram capazes, na visão dos líderes, de garantir o pleno emprego.

Mas na prática, apesar de as economias de planeamento centralizado terem sido capazes de assegurar algumas destas vantagens, também sofriam de um número considerável de desvantagens: primeiramente, os grupos sociais tinham um desequilibrado poder de pressão dos seus interesses dentro dos sistemas comunistas⁷⁷; outro problema seria o de que a elaboração dos planos se tornava cada vez mais difícil à medida que as relações económicas se tornavam mais complexas; relacionado com este último problema surgia a incapacidade destes sistemas económicos inovarem no respeitante à produção; para além disso, a tabulação de preços estava longe de ser racional, muitas vezes colocando as populações na situação de terem falta de verbas para comprar produtos (por si só, muitas vezes de fraca qualidade) ou mesmo provocando a inexistência de bens essenciais no mercado por vários períodos de tempo; em relação ao emprego pleno, pode-se afirmar que, apesar de assegurado a maior parte das vezes, era mal distribuído, colocando a eficiência da economia em causa; finalmente, a planificação, inculcava uma inflexibilidade no sistema que era prejudicial tanto para a eficiência e qualidade da produção, como para a inovação, como ainda para qualquer tentativa de reforma estrutural do próprio sistema.

IV.1 Economia de Industrialização e Coletivização

Nas primeiras décadas de domínio comunista a política de industrialização pesada dominou os planos dos líderes dos Partidos Comunistas na Checoslováquia, na Hungria e na Polónia.

Para acelerar a industrialização, a elite comunista, tanto nos três países em estudo como no resto do Bloco Soviético, forçou um crescimento económico elevado, muitas vezes descurando as possibilidades das suas economias. No seu esforço, a ênfase foi colocada no rápido desenvolvimento da indústria pesada e na indústria de armamento⁷⁸, uma política altamente motivada por necessidades de segurança do Bloco, tal como eram concebidas por Estaline e os seus sucessores. Esta política era apoiada

⁷⁷ As indústrias pesadas conseguiam impor a sua influência em detrimento das indústrias leves e de bens de consumo, devido à sua importância em termos de política de defesa.

⁷⁸ A partir de agora, quando for referido o conceito de indústria pesada, deverá ser contemplado no mesmo a indústria de armamento, para fins de simplificação.

ideologicamente pela denominada *lei do desenvolvimento preferencial da produção de bens de produção*. De acordo com esta lei, o crescimento económico estaria condicionado pelo rápido crescimento da produção de bens de produção em detrimento dos bens de consumo. Segundo Adam (1995, p. 41), esta lei, à qual foi dado o estatuto de dogma, não podendo ser colocada em questão, tornou-se um obstáculo para um desenvolvimento económico equilibrado. Pedidos de mudanças na estrutura da economia a favor de investimento nas indústrias de bens de consumo foram emudecidos por se recorrer a esta lei⁷⁹.

Para além de uma política económica concentrada na indústria pesada, na área da agricultura imperava a política de coletivização no Bloco Socialista. Este tipo de política partia igualmente de uma conceção de planeamento centralizado da economia. Segundo o princípio da propriedade coletiva⁸⁰, o terreno permanecia na posse do Estado, mas os meios de produção estavam na posse coletiva dos agricultores que trabalhavam essas terras. Este modelo era o mais profícuo para o Estado, pois os agricultores, para além de não receberem os benefícios que aqueles das quintas estatais tinham, também não podiam produzir para seu próprio benefício.

Não obstante, nos vários casos em estudo, verifica-se que estas duas diretivas podiam ser aplicadas de diferentes formas, principalmente depois da morte de Estaline. Na Hungria, logo em 1953, o Primeiro-ministro Imre Nagy adotou o conceito de Malenkov na URSS e começou a investir mais em indústrias de bens de consumo e deu liberdade aos camponeses para deixarem as quintas coletivas, resultando, assim, na tentativa de iniciar uma política geral de descentralização. Nos outros dois Estados as reformas foram adotadas mais tardiamente. Na Polónia, só depois da eleição de Gomułka enquanto Primeiro-secretário se começou a investir seriamente nas políticas de descoletivização da agricultura – 80% das terras coletivizadas tinham voltado ao cultivo privado. E na Checoslováquia, só já na década de 60 houve tentativas para quebrar tanto a lei do desenvolvimento preferencial da produção de bens de produção,

⁷⁹ Quando Malenkov afirmou no seu discurso programático que a nova elite de topo iria concentrar-se mais no desenvolvimento das designadas indústrias leves, foi recordado por Khrushchev num artigo no *Pravda* que o crescimento da economia requeria que a lei do desenvolvimento preferencial dos bens de produção fosse respeitada (Adam, 1995, p.41).

⁸⁰ Existiam mais dois tipos de propriedade nos Estados comunistas: as quintas estatais, onde todos os meios de produção pertenciam ao Estado e eram dadas maiores garantias sociais aos trabalhadores (como subsídios e pensões de reforma); e os lotes privados (permitidos em apenas alguns Estados), onde os agricultores podiam produzir para consumo privado mas também vender os excedentes.

como de reverter um dos processos mais bem conseguidos de coletivização da agricultura no Bloco Socialista.

No entanto, na Polónia e Hungria as primeiras reformas, ou foram revertidas, ou não tiveram o sucesso inicialmente esperado. Este fato verificou-se devido à extrema inflexibilidade do sistema de economia de planeamento centralizada, mas também às diretivas soviéticas, normalmente no sentido contrário do processo de reforma da economia. A União Soviética, para além de necessitar da continuação do investimento na indústria pesada para garantir a sua posição na esfera internacional, via as reformas económicas como um primeiro passo para que, depois, viessem a ser tomadas reformas sociais e democratizantes que ameaçariam o monopólio do poder por parte dos partidos comunistas. Assim, no final da década de 50 e princípios dos anos 60, os três Estados enfrentavam o início de um período de queda na economia.

IV.2 Novas Linhas Reformistas da Década de 60

Apesar da retórica do XXI Congresso do PCUS em 1958 de que as economias socialistas iriam alcançar e ultrapassar as economias dos países do Ocidente em 20 anos, os Estados do Bloco Socialista apresentavam taxas de crescimento económico preocupantes. Assim, na década de 60 assistiu-se a tentativas de reformas estruturais por parte de dois dos Estados em análise: a Hungria e a Checoslováquia. A Polónia entrava na década de 60 num ciclo de estagnação da vida social e económica e reversão de algumas políticas de liberalização sociocultural que vieram a revelar-se catastróficas para a elite de topo em 1970.

Durante o plano quinquenal de 1961-1965, o desempenho económico da Hungria no respeitante ao crescimento do Produto Interno Bruto e dos investimentos mostrava sinais inconfundíveis de rápido declínio. Nas palavras de T. Kés:

«Whether this trend was due mainly to exhaustion of the growth potentials of [the country's] capital-intensive transition from a semi-agricultural to a relatively mature industrialized stage of development or the failure of the political regime to make better use of human and material resources for continued growth was a question that confronted the [Hungarian] political leaders and economic planners [...] in the early 60s» (T kés, 1996, p. 93).

A resposta dos líderes húngaros foi dada no final do plano quinquenal, aquando do estabelecimento de uma equipa de especialistas em economia, liderada por Resz Nyers, na tentativa de reformar o sistema. Da revisão da estrutura económica de planeamento centralizado, resultou o nomeado *Novo Mecanismo Económico* (NME).

A essência do conceito do NME passava pela criação de uma economia de mercado dentro de uma moldura socialista, na qual o Estado continuaria a deter os meios de produção mas abdicaria do controlo de todos os aspetos da sua utilização. Os planos anuais e quinquenais passariam a ter um papel indicativo em vez de obrigatório. As diretivas dos ministérios da economia seriam substituídas por reguladores económicos desenhados para desencorajar o desperdício de materiais ou de trabalho; para tornar a produção mais sensível aos preços internacionais; e para criar incentivos materiais para um desempenho melhorado em cada uma das empresas⁸¹.

Mais ainda, a reforma iria introduzir um sistema de preços em três camadas: a maioria das matérias-primas continuaria a ser estabelecida por preços fixos ou com valores máximos, enquanto a maior parte das manufaturas não teriam controlo de preços, sendo estes determinados pelo mercado; os preços da maior parte dos bens alimentares continuariam a ser fixos e a produção de bens essenciais (como a roupa de criança) continuaria a ser subsidiada; na construção o controlo dos preços seria igualmente abandonado; e os preços dos bens importados seriam ajustados de melhor forma aos preços internacionais. As quintas cooperativas seriam encorajadas a empenharem-se em atividades auxiliares, como o processamento dos bens alimentares; e às empresas de manufaturas ser-lhes-ia dada completa liberdade na maior parte dos aspetos da sua gestão. Finalmente, as barreiras à economia privada seriam gradualmente removidas (Lewis, 1994, T kés, 1996, Gough, 2006, Cartledge, 2011).

⁸¹ Os reguladores incluíam tributação da folha de pagamento das empresas, um imposto sobre ativos fixos, um imposto sobre lucros corporativos e abatimentos sobre a produção para exportação. Os gestores das empresas eram livres para determinar os níveis salariais, dentro de um limite máximo global e, portanto, para premiar um bom trabalho à custa de desempenhos pobres (mas não à custa do fundo de investimento da empresa, sem incorrer em penalizações fiscais).

No entanto, quando aprovado em 1968 pelo Politburo, o NME vinha numa versão muito mais musculada que, mesmo assim, foi severamente criticada em 1970 por Brezhnev, que temia que na Hungria viesse a suceder o que na Checoslováquia terminou com a invasão dos membros do Pacto de Varsóvia.

Durante os primeiros anos da década de 60, e apesar de a elite política de topo ter finalmente iniciado um processo de desestalinização, a economia checoslovaca sofreu uma queda que, se bem que não tão significativa como nos restantes países, merecia preocupação. Assim, os reformistas começaram a trabalhar numa série de medidas que pretendiam introduzir, passo a passo, a partir de 1968. A proposta original incluía três pontos principais: uma reforma dos preços, por forma a colocar gradualmente a maior parte dos produtos aos níveis “de equilíbrio do mercado”; a substituição de planos obrigatórios por planos meramente indicativos ao nível empresarial; e medidas para aumentar a conexão entre salários e produtividade.

Quando o Primeiro-secretário, Antonín Novotný, mostrou sinais de que pretendia abrandar o ritmo das reformas económicas, a ala mais reformista do Politburo, com o apoio da elite política soviética, conseguiu afastá-lo da liderança e nomear um novo Primeiro-secretário, Alexander Dubek. Os novos líderes, com um perfil mais reformista, não estavam satisfeitos com o desempenho económico do país e culpavam a burocracia pela aplicação de reformas económicas que não estavam a ter os resultados desejados.

Na perceção da elite política de topo, para as reformas económicas darem bons resultados, havia que efetuar também reformas de liberalização e até de democratização do sistema. Estas medidas incluíam a remoção da censura, para que os *mass media* pudessem criticar os antirreformistas; e um plano para terem um novo Congresso do Partido, democraticamente eleito, que iria substituir os agentes mais ortodoxos do Comité Central por reformistas. No entanto, antes que o regime checoslovaco pudesse dar mais passos em direção à democratização do sistema, o país foi invadido pelos membros do Pacto de Varsóvia que colocaram um ponto final na “Primavera de Praga”.

IV.3. Relações Económicas Internacionais – O Papel da CMEA

Para compreender o desenvolvimento económico destes países, há que compreender igualmente quais as suas relações económicas com os restantes membros do Bloco Socialista. Para isso, é necessário analisar o desenvolvimento e a contribuição destes países dentro da CMEA, no sentido de se escrutinar as redes e interesses económicos que estavam aliados a esta organização.

A CMEA foi formada em 1949 enquanto resposta ao desejo de adesão ao Plano Marshall por parte de vários países do Bloco Socialista, tendo como objetivo uma maior integração económica dos membros participantes desta organização. No entanto, durante a liderança de Estaline, a organização não foi desenvolvida e foi Khrushchev que lhe deu novo fôlego. Apesar disso, a organização ficou sempre aquém das expectativas dos líderes do Bloco. Segundo Adam (1995, p. 72), não havia falta de ideias para melhorar a cooperação entre os países da CMEA e muitas resoluções sobre a expansão da cooperação foram adotadas, culminando numa decisão de tornar a organização num mercado comum. No entanto estas ideias nunca foram postas em prática. A organização podia apenas espelhar os mecanismos económicos dos seus membros, que se fechavam sobre si próprios, e os soviéticos, enquanto membro principal da organização, não estavam interessados em reformas de longo alcance nesses mecanismos⁸². Assim, devido ao facto de que cada país tentava ao máximo canalizar os seus recursos para o cumprimento dos seus objetivos – que eram constrangidos pela quantidade da oferta, e não da procura, que eram capazes de mobilizar –, a cooperação entre os membros da organização não era economicamente eficiente.

Para além deste fator, o sistema de preços socialista, apesar de ser o mesmo em todos os países membros nos seus princípios-base, não era, no entanto, propício para cálculos de trocas mútuas, já que eram fortemente subsidiados e, conseqüentemente, os países eram relutantes a vender os seus produtos sob este regime. Assim, concordaram que seriam usados “preços internacionais modificados”, ou seja, o uso da média dos

⁸² Só Gorbachev tentou reformar o sistema de cooperação na CMEA, mas as suas tentativas chegaram tarde de mais.

preços de mercado dos últimos cinco anos para os cinco anos seguintes, calculando que esta medida inibiria elementos especulativos por parte dos preços do mercado externo e levaria a que os preços usados intra-CMEA fossem, por outro lado, mais perto do valor daquele mercado. Para além disso, para alguns produtos, os preços utilizados no comércio entre o Leste e Ocidente também eram aplicados no comércio dentro da organização (Brabant, 1987).

O sistema parecia funcionar dentro do acordo estabelecido. No entanto, nunca deixaria de estar afetado pelas flutuações de preços do mercado internacional, especialmente no que diz respeito a matérias-primas e, especialmente, ao petróleo. Como os preços destes bens flutuam muito no mercado, e os preços praticados entre os membros da CMEA só eram alterados de cinco em cinco anos, conseqüentemente iria acabar por se desenvolver uma discrepância de valores entre os dois mercados. Nos anos 70 e 80 esta questão referia-se, primordialmente, aos preços do petróleo, uma vez que a guerra israelo-árabe em 1973, e depois em 1979 a revolução no Irão, fizeram disparar os preços da matéria-prima. Devido ao sistema de preços da CMEA, estes aumentos não afetaram instantaneamente os membros mais frágeis da organização⁸³. Marrese e Vanous (1983) chegaram a conclusão de que os soviéticos estavam a estender os subsídios aos países da Europa Central e de Leste, acabando por se penalizar já que poderiam comercializar o mesmo petróleo a preços muito mais favoráveis no mercado externo. Nesta altura, Moscovo podia dar-se ao luxo de ser generoso com os países da Europa Central e de Leste devido aos ganhos que tinha em petróleo, ouro e venda de armas e, desta forma, podia aguentar o sistema da organização, enquanto os países mais afetados (a Checoslováquia, a Hungria e a Polónia entre outros) tentavam subsistir às suas crises económicas internas (Holzmann, 1987, p. 189; Lavigne, 1991, p. 252) agravadas na década de 80, quando os preços do petróleo no mercado internacional começaram a descer e, por sua vez, na CMEA, foram inflacionados (Lavigne, 1991, p. 249; Adam, 1995, p. 75).

Nas décadas de 70 e 80 foram ainda desenvolvidos dois programas de maior integração e desenvolvimento para os membros da CMEA: o *Programa Compreensivo para a Extensão e Melhoramento da Colaboração e Desenvolvimento da Integração Económica Socialista dos Estados da CMEA*, em 1971, e o *Programa de Progresso Científico e Tecnológico*, em 1985. Ambos eram apelativos para os três Estados em

⁸³ Só a União Soviética e a Roménia exportavam petróleo nessa altura.

análise, mas o segundo trazia prerrogativas bem mais claras para estes países já que, estando os mesmos em ciclos de reforma, o programa viria a adjuvar, porquanto colocava as empresas e não somente os Estados a comunicarem entre si por forma a desenvolverem os seus projetos de forma mais integrada e a colmatarem as falhas de cada unidade individual. Não obstante, este projeto viria a revelar-se tardio, sendo que a crise económica instalada nos três países e a relutância por parte de algumas fações da liderança em investir num programa reformista colocavam o seu sucesso em causa.

IV.4 Comércio Externo

Os desenvolvimentos da CMEA, bem como os diferentes contextos internacionais revelaram várias tendências de comércio externo (mais convergentes ou divergentes) nos três casos em estudo.

Em 1948, o comércio da Checoslováquia com a URSS correspondia a 16,1% das suas trocas comerciais, e com os restantes membros da CMEA a 32,5%. Ao mesmo tempo, o comércio com os países capitalistas representava 45,5% do total de trocas comerciais. Em 1952 observava-se uma reversão clara: o comércio com a URSS aumentou para os 34,8% e com os Estados da CMEA para os 71,4%. Por outro lado, o comércio com os países capitalistas sofreu uma descida dramática de 24,5%. A Hungria e a Polónia apresentaram linhas similares.

Em 1967, a percentagem de comércio com a URSS era praticamente igual nos três países, rondando os 35%. No entanto, no respeitante ao comércio com os países capitalistas, notavam-se já diferenças claras: na Checoslováquia representava apenas 18,9%, enquanto que na Hungria representava 24,1% e na Polónia 27,5%. Esta tendência permaneceu nos anos seguintes. Em 1973 as importações⁸⁴ de países da Europa Ocidental aumentaram na Checoslováquia para 20,5%, na Hungria para 25,5% e na Polónia para 35,1%, sendo que dois anos depois chegavam já aos 39,6%.

⁸⁴ Na sua maioria maquinaria, manufaturas e químicos. Por exemplo, em 1975, os primeiros dois grupos somavam 73,4% do total de importações na Polónia. Daqui se pode depreender que, nesta altura, os três países, mas a Polónia em particular, estavam a tentar modernizar o seu aparelho de produção.

Nos anos 80, ao contrário dos outros dois Estados, a Checoslováquia aumentou o seu volume de comércio com os países da CMEA devido a um aumento substancial de comércio com a URSS – em 1985 o comércio com os membros da CMEA subiu para 74% e só com a URSS para 44,8%. Por outro lado, o comércio com os países capitalistas foi drasticamente reduzido, representando em 1985 apenas 15,5% das trocas comerciais. Já a Polónia e a Hungria apresentavam valores de comércio com os países do Ocidente que representavam o dobro das da Checoslováquia. Em 1985, as importações húngaras desses países representavam 38,5% do total de importações e as exportações para o Ocidente, 34,7% do total de exportações. No mesmo ano os valores da Polónia atingiam os 34,9% e 34,7%, respetivamente. Esta tendência foi, objetivamente, feita à custa do comércio com os membros da CMEA, sendo que os dois países apresentavam valores de troca 20% mais baixos do que a Checoslováquia com os mesmos países. Apesar disso, o comércio com a URSS não sofreu tanto como aquele feito com os restantes membros da CMEA⁸⁵.

Da análise anterior retira-se que na década de 80 a Polónia e a Hungria estavam melhor integradas no comércio internacional, dominado pelos países do Ocidente. Esta integração trazia a vantagem de estes dois países poderem tirar dividendos do progresso tecnológico dos países do Ocidente até certo ponto. Não obstante, o acesso à tecnologia produzida no Ocidente era limitado pelas regulações do CoCom (Comité de Coordenação para o Controlo das Exportações Multilaterais).

Adiciona-se ainda a questão de que a mencionada expansão de trocas comerciais era muitas vezes seguida por um défice na balança comercial destes países e, mesmo quando conseguiam atingir *superavit*, este não era suficiente para colmatar o défice acumulado. Em ambos os casos esta questão resultava num crescimento da dívida externa. Mais, segundo Adam (1995, p. 85), os dois países estavam muito mais expostos do que a Checoslováquia aos ciclos de preços do comércio do Ocidente, o que tinha um impacto negativo no desenvolvimento das suas economias.

⁸⁵ As percentagens desta análise foram retiradas de Lewis, 1994 e Adam, 1995.

IV.5 Desmoronamento Económico

No ano crítico de 1989, tanto a Polónia como a Hungria apresentavam um crescimento económico negativo, uma dívida externa perigosamente crescente e hiperinflação, no caso do primeiro Estado, ou ameaça de hiperinflação, no caso do segundo. A Checoslováquia, parecia não apresentar um caso tão grave mas, segundo o economista checo Jiří Kosta (1990, p. 805), havia no país uma inflação escondida superior a 2%. Nas entrevistas efetuadas por Saxonberg (2001) tanto o antigo Ministro do Planeamento Potá, como o antigo Ministro das Finanças Lér e o conselheiro económico de Štrougal e de Adamec corroboram esta visão, concluindo que mesmo a mais estável das três economias tivera um crescimento negativo durante a última década do regime.

Assim, segundo Saxonberg, se o desempenho negativo durava há mais de uma década, os problemas económicos destes países eram estruturais e não cíclicos (Saxonberg, 2001, p.69). Deste modo, devemos analisar o comportamento destes países durante as últimas duas décadas por forma a compreender melhor a contribuição do fator económico para a queda do regime.

Na década de 70, as políticas da elite política de topo não contemplaram grandes reformas económicas, ao contrário das tentativas feitas pelos seus homólogos no final da década anterior. Quando Gierek se tornou Primeiro-secretário do PZPR, adotou uma abordagem, tanto para os cidadãos como para o mercado externo, de aproximação por via de promessas que deixaria por cumprir. Na sua visão, e como demonstram as percentagens acima analisadas, a salvação da estagnação da Polónia estava numa aproximação ao Ocidente, na tentativa de importar tecnologia que fizesse com que o país se desenvolvesse. O resultado deste comportamento desnortado foi um aumento da dívida externa que em 1974 chegava já aos 2,05 milhares de milhões de dólares e que se foi agravando com o decorrer dos anos, acabando por colocar Gierek na mesma posição em que Gomulka tinha estado em 1970 quando decidiu aumentar o preço dos bens de consumo.

As greves de 1980, a formação do *Solidarno* e os tumultos que se seguiram foram o resultado mais evidente da deterioração da situação económica polaca e só

conseguiram ser travados pela elite política de topo com a imposição da lei marcial em 1981.

Depois da declaração da lei marcial, Jaruzelski anunciou que um processo de reformas iria ser feito. De acordo com os planos da elite, as empresas iriam maximizar os seus lucros em vez de preencherem as quotas planeadas, e os conselhos de trabalhadores iriam dirigir as empresas. Para além disso, os preços seriam aproximados aos níveis do mercado e o planeamento central só iria permanecer para corrigir falhas do mercado e para assegurar a estrutura geral da economia. No entanto, a própria declaração da lei marcial colocou entraves a estas reformas. O regime suspendeu as leis referentes às empresas e à autogestão dos trabalhadores, mas conseguiu colocar os preços praticamente aos níveis do mercado, apesar de ainda serem controlados administrativamente.

Com o crescimento da crise da dívida, Jaruzelski e a sua equipa concluíram que havia a necessidade de executar reformas mais radicais. No entanto também se aperceberam que estas reformas – tais como aproximar os preços da linha de custos e reduzir os subsídios às indústrias – significariam uma deterioração dos níveis de vida para a maior parte dos cidadãos a curto prazo.

Sem o apoio social que necessitava para executar medidas tão duras, a elite de topo tentou várias formas de negociação para tentar com que a oposição partilhasse a responsabilidade pelas medidas económicas. Stanisław Gebethner, o principal conselheiro dos Comunistas no referente a questões políticas durante as negociações da Mesa Redonda, escreve que tanto o regime como a oposição estavam unidos pela

«... awareness that, faced by the dangerous and rapidly worsening economic situation, and the building up of tensions which could easily lead yet again to an uncontrolled outburst of social revolt, there existed the necessity to achieve some agreement which could prevent mass protest with consequences which might lead to a national tragedy.» (Gebethner, 1992, p. 51).

Iniciou-se, desta forma, um processo de liberalização que resultou nas eleições semilivres de junho de 1989.

Apesar das reformas do NME, introduzidas em 1968, no início da década de 70 houve um processo de retrocesso, devido a críticas vindas de Moscovo e à crise

económica mundial. Assim, no final da década, os problemas económicos do país tornaram-se ainda maiores.

No início da década de 80 a Hungria enfrentava uma crise da dívida crescente, um decréscimo no investimento e uma regressão nos salários. Para lidar com a crise económica, a elite de topo decidiu enveredar por uma série de reformas recuperadas do NME: estas tinham como objetivo um aumento da autonomia das empresas, uma reforma nos preços para que estes se aproximassem dos do mercado internacional, um abrandamento na regulação dos salários, e uma maior tolerância em relação ao empreendedorismo privado da economia paralela. Porém, as reformas falharam no alívio dos problemas do país, já que a dívida externa continuava a aumentar e o país aproximava-se rapidamente da hiperinflação (Saxonberg, 2001, p. 8).

Só já no final da década, e encorajados pelas políticas de Gorbachev, os reformistas perceberam que, para além de reformas económicas radicais, teriam de ir mais além na liberalização do país, ou seja, era necessária uma democratização política como pré-requisito para que as reformas económicas pudessem avançar com o apoio da população.

O Primeiro-ministro Németh sumariou a atitude de muitos dos reformistas, afirmando publicamente em dezembro de 1988 que «the market economy is the only way to avoid a social catastrophe or a long, slow death.» (McDonald, 1993, p. 219; *in* Saxonberg, 2001, p. 71).

O arquiteto das reformas e antigo membro do Politburo Rez Nyers suportou esta visão numa entrevista a Saxonberg, onde admitiu que o sistema estava a atravessar um processo de colapso e que os governantes comunistas não podiam executar as reformas necessárias porque não tinham o apoio da população para exigir ainda mais sacrifícios. O apoio da população viria somente com a eleição de um governo legítimo (Saxonberg, 2001, p. 71).

A elite política de topo, nomeada depois do Comité Provisório montado após a invasão da Checoslováquia pelos membros do Pacto de Varsóvia, chegou ao poder não para promover reformas, mas sim para as prevenir. O processo de *normalização* perdurou até à última década do regime, o comércio externo seguia linhas mais ortodoxas do que os da Hungria ou da Polónia, e só quando Gorbachev começou a

ênfatizar a necessidade de reformas econ3micas liberalizantes, a elite checoslovaca se sentiu forçada a propor algumas reformas moderadas.

A elite pol3tica de topo tinha a consci3ncia de que o pa3s tinha problemas econ3micos, apesar de entre os seus membros haver discrep3ncias quanto à gravidade da quest3o. Dois membros do Politburo afirmavam haver problemas na economia. Jozef L3nart admitiu que a economia estava a estagnar desde o final da d3cada de 70 e Miroslav Št p3n, um dos membros mais ortodoxos, reconheceu que existia um problema crescente, j3 que as gera3es mais jovens estavam conscientes de que o pa3s estava a atrasar-se relativamente aos Estados do Ocidente.

Al3m disso, os problemas econ3micos da URSS estavam a começar a afetar a Checoslov3quia, j3 que a economia do Estado estava muito dependente de Moscovo. Mencionava ainda que havia um problema interno de incentivos insuficientes em termos de sal3rios. O pr3prio Secret3rio-geral Jakeš admitia problemas na economia, mas negava a exist3ncia de uma crise econ3mica na Checoslov3quia (Saxonberg, 2001, p. 75).

O grupo mais cr3tico reunia-se junto dos Primeiros-ministros Štrougal e, depois, Adamec, e contava com alguns Ministros da Economia tamb3m. Os membros mais ortodoxos encontravam-se no Politburo, tendo, nessa altura maioria de voto. Segundo Saxonberg (2001, p. 74), Oskar Krej í, o antigo conselheiro pol3tico de Adamec, afirmava que os seus conselheiros econ3micos advogavam reformas econ3micas mais radicais do que aquelas que o Politburo estava a considerar. De entre os ministros, o Ministro das Finanças Leopold L3r afirma numa entrevista a Saxonberg que no in3cio dos anos 80 foi forçado a «tomar como s3ria a situa3o econ3mica».

O seu colega, Ministro do Planeamento, Svatopuk Pot3 defendia, igualmente numa entrevista, que o Politburo tentou ignorar o n3vel da crise econ3mica. Em 1988, no entanto, o 3rg3o executivo m3ximo do Partido percebeu que alguma coisa tinha de ser feita: houve alguma descentraliza3o administrativa e a comiss3o de planeamento central foi reduzida. No entanto, estas reformas n3o conseguiram melhorar o desempenho econ3mico do pa3s.

Assim, os l3deres da Checoslov3quia enfrentavam um dilema: qual o passo seguinte a tomar? A resposta veio do exterior.

Assim que os regimes comunistas dos países vizinhos começaram a ceder, intelectuais da oposição aumentaram as expectativas de uma possibilidade de mudança também na Checoslováquia e mobilizaram-se contra o regime. Quando obtiveram o apoio da população, principalmente da camada estudantil, e com a recusa por parte de Gorbachev de intervir, iniciaram-se uma série de manifestações que levaram ao colapso do regime.

Desta forma, pode-se afirmar que o fator económico veio a ser decisivo para a queda do regime comunista nos três países.

Tanto a Checoslováquia, como a Hungria e a Polónia estavam condicionadas por uma estrutura económica de planeamento centralizado que veio impedir o seu próprio desenvolvimento. Apesar da decisão estar centrada nas elites políticas de topo do Partido e de algumas reformas terem sido experimentadas, a própria estrutura do sistema impedia um desenvolvimento mais rápido e eficiente da economia.

O receio passava sempre pela questão de que reformas económicas levassem a reformas sociais e políticas na direção de um sistema mais pluralista e democrático. Para além disso, até 1985, havia por parte da União Soviética uma mobilização de esforços para que o sistema económico não fosse alterado, o que culminou num constrangimento e posterior fracasso das reformas económicas por parte da elite de topo reformista.

A entropia do sistema de planeamento centralizado causava também problemas nas trocas comerciais, principalmente dentro da CMEA que não podia ser mais do que um reflexo dos sistemas económicos de cada membro. Desta forma, dois dos países em análise, a Polónia e a Hungria, voltaram-se para o Ocidente, aumentando as suas trocas comerciais com países do lado ocidental da “cortina de ferro” e com os Estados Unidos.

Porém, a incapacidade de reforma do sistema de planeamento centralizado mostrou-se, ao longo do tempo, um “calcanhar de Aquiles” bem mais problemático do que se pensava no início. Com a crise económica dos anos 70, a Hungria e a Polónia passaram a depender mais do comércio com o Ocidente, devido ao aumento da dívida externa, e a Checoslováquia entrava num processo de fossilização no que diz respeito às reformas que necessitava de fazer. O resultado mais claro destas políticas foi a inaptidão

por parte das elites de topo de armarem os seus países para fazer face à revolução tecnológica, deixando abrir uma fissura cada vez maior entre os países do Ocidente e os países da Europa Central e de Leste.

Quando, já na década de 80, os líderes políticos destes países se aperceberam que não havia outro caminho senão o da reforma estrutural económica, e sabendo que as medidas que necessitavam de tomar iriam provocar uma descida dos níveis de vida da população a curto prazo, viram-se sem legitimidade suficiente para as fazer, receando a queda do sistema por meio de revoltas populares. O receio da perda do monopólio do poder tornou-se claro e, sem o apoio da União Soviética para o garantir, os líderes dos três Estados decidiram agir da melhor forma que entenderam para sobreviverem no sistema político.

V. ARQUITECTURA PLANIFICADA

«The Fundamental core of our close collaboration, its living spirit and its directing organizational force is, of course, the unbreakable militant union of communist parties of the socialist countries, the unity of their world outlook, the unity of their aims, the unity of their will.»

A. Yepishev, *Partiya e Armiya*⁸⁶

A questão da sucessão das elites políticas na Polónia, Hungria e Checoslováquia e o tipo de liderança que emergia após a ascendência de um novo grupo ao poder encontra-se envolta numa rede de atores e mecanismos que fogem da esfera do poder nacional.

Devido à sua ligação com a União Soviética, as elites políticas de topo estavam, não só vinculadas às políticas comuns dentro do Bloco Socialista, dependentes da posição de Moscovo para a sua sobrevivência no poder. Para além disso, Moscovo estava igualmente dependente do tipo de relação construída com os líderes dos países satélite, bem como das políticas que estes pretendiam adotar.

Consequentemente, duas questões tornam-se cruciais para compreender a interdependência entre o centro do bloco socialista e estes três Estados: primeiramente, os interesses que a União Soviética tinha na Europa de Leste e, depois, os interesses e concepções que estes países tinham da URSS e da sua história comum. Assim sendo, a exploração das dinâmicas das lideranças na Polónia, Hungria e Checoslováquia, têm de estar inseridas na divisão de autoridade entre os interesses soviéticos e os interesses domésticos (Farrell, 1970, p. 89).

No período comunista, um conjunto de interesses, apesar de serem interpretados de forma diferente pelos vários líderes soviéticos, tiveram um papel decisivo na condução das políticas soviéticas com respeito à Europa de Leste.

O principal teve origem na vulnerabilidade da região central russa e ucraniana a um eventual ataque militar através das planícies e vales da Checoslováquia e da Polónia.⁸⁷

⁸⁶ In Dawisha, (1990), p. 122.

⁸⁷ Como já foi explanado na presente investigação, Estaline tinha um interesse claro em assegurar estes territórios para proteger a Rússia de posteriores incursões, servindo a área como território tampão entre o Ocidente e Leste europeus.

Depois, a tomada de todos os territórios da Europa de Leste sob alçada da URSS servia para suprimir todos os conflitos regionais latentes entre Estados, nacionalidades, grupos étnicos e religiões, que contribuíram para um passado de instabilidade e conflito em que a Rússia se via envolvida. Pretendia-se, desta forma, enfraquecer a rivalidade entre os grupos e a *russofobia* existente na área.

Outra questão prendia-se com a existência de regimes associados à URSS que era vista como profícua para alguns dos atores na liderança soviética para selar definitivamente a sua fronteira com a Europa Ocidental e, por outros, como uma importante fonte de ideias inovadoras sobre a melhoria do socialismo.

Finalmente, a Europa de Leste tornou-se crucial para a URSS pela legitimidade ideológica que provia ao socialismo de tipo soviético, sendo superior àquela dada por países menos desenvolvidos como Cuba ou o Vietname (Dawisha, 1990).

Por parte dos líderes da Europa de Leste era também perentório o sentimento de segurança que estava aliado à pertença ao bloco soviético. Para além disso, elos de ligação com Moscovo permitiam aos líderes destes regimes impostos sobre a população a sua sobrevivência e permanência no poder.

Finalmente, a aquiescência das elites destes Estados aos interesses soviéticos estava selada pelos acordos do Pacto de Varsóvia e da CMEA e pelas demonstrações públicas de lealdade dos líderes da Europa de Leste perante Moscovo.

Há que ressaltar, no entanto, que, de liderança para liderança, inúmeras diferenças surgiram quanto à interpretação destes interesses, mas que, salvo situações consideradas críticas, a dependência face às políticas de Moscovo foi-se tornando cada vez menos direta, principalmente devido à influência dos jogos de poder que iam surgindo no cenário internacional da Guerra Fria.

Foi durante o período estalinista que as elites comunistas tomaram o poder nestes três países e, logo aí, nota-se um ponto em comum: dentro das divisões existentes nos três partidos, foram os agentes formados em Moscovo que conseguiram obter e manter o poder até à morte de Estaline. Para tal, toda uma rede de atores foi montada nestes países a partir de Moscovo. A tarefa dos líderes nacionais seria, neste período, a de adaptar as condições locais ao modelo soviético – como Estaline afirmava em relação à Polónia, era preciso “colocar a sela na vaca”. Outro ponto crucial seria relativo às purgas feitas dentro dos três partidos para afastar os elementos menos ortodoxos,

advogados de que cada país deveria construir o seu próprio caminho para o socialismo. As mesmas tiveram o seu auge no período de 1948-1952, sob a fachada da conspiração titoísta. Assim, assistiu-se, nesta primeira fase, talvez com a exceção da Checoslováquia, à tomada do poder autocrático por líderes impostos a partir de fora e sem legitimidade.

Após a morte de Estaline, em 1953, passou-se a assistir a uma luta pelo poder em Moscovo que trouxe uma maior autonomia e grandes mudanças no respeitante aos países satélite: a rejeição da Doutrina Stalin-Zhdanov de resistência a tudo o que fosse externo ao Bloco e a conceção de liderança coletiva, separando os cargos de Secretário-geral do Partido e de Primeiro-ministro; a remoção de conselheiros e tropas soviéticas de alguns territórios. e ainda o desmembramento de diversas agências de controlo administrativo.

Assim, logo em 1953, o líder do MDP, Máthias Rákosi, abdicava das suas funções de Primeiro-ministro a favor de Imre Nagy, um moscovita apoiado por Malenkov (Primeiro-ministro da URSS); esta mesma ação foi feita na Polónia um ano depois, com Bolesław Bierut a abdicar do cargo de Primeiro-ministro a favor de Józef Cyrankiewicz (ex-líder do PPS). Na Checoslováquia, era o Presidente da República - Antonín Zápotocký – que detinha também o cargo de Primeiro-ministro, abdicando do mesmo em 1953 a favor de Viliam Široký. Porém, no caso da Checolováquia não se pode afirmar que o projeto de liderança coletiva estivesse cumprido. Antonín Novotný, líder do KS , começava a ganhar um papel de destaque, tendo sido apoiado por Moscovo na subida ao poder nesse mesmo ano, depois da morte do seu antecessor Klement Gottwald.

Foi, no entanto, a partir do XX Congresso do de fevereiro de 1956 que as mudanças em Moscovo se começaram a refletir mais vincadamente nos três casos em estudo. Com Khrushchev no poder e depois das declarações de reprovação dos métodos utilizados por Estaline, o espectro soviético abriu as portas aos “caminhos nacionais para o socialismo” e à reprovação do culto da personalidade nos países satélite.

As reações ao discurso de Khrushchev foram distintas nos três países. No entanto, as três lideranças ficaram chocadas ao perceber que o líder soviético não tinha medido as consequências das suas palavras, do ponto de vista dos líderes da Europa Central e de Leste, já que também estes tinham sido discípulos de Estaline e de Beria e que, no processo de aplicação de cultos de personalidade nos seus próprios países,

tinham aplicado técnicas de repressão semelhantes às dos soviéticos. Mais grave, nestes casos a repressão não remontava aos anos 30, mas tinha sido, sim, aplicada ao perigosamente recente período de 1948-1952.

V.1. Polónia

A elite polaca não podia fingir desconhecer os métodos utilizados por Estaline e, por isso, não poderia atuar como se as revelações de Khrushchev fossem uma surpresa. Tentaram apenas remediar a questão, desculpando-se por terem seguido as instruções soviéticas.

No entanto, rapidamente a questão da sucessão na elite de topo foi colocada em cima da mesa. O líder polaco, Bolesław Bierut, morreu, ainda em Moscovo, e Khrushchev deslocou-se a Varsóvia para as cerimónias fúnebres, permanecendo duas semanas após a data do mesmo para apoiar a candidatura de Edward Ochab à liderança do PZPR. Os soviéticos tinham Ochab como o ‘seu homem’, o qual teria a liberalização sob controlo e estabilizaria a crescente agitação política no país, influenciando a sua subida ao poder à revelia dos elementos polacos do Politburo que teriam votado em Roman Zambrowsky para o cargo.

Não obstante, a liderança de Ochab seria de curta duração. Em junho, um tumulto em Posna colocou a elite polaca perante o risco de uma revolta por todo o país, não fossem tomadas medidas imediatas. No VII Plenário do partido, em julho, debateu-se a necessidade de maior democratização, ou seja, de uma mudança a partir de cima. O seu trunfo era Władisław Gomułka que, no VIII Plenário, em outubro, seria proposto como líder do PZPR. A questão da liderança na Polónia tornou-se mais gravosa porquanto todas estas decisões foram tomadas sem a liderança moscovita ser consultada e, a 18 de outubro, a elite soviética avisou os restantes líderes comunistas acerca das «nítidas diferenças de opinião» com os seus homólogos polacos. Estas incluem:

«key issues of foreign and internal policy of the [Polish] Party and the state, as well as the composition of the Party leadership. We are seriously concerned about the situation created within the leadership of the [Polish] Party because of the special importance of the Polish position for the camp of socialism, and especially for the Soviet Union.» (Kemp-Welsh, 2008, p. 97).

Desta forma, surgiu a questão se Moscovo iria invadir ou não o território polaco, estando já as tropas soviéticas preparadas para avançar em direção a Varsóvia.

A decisão tomada pela elite política moscovita foi a de ir diretamente para a capital polaca por forma a travar o VIII Plenário do Partido, acusando a liderança polaca de traição. A elite soviética interveio alegando que as medidas que os líderes polacos estavam a tomar causavam grande preocupação devido à importância da posição polaca no campo socialista, especialmente para a União Soviética. As maiores implicações seriam a remoção do General Rokossovski do cargo de Ministro da Defesa, o mais alto baluarte russo na elite polaca, a expressa propaganda antissoviética na imprensa e a abertura ao Ocidente que poderia significar uma retirada do Pacto de Varsóvia. Para além disso, a crise polaca tinha ainda uma dimensão económica:

«Poland is in a catastrophic situation. There is a shortfall of 900000 tons of grain. Coal mining is in a very bad shape too. After the Twentieth Congress, Poland adopted the same social measures as the USSR, but did not have the means to carry them out. That is why Comrade Ochab turned to the CPSU for a loan.» (Kramer, 1998).

Porém, o território polaco acabaria por não ser invadido e esta decisão ficou a dever-se a três questões de fundo: a primeira, foi a garantia por parte de Gomulka de que o país não sairia do Pacto de Varsóvia, de que considerava de importância vital a permanência das tropas soviéticas em território polaco e de que a imprensa seria controlada; depois, o Partido Comunista Chinês⁸⁸ tomou partido da liderança polaca; e finalmente, o desenrolar dos acontecimentos na Hungria permitiram à elite de topo de Varsóvia alguma margem de manobra pelo desvio da atenção do Kremlin.

⁸⁸ O Partido Comunista Chinês representava, à altura o maior aliado comunista da URSS e, tendo apoiado a linha de Khrushchev do XX Congresso do Partido Comunista da URSS, tinha também enveredado por uma política mais liberal, no que diz respeito à publicação e liberdade de expressão que ficara conhecida como o “Movimento das Cem Flores”. Por isso, era, à partida, contra a opressão na Polónia, o que Gomulka veio a aproveitar. Moscovo, sem o apoio de Mao, não poderia invadir o país devido à escolha de uma nova liderança, supostamente por ser mais liberal e nacionalista.

Assim, a 10 de novembro, Rokossowsky foi removido dos cargos que ocupava e Moscovo retirou os seus restantes ‘conselheiros’ do Ministério da Segurança Interna e do exército polaco (estes gestos foram, no entanto, mais simbólicos do que efetivos já que os líderes da URSS continuavam a manter as suas linhas de informação e influência sob Varsóvia por via de outras instituições como a Embaixada da URSS na capital polaca ou o Pacto de Varsóvia). Quatro dias depois foi formulado o Acordo Polaco-Soviético onde o futuro das suas relações passaria pela amizade mútua, aliança militar contínua e presença militar soviética na Polónia, mas completa soberania interna polaca e o pagamento de uma compensação pela forma como a Polónia havia sido explorada durante a era estalinista. No respeitante às relações económicas, a dívida polaca seria cancelada e seria concedida uma extensão de empréstimos por parte da União Soviética.

Não pode ainda deixar de ser mencionado que o designado “outubro de 1956” foi a única ocasião da história em que um líder comunista foi aceite enquanto tribuno do povo, e o porta-voz da independência nacional sem ser deposto por via de intervenção externa.

V.2. Hungria

Na Hungria, Mathiás Rákosi, Primeiro-secretário do Partido, foi desacreditado pela utilização dos mesmos métodos de Estaline no referente às purgas titoístas, e o Politburo decidiu nomear Ern Ger como seu sucessor. Os soviéticos optaram por não interferir diretamente nesta nomeação, mas a indicação de Ger pelo embaixador da URSS na Hungria parece ter sido decisiva, contrariando a possibilidade de János Kádár ser eleito nessa altura.

A não intervenção direta na escolha de Ger não se refletiu no apoio claro de Moscovo ao Primeiro-ministro húngaro Imre Nagy, um ‘moscovita’. No entanto, rapidamente Nagy se revelou demasiado heterodoxo, com propostas de reforma – o designado *New Course* – que propunham mudanças em cinco fatores determinantes para organização socioeconómica da Hungria. Primeiramente, estava centrado na economia ou seja, no sector de produção, revertendo o investimento na indústria pesada. A

segunda área de reformas era dedicada a estimular o sector agrícola, dando liberdade aos agricultores de escolherem qual a forma de agricultura em que pretendiam investir (o que causou um rápido afastamento da coletivização). O terceiro conjunto de medidas seria dedicado a melhorar as condições de vida da população. A quarta área (de todas a mais surpreendente) era composta por um conjunto de medidas destinadas a atacar a coerção. Finalmente, a quinta área dava ao *New Course* um cariz político, centrando-se na criação de uma moldura constitucional e institucional para o mesmo, que procurava, sobretudo, a descentralização do poder político. As medidas do *New Course* foram alvo de oposição interna, mas a ação de Moscovo foi caracterizada por uma certa ambivalência já que, na União Soviética, pretendia-se uma relação mais aberta com os países satélite, bem como uma reforma interna que ia de encontro a algumas diretrizes do *New Course* húngaro:

«In the interest of the further democratization of the country's life, the Cabinet abolishes the one-party system and places the country's government on the basis of democratic cooperation between the coalition parties, reborn in 1945. [...]The national Government appeals to the headquarters of the Soviet forces immediately to begin the withdrawal of the Soviet troops from the territory of Budapest.»⁸⁹

No entanto, a oposição direcionada à segunda e quinta diretivas, especialmente, levou Nagy a tomar uma posição de rutura com a União Soviética, declarando publicamente a vontade da Hungria de se tornar um Estado neutro e de sair do Pacto de Varsóvia, implicando que as tropas soviéticas deveriam abandonar o solo húngaro:

⁸⁹ *Proclamation of Imre Nagy on the creation of a Multi-Party System, October 30, 1956.* in Békés, Byrne e Rainer, 2002, p. 290.

«The Prime minister of the Hungarian People's Republic, in his role as acting foreign minister, informs your excellency of the following:

The Government of the Hungarian People's Republic has received trustworthy reports of the entrance of new Soviet military units into Hungary. He demanded the immediate and fast withdrawal of the Soviet units. He announced to the Soviet ambassador that the Hungarian Government was withdrawing from the Warsaw Pact, simultaneously declaring Hungary's neutrality, and that he was turning to the United Nations and asking the four Great Powers to help protect its neutrality.»⁹⁰

Para Khrushchev, a Hungria não poderia deixar o Bloco já que isso mostrava um sinal de inaceitável fraqueza perante o Ocidente, principalmente devido aos acontecimentos no Suez⁹¹. Para além disso, Khrushchev teve o apoio de todos os aliados comunistas para intervir na Hungria (com a exceção da Roménia) e tinha receio de ser apontado pelos seus rivais em Moscovo de ter “perdido a Hungria para o Ocidente” e, por esse motivo, ser afastado da liderança. A 4 de novembro, o território húngaro era invadido e uma nova liderança colocada no governo.

János Kádár havia surgido como líder do MSzMP no início da revolução e Khrushchev confiou-lhe os cargos de liderança do partido e do governo para normalizar a situação húngara. Kádár, apesar de ter apoiado as políticas de Imre Nagy, insurgiu-se contra o Primeiro-ministro quando foi chamado a Moscovo e soube das pretensões de neutralidade e de saída do Pacto de Varsóvia. Esta reunião em Moscovo serviu de plataforma para uma relação próxima entre Kádár e Khrushchev, de amizade mesmo, e que se estendia também a Andropov.

A liderança soviética não podia duvidar de que Kádár não estava comprometido com a restituição da ordem na Hungria: várias purgas tinham sido feitas no partido para além das centenas de detenções por todo o país, e as políticas de democratização e descoletivização estavam a ser revertidas. No entanto, uma delegação soviética permaneceu a vigiar a elite húngara em Budapeste durante um mês sem que ninguém fosse informado. Para além disso, Khrushchev mostrava impaciência na decisão de que Imre Nagy (refugiado na embaixada jugoslava) deveria ser julgado. Não obstante, a elite

⁹⁰ *Telegram from Imre Nagy to Diplomatic Missions in Budapest Declaring Hungary's Neutrality, 1 November 1956.* in Békés, Byrne e Rainer, 2002, p. 323.

⁹¹ A União Soviética decidiu abandonar a hipótese de um conflito no Suez, apesar de apoiar Nasser. A importância de não colocar em causa a segurança do Bloco Socialista era mais importante. Como afirma McCauley, 1981, p. 787) «The Soviets had little to lose in Egypt, everything to lose in Hungary.» Assim, ao abandonar o Médio Oriente para as potências ocidentais, a liderança Soviética era obrigada a ter uma posição mais firme no que dizia respeito ao equilíbrio do Bloco Socialista e, por isso, na questão húngara.

húngara decidiu exilar Nagy na Roménia⁹² o que, aliado à pressão soviética, colocou as relações com a Jugoslávia num novo impasse.

Assim, a supressão da revolta húngara e a nova deterioração das relações com a Jugoslávia indicavam um afastamento das afirmações do XX Congresso do – a desestalinização e a democratização tinham sido afastadas sob pressão tanto da URSS como dos restantes países comunistas.

Em novembro seguinte foi marcada uma conferência dos doze partidos comunistas no poder de onde saiu um documento – *A Declaração dos Doze Partidos Comunistas* - que refletia as tendências contraditórias surgidas dos eventos que tinham precedido esta conferência. Como afirma R. Farrel:

«Clearly the Russians were concerned about the growing ethnocentric tendencies in most of the East European countries. These found expression in increasingly independent policies which were commonly justified by reference to the slogan of separate roads to socialism and the speeches at the Twentieth Congress.» (Farrel, 1970, p. 90).

A declaração sugeria que os Soviéticos estavam dispostos a dividir algumas das responsabilidades em determinadas áreas, mas continuariam a controlar a política externa, a política económica do Bloco, a defesa, as linhas essenciais da ideologia e algumas áreas relativas à *intelligence*. Noutras áreas domésticas era dada uma independência considerável aos Partidos governantes como por exemplo na agricultura, religião (principalmente afetando a Polónia) e no uso de medidas administrativas.

Ainda segundo o mesmo autor, o carácter contraditório das políticas Soviéticas permitia algum espaço de manobra aos líderes dos países satélite (1970, p. 91) e várias políticas mais liberalizantes foram sendo tomadas, principalmente no que diz respeito ao comportamento destes países na CMEA: assim que os soviéticos retiraram alguns dos seus mecanismos de controlo, os representantes económicos nacionais pareciam enveredar numa linha de rejeição da ideia de uma política económica mutuamente planeada, tentando retirar as maiores vantagens que podiam a nível nacional. Esta questão permitiu à Polónia, por exemplo, iniciar relações económicas com a República Federal Alemã nos anos seguintes.

⁹² Pouco tempo depois Imre Nagy seria julgado e executado.

V.3. Checoslováquia

O regime de Praga era visto como um dos mais leais a Moscovo, não tendo feito grandes movimentos na direção da democratização do país nem da descoletivização, pretendendo continuar numa linha mais moderada mas não tão divergente da do anterior líder. A sua posição seria sempre de seguir a tutela moscovita, mas com alguma cautela, o que ficou presente no “espírito de Geneva”, marcado pela tentativa de reabilitação de muitos exilados políticos no estrangeiro.

No entanto, após as repercussões do XX Congresso do _____, foram tomadas medidas drásticas de coletivização e de reforço da disciplina laboral. Nesta altura os Soviéticos não podiam deixar que a situação na Checoslováquia se deteriorasse também⁹³ e, por isso, a liderança mais conservadora encontrava-se numa posição privilegiada de apoio.

As mudanças na Checoslováquia iniciam-se, ao contrário dos outros dois Estados, depois do XXII Congresso do _____ em 1961. Antonín Novotný, líder do KS _____, encontrava-se numa posição difícil: se, por um lado, não podia ignorar as diretivas de Moscovo, tendo de executar reformas mais liberais e acabar com as réstias das políticas estalinistas, por outro, não poderia permitir uma reforma profunda, já que qualquer tentativa de desestalinizar iria inevitavelmente pôr o posto de muitos dos líderes que se encontravam no poder em causa, inclusivamente o seu. Por isso as reformas em Praga foram tímidas e foi na Eslováquia que se assistiu a uma maior liberalização sob o líder do KSS, Alexander Dub ek. A Primavera de Bratislava iniciava-se em 1963.

Dub ek aproveitou vários acontecimentos para a sua afirmação no poder. A nível interno, a questão nacionalista eslovaca tornava-se marcante na política do Estado. A nível internacional, aproveitou o facto de que na Hungria e Polónia se notava já uma liberalização significativa em termos socioeconómicos e a abertura ao Ocidente para criticar Novotný e os seus apoiantes no Presidium, conseguindo o apoio de Brezhnev

⁹³ Na Checoslováquia houve várias demonstrações de estudantes, principalmente em território Eslovaco em Maio de 1956.

para ser eleito Primeiro-secretário em janeiro de 1968⁹⁴. Brezhnev apoiou Dub ek pela sua linha liberalizante devido à necessidade de reformular a imagem do Bloco Soviético para o exterior após o corte de relações com o Partido Comunista Chinês e pela necessidade de estender o comércio aos países do Ocidente.

No entanto, as medidas tomadas pelo novo líder do KS pareciam determinar um caminho diferente daquele que Moscovo estaria disposto a aceitar. A questão principal girou em volta do Programa de Ação apresentado pelo Politburo em abril de 1968, no qual figuravam, entre outras medidas, a abolição da censura e a permissão para a formação de organizações cívicas alheias ao Partido. Para além disso eram apontadas preocupações e descontentamento relativamente às alterações feitas no Presidium sem a consulta da liderança soviética e à falha da elite política de topo checoslovaca em prevenir a publicação de opiniões desfavoráveis à União Soviética na imprensa.

Em maio as duas lideranças reuniram-se em Moscovo e o Presidium Soviético tornou clara a sua percepção de que o KS estava a perder o controlo sobre os *mass media* e de que as suas reformas económicas poderiam levar a uma restauração do capitalismo. Para além disso, a interrupção das interferências nas estações de rádio ocidentais levou a uma reunião dos cinco do Pacto de Varsóvia mais preocupados com a situação - RDA, URSS, Hungria, Polónia e Bulgária⁹⁵, emitindo em julho um novo aviso à liderança checoslovaca de que a situação no país representava um risco para a segurança de todo o Bloco Socialista.

A resposta do KS afirmava que os slogans refletiam a anterior situação do país e que poderiam ser rapidamente controlados, e procurou reassegurar os membros do Pacto de Varsóvia de que a sua política externa era totalmente socialista, que continuava empenhada em relações amistosas com a URSS e com os outros Estados socialistas e que nenhum dos tratados ou alianças estavam sob ameaça.

A 19 de julho Dub ek assegurou ao Partido e à população que a censura não seria reposta e que a carta enviada pelos membros do Pacto de Varsóvia não impediria que as medidas de maio fossem executadas. No final do mês as relações entre a Checoslováquia e a União Soviética estavam tão más que os dois países não

⁹⁴ Dub ek tinha sido também notado por Khrushchev numa ida a Moscovo onde aproveitou o facto de Novotný não compreender a língua russa para expressar o apoio às suas políticas de liberalização. Quando Khrushchev foi demovido da liderança moscovita e substituído por Brezhnev, a imagem de Dub ek permaneceu positiva aos olhos da elite soviética.

⁹⁵ Da qual a Checoslováquia foi afastada.

conseguiram decidir onde fazer o seu próximo encontro (Heimann, p.241). No início do mês seguinte, numa reunião dos membros do Pacto de Varsóvia, Brezhnev indicou que esperava que a Checoslováquia abolisse o KAN e o K231⁹⁶, impusesse de novo a censura e demitisse alguns membros da elite de topo mais reformistas: František Kriegel, estmír Císa e Ji í Pelikán.

Sem qualquer resposta por parte da liderança checoslovaca, a 17 de agosto Moscovo decidiu invadir o país em coligação com os membros do Pacto de Varsóvia⁹⁷. Essa decisão concretizou-se nos dias 20 e 21 do mesmo mês.

Depois da invasão, uma delegação checoslovaca foi chamada a Moscovo para que se decidissem as medidas a tomar de forma a restaurar a ordem no país. As duas delegações presentes foram, por um lado a liderança soviética, e Svoboda, erník e Smrkovský, por outro⁹⁸. As discussões vieram a produzir o documento que ficou conhecido como *Protocolo de Moscovo* que, na sua versão final, equivalia a uma promessa de reversão virtual de todas as reformas da Primavera de Praga, com a notável exceção da federalização do Estado Checoslovaco em duas Repúblicas Socialistas: a República Checa e a República Eslovaca.

Apesar de vários atores terem sido rapidamente demovidos dos seus postos, como Jíri Hajek (Ministro dos Negócios Estrangeiros) e estmir Císa (Membro do Secretariado do Comité Central), Alexander Dub ek conseguiu permanecer enquanto Primeiro-secretário até 17 de abril do ano seguinte, quando foi substituído por Gustav Húsak, também ele eslovaco, que impôs um período de *normalização* praticamente até ao final do regime. A liderança de Husák, intitulado Secretário-geral primeiro pelos Soviéticos e só depois pelo seu próprio partido (Dawisha, 1990, p. 129), justificou a sua ascendência ao poder em dois pilares ideológicos: a necessidade de reverter as reformas

⁹⁶ Estas foram duas das mais ativas associações criadas fora do Partido após o Programa de Ação ter sido posto em prática a 8 de Abril desse ano. A abolição da censura associada à criação destas instituições permitia que claras críticas ao regime e à União Soviética fossem divulgadas.

⁹⁷ A princípio, o líder húngaro János Kádár, era apoiante de Alexander Dub ek e contra a invasão do país. Mas a incapacidade da liderança checoslovaca de aceitar as imposições de Moscovo, nas quais este foi muitas das vezes o porta-voz (mesmo por ter uma posição mais neutra), levaram que também Kádár apoiasse a invasão do país, em parte para proteger as reformas que estavam a ser executadas na Hungria com o *Novo Mecanismo Económico*.

⁹⁸ Os soviéticos haviam reconhecido tacitamente que o grupo mais conservador no Presidium checoslovaco composto por Bi'lak, Indra, Svestka, Kolder e Kapek, que tinham tentando efetivamente formar um novo governo, deveria ser excluído, já que haviam perdido a sua credibilidade perante o Partido e a população do seu país.

propostas durante a Primavera de Praga e uma aproximação cada vez mais vinculada (laços políticos, económicos e diplomáticos) com a União Soviética.

Assim, depois de 1957, o PZPR e o MSzMP pareciam ter aceite a liderança por parte dos soviéticos nas questões de política externa, defesa e nas linhas gerais da ideologia partidária, mas ao mesmo tempo apropriaram-se de definições independentes no respeitante às questões internas, definições estas que não estavam congeladas e que se vinham a desenvolver, nos dois casos, numa linha mais liberalizante da economia. Mesmo a permissão por parte da URSS das grandes variações na Checoslováquia nos doze meses que decorreram entre a queda de Novotný e a invasão do país, sugere que a tendência, desde a morte de Estaline, tinha sido de uma diminuição do poder diretivo soviético e de uma maior autonomia nas políticas internas adotadas pelas elites nacionais.

Se a invasão da Checoslováquia e o surgimento da Doutrina Brezhnev foi uma tentativa de acabar com a tendência que colocava a questão da soberania limitada dos Estados do Bloco, frisando que «cada Partido Comunista era responsável não só pela sua própria população, mas também pelos outros países socialistas» (Dawisha, 1990, p. 202), os acontecimentos na década seguinte vieram, mais uma vez, colocar em causa a linha diretiva clara que o pretendia passar para a Europa de Leste.

VI. NOVAS ARQUITECTURAS DE LIDERANÇA

«Le discours fameux de Khrushchev n'exprimait pas la voix d'un converti à la démocratie, bien sûr; c'était, en partie, le cri d'un esclave dont la chaîne avait été rompue, mais surtout, aussi, c'était un pacte de sécurité pour l'appareil. Il s'agissait désormais de ne laisser à personne la possibilité d'acquérir le même pouvoir despotique que Staline avait exercé.»

Leszek Kolakowski, (1982).

Ao debruçar-se sobre a evolução das relações entre a URSS e os três Estados Satélite em estudo, o investigador apercebe-se de uma nítida mudança que está embutida em todo o cenário internacional pós-1968. E estrutura comunista vê-se confrontada com o declínio económico e, com ele, a primeira necessidade de alterar a sua postura perante o mundo.

A década de 70 foi, por isso, marcada por duas questões determinantes: primeiramente, pela abertura de todo o Bloco ao Ocidente, com as conferências iniciadas ainda em 69 e que culminaram no Acordo de Helsínquia em 1975, realizadas no âmbito do novo tipo de relações bilaterais com a URSS que surgiu no mandato de Richard Nixon e ficou conhecido por *détente*; depois, pela grave crise económica internacional, que se iniciou em 1973 com a crise petrolífera, que veio a afetar também os casos em estudo e a sua relação com a URSS.

VI. 1. Abertura ao Ocidente e Novas Lideranças

A questão checoslovaca arrasou de tal forma o prestígio da URSS que os líderes soviéticos começaram a procurar reconquistar o apoio popular por meio de reformas internas e uma reavaliação da política externa, apesar de Willy Brandt defender que a

*Ostpolitik*⁹⁹ deveria continuar após a invasão da Checoslováquia. A assinatura do Tratado Germano-Soviético a 12 de agosto de 1970 em Moscovo refletiria, para além da renúncia dos dois Estados ao uso da força nas suas relações bilaterais (proclamando a preservação da paz internacional e o reforço da construção da *détente* como objetivo comum das suas políticas externas), a resolução de uma série de contenciosos territoriais e políticos entre o Ocidente e o Leste não resolvidos desde os acordos do pós-guerra, de onde se destaca a reafirmação formal da Linha Oder-Neisse e o reconhecimento recíproco por parte das duas alemanhas.

A liderança da URSS encontrava-se, porém, numa posição desconfortável perante a aproximação das duas alemanhas. De facto, esta questão enquanto génese da criação do Pacto de Varsóvia, perdera o seu valor, podendo suscitar um certo descarrilamento dos signatários do acordo.

Esta nova posição refletiu-se rapidamente na resposta às greves na Polónia, em dezembro de 1970, devido à grave situação económica em que se encontrava. A liderança soviética mostrou preocupação com os acontecimentos, mas recusou a assistência militar pedida por Gomułka. Na carta de Brezhnev em que este explicava que só poderia assistir política e financeiramente, estava já implícita uma mudança de liderança na Polónia¹⁰⁰. Edward Gierek era o ator mais propício. Apesar de não ser da confiança pessoal de Brezhnev, era apoiado por Gomułka e tinha tido uma educação ocidentalizada temperada pela lealdade política incutida durante o período de doutrinação política estalinista (Lewis, p. 175) e, em plena *détente*, seria, tal como Kádár já o era, um elo de ligação importante com o Ocidente.

Kádár e Gierek projetaram-se forte e favoravelmente para os seus homólogos ocidentais. Era profícuo para os soviéticos ter um *soft cop* (neste caso o líder húngaro) a apresentar uma imagem favorável para o Ocidente, já que estavam interessados na transferência de tecnologia - preferencialmente com aplicações militares. Assim, nas palavras de Brezhnev, as viagens de Kádár «served the interest of the whole socialist community» (Gough, p. 196).

⁹⁹ A liderança norte-americana, ecabeçada por Richard Nixon e Henry Kissinger, intentava desenvolver relações bilaterais com a URSS e receava que este passo fosse ofuscado pelas iniciativas da República Federal Alemã. A solução foi uma coordenação cautelosa entre as duas políticas.

¹⁰⁰ Gomułka caiu não só por persistir, contra a opinião dos seus pares, numa resposta violenta à revolta social, mas também porque não teve em consideração os conselhos de Brezhnev de como lidar com a crise política que, sendo gerida como o líder polaco tencionava, teria sérias implicações também para a URSS.

Muito provavelmente estaria aqui um fator determinante para a sua demissão não ter sido aceite por Brezhnev em 1972 e de o *Novo Mecanismo Económico*, apesar de bastante criticado e modificado devido a diretivas soviéticas, ter conseguido sobreviver aos anos desta liderança soviética.

No ano seguinte, abriria a Conferência de Segurança e Cooperação Europeia, a primeira de uma série de encontros que marcaria o espírito da década de 70 e que culminaria, a 1 de agosto de 1975, com o Ato Final de Helsínquia.

As conferências que se seguiram, Belgrado em 1978 e Madrid em 1980 refletiram, no entanto, a posição de uma URSS preocupada com a manutenção do *status quo* de convergência de pontos de vista entre o Ocidente e o Leste. Segundo Vitor Marques dos Santos (2006):

«Estabelecida a *détente* política, e considerando o carácter incómodo da questão dos Direitos Humanos – que os acontecimentos da Polónia em 1981, viriam acentuar – a URSS iria, no futuro, privilegiar concretamente o reforço de uma *détente* estratégica e militar consubstanciada na limitação e redução de armamentos, afirmando que eram as forças militaristas que procuravam desvirtuar o “espírito de Helsínquia”, provocando situações de conflito» (Marques dos Santos, 2006).

A abertura ao Ocidente foi motivada também pela crise petrolífera de 1973, que veio afetar as relações dos países do Bloco Soviético dentro da CMEA. Nos Estados mais afetados, como a Hungria e a Polónia, havia a necessidade de importar cada vez mais energia e bens de consumo. Para além disso, a crise económica tinha-se transformado também numa crise financeira, o que fez com que países que contribuía dentro do espaço CMEA passassem a estar dependentes da URSS, que tinha também de enfrentar a crise mundial que se alargava durante a década. Por isso, os três Estados em estudo começaram a estabelecer relações não só diplomáticas, mas cada vez mais económicas com o Ocidente.

VI.2. Crise Económica e Mudanças em Moscovo

A crise económica continuou a pautar as relações entre Moscovo¹⁰¹, Praga, Budapeste e Varsóvia na década seguinte, sendo o caso polaco sem dúvida o mais gravoso.

As causas para a ascensão de Gierek ao poder acabaram por ser as mesmas que o levaram a abandonar o cargo de Primeiro-secretário do PZPR. Devido à grave crise económica em que a Polónia se encontrava, a elite política de topo decidiu aumentar o preço dos bens essenciais de consumo – réplica do que havia acontecido dez anos antes. No entanto, desta vez, viu-se confrontada com um fenómeno nunca antes testemunhado no Bloco Soviético: a formação e legalização de uma plataforma sindical livre e independente – a *Solidarno* .

A *Solidarno* formou-se a partir das greves nas cidades industriais na zona do Báltico e rapidamente se transformou numa plataforma sindical em que cerca de dez milhões de operários, incluindo membros do partido, faziam parte. As bases sociais do ideal socialista estavam a movimentar-se fora do campo de ação do PZPR. Numa república que se queria de trabalhadores, eram estes que se estavam a voltar contra o regime.

A liderança estava dividida quanto à melhor forma de responder à crise evidente do poder comunista e os factos estavam a fugir à capacidade de resposta de Gierek, que se demitiu a 6 de setembro de 1980, dias após a assinatura do Acordo de Gdańsk, sem a aprovação de Moscovo. A 4 de setembro, o jornal *Rude Pravo* ecoava a posição de Moscovo de que a liderança polaca estava a ser incapaz de lidar com a crise em que o país se encontrava e de que a importância do seu sistema de segurança estava em risco. As afirmações do jornal colocavam de novo a Doutrina Brezhnev em cima da mesa em nome “dos ganhos do socialismo” (Wozniuk, 1987, p.103). Gierek foi imediatamente substituído por Stanisław Kania.

Kania rapidamente admitiu que tinha havido na Polónia «uma falha na observação das normas Leninistas da vida partidária» (Wozniuk, 1987, p. 104). Kania

¹⁰¹ Para ver os detalhes sobre a crise económica e as reformas adotadas no Capítulo IV.

tentou evitar a ameaça eminente de invasão por parte dos soviéticos, assegurando a sua lealdade perante o socialismo e o Pacto de Varsóvia. A situação na Polónia parecia estar a normalizar-se (pelo menos essa era a versão oficial dos factos), mas durante o mês de setembro os tumultos continuaram, já que nem o PZPR ou o [redacted] tinham intenção de cumprir o acordo de Gdansk.

Para além disso, pressões por parte dos partidos comunistas da Europa Ocidental vieram deteriorar a posição da liderança polaca: os esforços de Kania não foram reconhecidos e este foi substituído pelo General Wojcizek Jaruzelski em fevereiro de 1981, que tomou também o cargo de Primeiro-ministro¹⁰² e conseguiu colocar um fim à força do movimento operário e às reivindicações do mesmo¹⁰³. Não obstante, o principal objetivo de Jaruzelski era o da não invasão do território Polaco pelas forças do Pacto de Varsóvia, como havia sucedido na Hungria em 1956 e na Checoslováquia em 1968. Assim, a forma como a nova liderança polaca superou a crise governativa foi com a imposição da lei marcial até 1983.

O objetivo de Wojcizek Jaruzelski foi cumprido e, apesar de o [redacted] ter asseverado a Doutrina Brezhnev, um conjunto de fatores parece ter contribuído para a não invasão do território polaco. Em primeiro lugar, as marcas deixadas pela resposta à Primavera de Praga precaviam Brezhnev da utilização dos mesmos meios de resposta à crise de 1968. Para além disso, a consequente abertura ao Ocidente com a política de *détente* e a assinatura dos Acordos de Helsínquia, que já estavam a ser colocados em causa devido à invasão do Afeganistão (quarta razão), colocavam um travão na operação.

A 10 de novembro de 1982, Brezhnev morreu e foi sucedido por Andropov, considerado, pela maioria dos líderes dos países em estudo e, principalmente, por János Kádár, como um indivíduo mais aberto às mudanças que estavam a acontecer no Bloco. Porém o período de Andropov na liderança do [redacted] foi curto e este foi sucedido em 1984 por Chernenko, um indivíduo claramente mais na linha de Brezhnev. Não obstante estes dois líderes acabaram por não ter qualquer interferência no que diz respeito às sucessões na elite política da Polónia, Hungria e Checoslováquia, devido ao curto

¹⁰² Cargos adicionados ao de Ministro da Defesa que já ocupava desde 1968.

¹⁰³ Depois da imposição da lei marcial, o movimento trabalhava clandestinamente, mas tinha perdido a sua força inicial, bem como o número de indivíduos a ele associados.

período dos seus mandatos. Em 1985 Chernenko morreu e foi sucedido por Mikhail Gorbachev.

Não obstante, durante os primeiros anos da década de 80, começou a surgir um debate acerca das implicações da Doutrina Brezhnev perante uma conjuntura de maior abertura tanto interna, como de relações com o Ocidente. Em junho de 1984, num congresso da CMEA, os líderes e delegados soviéticos continuaram a apelar a uma maior integração dos Estados Membros. Nessa reunião, os delegados da Europa de Leste pediram, praticamente em uníssono, uma maior atenção às diferenças entre os seus Estados (Dawisha, 1990, p. 202).

Quando Gorbachev sucedeu a Chernenko o debate foi ainda mais estimulado, principalmente quando na renovação do Tratado do Pacto de Varsóvia em 1985 não houve qualquer menção à não intervenção soviética ou à supremacia da soberania do Estado sobre as relações de classe. O novo líder soviético escolheu, em vez disso, afirmar que as «relations are based on the full equality and comradly mutual assistance of sovereign states» que mantêm «o princípio do internacionalismo socialista.» (*Pravda*, 28 de abril de 1985, in Dawisha, 1990, p. 203).

Assim, quando Gorbachev afirmou no XXVII Congresso do _____, em 1987, que uma reforma radical era necessária, não importou às elites da Europa Central e de Leste que o orador estivesse a referir-se à URSS e não à Europa de Leste. Os líderes compreenderam que esta simples afirmação teria enormes implicações também para o seu futuro, já que desde o discurso de Khrushchev no XX Congresso nenhum líder tinha discutido tão abertamente os problemas existentes e pedido, com tanta transparência, grandes reformas e novas relações dentro do Bloco Comunista.

A ilusão da mudança histórica na política soviética ficou a dever mais ao que Gorbachev não disse do que propriamente às palavras proferidas pelo líder: de maior importância foi a ausência no seu discurso de ideias como “o princípio do socialismo internacionalista” ou de “princípios científicos comuns na construção do socialismo entre os Estados”. Em vez disso, Gorbachev enfatizou o «unconditional respect in international practice for the right of every people to choose the paths and forms of its development», de que «unity has nothing in common with uniformity, with a hierarchy» e a necessidade de «find mutually acceptable solutions to even the most difficult problems» (Dawisha, 1990, p. 207).

Assim, Gorbachev rapidamente adotou uma política de não interferência nas questões internas dos países satélite, baseando-se na sua política de *glasnost*, ou seja, transparência. No entanto, o novo líder do acabou também ele por influenciar a sucessão de uma das lideranças de um destes Estados. Assim, a nova linha de Moscovo de *laissez faire* no respeitante aos países satélite não impediu a intervenção da liderança soviética na sucessão do líder húngaro.

Na sua visita em junho de 1986, Gorbachev sugeriu a Kádár que este se deveria afastar da liderança húngara devido à sua idade - o líder moscovita tinha já expresso a Károly Grósz o seu apoio. Numa conferência dos líderes da CMEA também tornou mais explícita a ideia de que a URSS não interferiria nos assuntos dos países satélite e que não poderia dar assistência económica como havia feito. Desta forma, Gorbachev acabou por colocar os apoiantes de Kádár na dúvida de que este continuava a ser a melhor escolha para liderar o país. Kádár acabaria por ser substituído por Károly Górsz dois anos mais tarde.

No entanto, a liberdade dada por Gorbachev às elites políticas de topo dos países do Bloco veio debilitar a adesão a um modelo singular de socialismo e, quando o conjunto de eventos no Bloco Socialista se iniciou, a própria definição de socialismo tornou-se mais elástica. Para além disso, a incapacidade do Kremlin melhorar a situação económica do país aumentou a convicção de uma larga porção da elite soviética de que a Europa de Leste deveria poder seguir o seu próprio caminho (Dawisha, 1990, p. 215).

Apesar da maior parte das elites de topo se ter renovado nos últimos anos, estas continuavam debilitadas em relação aos dois pressupostos de legitimidade que havia adotado no início do período em que o sistema socialista havia sido introduzido. Ao colocar-se numa posição de neutralidade face às políticas dos Estados do Bloco e ao admitir que o modelo económico estava a falhar e necessitava de reformas, Gorbachev acabou por, indiretamente, retirar os dois baluartes de legitimidade construídos pelas elites políticas de topo destes Estados, deixando-as numa posição de descrença no modelo construído, pela perceção de que os objetivos que o modelo se propunha alcançar tinham falhado completamente.

VI. 3. Do Esquisso ao Complexo

Podem ser, desta forma, detetadas várias linhas de ação por parte dos decisores políticos do _____ que afetaram a sucessão da elite de topo nos três casos em estudo¹⁰⁴.

Primeiramente, a autonomia dada aos líderes da Hungria, Checoslováquia e Polónia depois da morte de Estaline não parece verificar-se no respeitante à sucessão na liderança dos Partidos Comunistas. Khrushchev interferiu diretamente na sucessão de Bierut na Polónia e na crise Húngara de 1956, querendo mesmo a condenação e execução de Imre Nagy após a invasão do território.

Para além disso, nota-se que, apesar das diferentes linhas adotadas pelos líderes soviéticos, estes acabaram sempre por influenciar a sucessão dos líderes nos três casos em estudo. Todos os líderes, com a exceção de Andropov e Chernenko, apesar de terem políticas bastante distintas face aos países do Bloco Soviético e ao Ocidente, mantiveram os líderes dos três casos estudados sobre pressão direta e em constante contacto com Moscovo, removendo, quando necessário, os indivíduos que não estavam a seguir o “caminho certo para o socialismo”.

No entanto, em alguns casos, como a tomada de poder de Gomulka, e a proximidade de János Kádár a Moscovo, permitiram alguma liberdade aos líderes destes países, tanto no que diz respeito à sua permanência no poder, como às decisões tomadas.

Outra questão importante remete para o facto de que a decisão de uma intervenção mais ou menos direta foi sempre feita face a uma interpretação da conjuntura internacional. A maior ou menor proximidade ao Ocidente por parte da União Soviética, aliada à natureza da sua liderança, veio determinar o tipo de ação a tomar sempre que uma crise se instalava. As conjunturas divergentes de 1956, 1968, 1970 e 1981 mostraram claramente que Moscovo não decidia utilizar o Pacto de Varsóvia com base somente em assuntos internos, poupando a Polónia, por duas vezes, de ser invadida militarmente.

¹⁰⁴ Pretende-se, aqui, fazer uma síntese das questões exploradas nos capítulos V e VI.

Ainda, o vínculo de lealdade política e pessoal tendeu sempre a preceder a capacidade de governança como processo de seleção. Os argumentos dados por Moscovo mostram que os novos líderes eram escolhidos por serem leais ao partido e à causa socialista sendo, também, muitos deles “moscovitas”.

Finalmente, a entrada de Gorbachev para a liderança do Kremlin e o tipo de políticas adotadas vieram colocar em causa os alicerces de legitimidade do sistema socialista que as próprias elites tinham criado para o conseguir manter, contribuindo tanto para a sua descrença de que seriam capazes de continuar a liderar o regime nestes moldes, como para a noção de que a “verdade” incutida à população pelo papel de liderança do Partido não era absoluta.

Se os atores foram os catalisadores do processo evolutivo da construção e manutenção do edifício comunista, o ambiente que os rodeava, a estrutura interna e externa do sistema acabou por ser um fator a ter em consideração enquanto influência do comportamento desses mesmos atores.

O que se pretende aqui captar são as ligações necessárias entre as abordagens teóricas que os investigadores têm operado no que diz respeito à análise deste tipo de processos. Captar a importância do papel dos atores, neste caso as elites políticas de topo, é determinante para compreender o outcome imediato dos diferentes tipos de tomadas de decisão que foram evoluindo durante o período estudado. No entanto, sem inserir os atores num ambiente externo de movimentações estruturais complexas, perdem-se os fatores de base que contribuíram para a deterioração de uma questão determinante para a atuação das elites políticas: a legitimidade às mesmas conferida.

No presente estudo, pôde verificar-se como desenvolvimento económico, apontado por Lipset e Huntington como fator determinante para a democratização (Lipset, 1959; Huntington, 1991), veio a sobrepor-se a outras questões, determinando o comportamento dos autores, os estilos de liderança e caminhos diferentes para as transições democráticas. O *crafting* de alianças estabelecido na Polónia e Hungria na segunda metade da década de 80 foi efeito imediato da deterioração da legitimidade construída pelas elites comunistas aquando da edificação do sistema.

Assim, apesar das condições estruturais não serem suficientes para explicar um processo dominado por atores, elas são, sem dúvida necessárias para compreender o seu comportamento (Linz e Stepan, 1978 e 1996; Saxonberg, 2001; Lane, 2011; Volgyes,

1978). É na interação entre os actores e a estrutura que se encontra o fio condutor de um processo que do esquisso à edificação e posterior ruina do complexo comunista evoluiu de forma distinta nos Estados aqui analisados.

CONCLUSÃO

Winston Churchill afirmou no seu discurso proferido na *House of Commons* em 1944: «We shape our buildings; thereafter they shape us». Os edifícios quando épicos são idealizados num nível quase que imensurável, desafiando o espaço, o tempo e os indivíduos que os contemplam. Modelam, assim, tudo o que os rodeia, mas têm igualmente de estar preparados para serem modelados por um novo ambiente, novos estilos, novas ideias e novos indivíduos. Se assim não for, acabam por se tornar num elemento isolado e torpe, à mercê dos tempos.

O edifício comunista que veio sendo desmontado neste estudo na pele dos seus “autores” e “modeladores” acabou por se tornar, ao longo dos anos, numa ruína dos tempos, um molde imutável que falhou na adaptabilidade ao ambiente que o rodeava e que acabou por desmoronar quando os pilares da sua legitimidade foram colocados em causa.

Os regimes comunistas na Hungria, Polónia e Checoslováquia findaram em 1989 de formas distintas. No caso húngaro, tentativas de reformas na direção de um sistema mais democrático tiveram início em 1985 com a adoção de uma nova lei eleitoral mais liberalizante. Na Polónia, as negociações com a oposição tiveram início em 1987, acabando por resultar em eleições parcialmente livres em 1989. No entanto, neste caso a elite comunista de topo, que pretendia a sua manutenção no poder, acabou por abdicar da lei eleitoral mais restrita quando confrontada com a vitória esmagadora da oposição. Finalmente, a elite de topo checoslovaca, de cariz mais ortodoxo, não permitiu a abertura do sistema a novas reformas, o que resultou numa tentativa de sobrevivência num sistema que acabaria por colapsar.

Estes desfechos não podem ser analisados apenas recorrendo à conjuntura crítica que se formou na segunda metade da década de 80, já que os movimentos comportamentais destas elites vão muito mais além deste período, ajudando a compreender o porquê das diversas tomadas de decisão. Por isso, pretendeu-se com esta análise escrutinar os padrões comportamentais destas elites face à evolução das

condições estruturais em que tinham de operar, quer em termos de políticas adotadas, quer em termos de recrutamento dentro dos círculos de poder, ou seja, os órgãos de topo partidários.

Depois da análise dos três casos, crê-se que duas questões de fundo foram determinantes para a evolução do comportamento das elites, tanto no que diz respeito ao recrutamento, como às características das políticas adotadas. A primeira remete para o tipo de sistema construído no Bloco Socialista, caracterizado por uma economia de planeamento centralizado e por uma dependência da força centrípeta de Moscovo. A segunda diz respeito ao tipo de legitimidade construída por estes partidos, uma legitimidade construída a partir de cima, ou seja, pelas próprias elites, que se baseava em dois grandes baluartes: o primeiro consistia no papel do Partido enquanto portador de uma verdade imutável, sendo o guardião e impulsionador da sociedade; o segundo remetia para o sucesso adquirido na conquista de objetivos económicos que levariam estas sociedades a ultrapassar as economias do Ocidente, permitindo-lhes tornar-se em verdadeiras sociedades comunistas.

Desta forma, no respeitante ao recrutamento e circulação das elites, assistimos a vários fenómenos de relevo.

Em termos de recrutamento para a elite de topo verifica-se uma tendência constante de prevalência de lealdade partidária e pessoal por parte do Primeiro-secretário. Ao contrário do que acabaria por acontecer no órgão executivo do Estado, onde a tendência, a partir de meados dos anos 60, foi de cooptação de tecnocratas, no Politburo e Secretariado a questão fulcral remetia para o recrutamento de elementos que garantissem ao Primeiro-secretário uma maioria de voto nestes órgãos por forma a que as suas decisões prevalecessem. Porém, devido ao facto da nomeação dos líderes partidários estar, na maioria dos casos, sob a aprovação de Moscovo, várias movimentações no recrutamento podem ser observadas, que, por sua vez, condicionam a circulação das elites.

Ao contrário do que se poderia esperar, nos três países (Hungria e Polónia em 1956 e Checoslováquia em 1968), após tentativas de reforma nas elites, a circulação foi travada por parte das intervenções de Moscovo ou mesmo por incapacidade dos líderes de se imporem nos órgãos do Partido. Só a partir da década de 70 verificamos uma maior circulação das elites e abertura à entrada de um número mais elevado de membros menos ortodoxos. Este facto veio a verificar-se principalmente na Hungria e na Polónia,

já que na Checoslováquia a intervenção dos membros do Pacto de Varsóvia tinha sido mais recente. Por isso, neste Estado verifica-se um número menor de indivíduos com uma duração de mandato mais curta após a década de 70, do que no período de 1956 a 1969. Aqui, ao contrário da Hungria e da Polónia, as elites de topo nos anos 70 continuavam a ser dominadas por Moscovo, devido ao designado período de *normalização*.

Mesmo após as alterações de Primeiros-secretários, a circulação da elite era assaz mais limitada do que se poderia esperar. Na Polónia, só Gierek conseguiu, quando eleito, renovar o Politburo, nomeando rapidamente uma maioria de elementos da sua confiança. Na Hungria, a circulação da elite deu-se paulatinamente, já que Kádár permaneceu enquanto Primeiro-secretário por mais de trinta anos. É de notar, aqui, também, que alguns elementos da velha guarda Rákosiana permaneceram no Politburo e Secretariado até à década de 70. De relevo é também a constante permanência de elementos centristas no órgão executivo do Partido, sendo aqueles que tiveram mandatos mais longos durante todo o período estudado.

Quanto à participação das mulheres nos órgãos máximos do partido, verifica-se que na Checoslováquia, onde o regime tinha um cariz mais ortodoxo, havia mais mulheres em cargos de topo do que na Hungria e Polónia. Este facto verifica-se não só no respeitante ao número de elementos do género feminino nestes órgãos, mas também pela maior extensão dos seus mandatos. Enquanto na Polónia as primeiras mulheres com cargos de topo apareceram somente na década de 80 e na Hungria na década de 70, na Checoslováquia a primeira mulher a fazer parte do Presidium iniciou o seu mandato em 1954.

O período onde se verifica uma maior circulação das elites é na segunda metade da década de 80 e este facto está já relacionado com a alteração de regime no final da mesma. Para além disso está também condicionado pelas duas questões de fundo mencionadas anteriormente. A partir dos anos 70, tanto a Polónia como a Hungria entraram numa recessão que evoluiu para uma crise económica grave. Na Checoslováquia, o problema não parecia tão preocupante à primeira vista, mas relatos de que a economia estava a abrandar e de que o país estava a entrar em crise na década de 80 vêm provar o contrário.

A partir daqui, a questão vai relacionar-se também com a alteração de estratégia por parte de Moscovo. A decisão de Gorbachev de não intervenção nos países satélite

para manter os regimes socialistas surgiu como um fator decisivo para que as elites políticas de topo nestes três Estados se sentissem numa posição ameaçada e tentassem sobreviver a uma mudança que era inadiável.

Na Hungria e na Checoslováquia tentou-se uma alteração na composição das elites, que no primeiro Estado resultou numa transição positiva para a democracia, mas no segundo acabou por falhar completamente. Ambas as elites partidárias encontraram uma oposição crescente por parte dos membros do governo, o que acabou por resultar numa oposição Partido-Estado. O que estava em causa para a elite de topo checoslovaca era a não-aceitação de que reformas económicas radicais julgadas necessárias, pois com as mesmas viria a necessidade de reformas no sentido de democratização do sistema. A elite húngara foi, ao longo do período estudado, permissiva a reformas mais liberalizantes e, em 1988, julgou necessária a transformação do sistema a partir de cima por forma a que o Partido sobrevivesse num regime democrático.

O caso polaco evoluiu de forma diferente, mas ao mesmo tempo, semelhante. Isto porque, depois da imposição da lei marcial, a elite de topo viu-se sem legitimidade para efectuar reformas económicas que viessem a causar mais sacrifícios aos cidadãos e, rapidamente, tentou iniciar negociações com a oposição para partilharem a responsabilidade das mesmas. Estas negociações viriam a culminar na decisão de transformar o regime numa democracia musculada, sendo que as leis eleitorais acordadas não previam uma mudança total do tipo de regime nem de quem o iria governar. No entanto também aqui houve uma circulação maior das elites a partir de 1988.

Fundamentalmente, a maior circulação das elites de topo neste período e a percepção por parte das mesmas de que o sistema teria de mudar, deveu-se à incapacidade das elites manterem a sua legitimidade enquanto garante do Estado. Ao falharem naqueles que eram os seus objetivos económicos, não tinham legitimidade para ir contra a doutrina que haviam proclamado durante todo o sistema que obrigava a reformas económicas radicais. Para além disso, esta necessidade mais prática vinha colocar em causa toda a ideologia comunista e o papel do Partido enquanto provedor da segurança e desenvolvimento das sociedades.

Por isso, as elites limitaram-se a tentar sobreviver numa conjuntura que lhes era adversa. Na Polónia e na Hungria isso foi possível com a tentativa de estabelecimento de alianças com a oposição e uma reforma acelerada do regime, respetivamente. Pelo

contrário, na Checoslováquia o sistema colapsou e com ele, anos depois, o próprio Estado. No período de transição democrática este facto revelou-se determinante para a sobrevivência dos partidos comunistas na Hungria e na Polónia, com a vitória nas segundas eleições após a transição. Já na Checoslováquia o Partido Comunista acabou por se deteriorar tão rapidamente como o sistema, não conseguindo uma posição tão forte como nos outros dois Estados na década de 90.

Sobrelevado num ambiente em constante mudança, o edifício comunista ruía nos Estados da Europa Central, num processo virulento que afetaria rapidamente todo o Bloco Soviético. Postos em causa os seus alicerces, coube aos principais atores a tentativa de assegurar que, nos seus escombros, alguma atividade permaneceria.

ANEXOS

Anexo I

Tabela 1. *Composição dos Presidiuns Checoslovacos após Eleições.*

Legenda:

- ✓* Membro antes da data referida.
- ✓ Membro Efetivo.
- ☒ Membro Não-efetivo.
- ✓♦ Membro presente no Comité Executivo após invasão de agosto de 1968.

Nome	Data da Eleição/Congresso												
	15-06-1954	21-06-1958	08-12-1962	04-06-1966	04-04-1968	31-08-1968	17-04-1969	29-05-1971	16-04-1976	10-04-1981	28-03-1986	09-04-1988	24-11-1989
Antonín Novotný	✓*	✓	✓	✓									
Karol Bacilek	✓*	✓	✓										
Alexei Cepika	✓*												
Jaromir Dolanský	✓*	✓	✓	✓									
Zdenek Fierlinger	✓*	✓	✓										
Vaclav Kopecky	✓*	✓											
Vilem Siroký	✓*	✓	✓										
Antonín Zápotoký	✓*												
Ludmila Jankovcova	✓*	✓	✓										
Rudolf Barak	✓*	✓											
Otakar Simunek	✓*	✓	✓	✓									
David Pavol		✓											
Jiri Hendryck		✓	✓	✓									
Jan Hlína		☒											
Rudolf Strechaj		☒											
Bruno Köhler		☒											
Drahomir Kolder		☒	✓	✓	✓								
Josef Lenart			✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Alexander Dubcek			☒ ✓	✓	✓	✓♦	✓						
Antonin Kapek			☒	✓	✓								
Michal Sabolcik			☒	☒			☒						
Martin Vaculic			☒	✓	✓								
Bohuslav Lastovicka			✓	✓									
Michal Chudnik			✓	✓									

Oldrich Cernik				✓	✓	✓♦	✓						
Miroslaw Pastyrick				☒									
Stefan Sádovski				☒		✓♦	✓						
Josef Spacek				✓	✓	✓							
Jan Piller				✓	✓	✓	✓						
Emil Rigo				✓	✓								
Josef Boruvka				✓									
Jozef Smrkowsky				✓	✓	✓♦							
Frantisek Barbirek					✓								
Vasil Bilak					✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Frantisek Kriegel					✓								
Oldrich Svetska					✓		✓						
Bohumil Simon					☒	✓							
Erban Evzen						✓♦	✓						
Jaromir Hetes						✓							
Gustav Husak						✓♦	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Vladimir Kabrna						✓							
Zdenek Mlynar						✓							
Karel Neubert						✓							
Josef Pinkava						✓							
Vaclav Slavik						✓♦	✓	✓					
Ludvig Svoboda						✓♦							
Vaclav Simecek						✓							
Anton Tazky						✓							
Josef Zrak						✓							
Libuse Hrdinova						✓							
Karel Polacek						☒	✓						
Lubomir Strougal						✓♦	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Peter Colotka							✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Josef Kempny							✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Josef Korcak							✓	✓	✓	✓	✓		
Dalibor Hanes							☒						
Alois Indra							☒	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Vaclav Hula							☒	✓	✓	✓			
Miroslaw Hruskovic							✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Karel Hoffmann								✓	✓	✓			

Jan Baryl								<input checked="" type="checkbox"/>	✓				
Milos Jakes									<input checked="" type="checkbox"/>	✓	✓	✓	
Jan Fojtik									<input checked="" type="checkbox"/>	✓	✓		
Josef Haman									<input checked="" type="checkbox"/>	✓	✓		
Vladimir Herman										<input checked="" type="checkbox"/>	✓		
Ignaz Janak											<input checked="" type="checkbox"/>	✓	✓
Frantisek Pitra											<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	✓
Ladislav Adamec										✓		✓	
Miroslav Zavadil												<input checked="" type="checkbox"/>	✓
Ivan Knotek												<input checked="" type="checkbox"/>	✓
Miroslav Stepan												<input checked="" type="checkbox"/>	
Karel Urbanek												<input checked="" type="checkbox"/>	✓
Pavol Hrvnák												<input checked="" type="checkbox"/>	
Josef Cizek													✓
Miroslav Huskava													✓
Miroslava Nemcava													<input checked="" type="checkbox"/>
Ondrej Saling													<input checked="" type="checkbox"/>
Bretislav Benda													✓
Hana Kozesnikova													✓
Antonin Mlady													✓
Vasil Mahorita													✓
Valeria Petrincova													✓
Miroslav Valek													✓
Miroslav Zajic													✓

Tabela 2. *Composição dos Secretariados Checoslovacos após Eleições.*

Legenda:

- ✓* Membro antes da data referida.
- ✓ Membro Efetivo.
- ☒ Membro Não-efetivo.

Nome	Data da Eleição/Congresso											
	21-06-1954	21-06-1958	08-12-1962	04-06-1966	04-04-1968	31-08-1968	17-04-1969	29-05-1971	16-04-1976	10-04-1981	08-04-1988	24-11-1989
Antonín Novotny	✓	✓	✓	✓								
Jiri Hendrych	✓	✓	✓	✓								
Bruno Köhler	✓	✓	✓									
Vratislav Krutina	✓	✓										
Vaclav Pasek	✓											
Oldrich Cernik	✓	✓										
Vladimir Kouchý		✓	✓	✓								
Antonín Krecek		☒	☒									
Lubomir Strougal		☒	✓	✓		✓	✓					
Alexander Dubcek		✓			✓							
Vaclav Slavic		✓	✓		☒							
Drahomir Kolder			✓	✓	✓							
Frantisek Penc			✓			✓	✓					
Cestmir Cisar			✓		✓							
Michal Sabolcik			✓									
Miroslav Patyrik				☒								
Franrtisek Pecha				☒								
Martin Vaculic				☒								

Stefan Sádovský				✓	✓		☒						
Alois Indra					✓		✓	✓					
Josef Lenart					✓		✓			✓			
Evsen Erben					✓								
Oldřich Voleník					✓								
Zdenek Mlynár					☒	✓							
Josef Spacek						✓	✓						
Josef Kempny						✓	✓	✓	✓				
Vasil Bilak						✓	✓		✓	✓	✓		
Jarolim Hettes						✓	✓						
Gustav Husák							✓	✓	✓	✓			
Jan Fojtik							✓	☒	✓	✓	✓		
Miroslaw Moc							✓	☒					
Miroslaw Hruskovik								✓					
Oldřich Svetska								✓	☒				
Frantisek Ondrich								☒	✓				
Vaclav Svoboda								✓					
Jan Baryl								✓	✓				
Josef Havlin								✓	✓	✓			
Cestmir Lovetinsky									☒				
Jindrich Polednik									☒	✓	✓	☒	
Marie Kabrkelova									☒	☒	☒		
Mikolas Beno									✓	✓	✓		
Milos Jakes									✓	✓	✓		
Josef Haman									✓	✓			
Frantisek Pitra										✓	✓		
Sdenek Horeni										☒	☒	✓	

Karel Hoffmann											✓	✓	
Miroslav Zavadil											☒		
Frantisek Harus												✓	✓
Vasil Mahorita												☒	
Miroslav Stepen												☒	
Rudolf Rohlicek												☒	
Josef Mevald												☒	
Miroslav Nemkova												☒	
Ivan Knotek												☒	
Karel Urbanek													✓
Otto Liska													✓
Miroslav Zajic													✓
Ondrej Saling													✓

Tabela 3. *Composição dos Politburos Húngaros após Eleições.*

Legenda:

- ✓* Membro antes da data referida.
- ✓ Membro Efetivo.
- ☒ Membro Não-efetivo.

Nome	Data da Eleição/Congresso											
	21-07-1956	24-10-1956	29-06-1957	05-12-1959	24-11-1962	03-12-1966	20-11-1970	22-03-1975	37-03-1980	28-03-1985	22-05-1988	24-06-1989
Ernö Gerö	✓*	✓										
Antal Apro	✓*	✓	✓	✓	✓	✓	✓					
István Kovács	✓*											
István Hidas	✓*											
István Szabó									✓	✓		
Lajos Ácz	✓*											
Béla Szalai	✓*											
János Kádár	✓*	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓			
György Marosán	✓*	✓	✓	✓								
Joszéf Révai	✓*											
Andras Hegedüs	✓*	✓										
Imre Nagy		✓*										
Károly Kiss		✓*	✓	✓								
Gyula Kállai		✓	✓	✓	✓	✓	✓					
Sándor Gáspár		✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓			
Jozsef Köből		✓										
Zoltán Szántó		✓										

Ferenc Münnich			✓	✓	✓							
Béla Biszku			✓	✓	✓	✓	✓	✓				
Lajos Feher			✓	✓	✓	✓	✓					
Sándor Rónai				✓	✓							
Miklós Somogyi				✓								
Jenő Fock			✓	✓	✓	✓	✓	✓				
Zoltán Komócsin			☒	✓	✓	✓	✓					
Dezső Nemes				✓	✓	✓	✓	✓				
István Szirmai				☒	✓	✓						
Lajos Czinege				✓	✓	✓						
Miklós Ajtai					☒	✓						
János Brutyó					☒							
Lajos Cseterki					☒							
Pál Ilku					☒	✓						
Rezső Nyers						✓	✓				✓	✓
György Aczél							✓	✓	✓	✓		
Valéria Benke							✓	✓	✓			
Karoly Nemeth							✓	✓	✓	✓		
György Lázár								✓	✓	✓		
László Maróthy								✓	✓	✓		
István Huszár								✓				
Miklós Óvári								✓	✓	✓		
Pál Lozonczi								✓	✓	✓		
István Sarlós								✓	✓	✓		
Ferenc Havasi									✓	✓		
Mihály Kórom									✓			

Lajos M��h��s									✓			
Károly Grósz										✓	✓	✓
Csaba Hámori										✓	✓	✓
János Berecz										✓	✓	
Judit Csah��k											✓	✓
Pál Iványi											✓	
János Lukács											✓	✓
Miklós Nemeth											✓	✓
Imre Poszgay											✓	✓
Ilona Tatai											✓	✓
Mihály Jass��											✓	✓
Pál Vastagh												✓
János Barab��s												✓
László Boros												✓
Robert Burgert												✓
József Dubla												✓
Gy��rgy Fejti												✓
László Gyuricza												✓
Lajos Hegend��s												✓
Gyula Horn												✓
Jen�� Kovács												✓
Maria Ormos												✓
László Varga												✓

Tabela 4. *Composição dos Secretariados Húngaros após Eleições.*

Legenda:

- ✓* Membro antes da data referida.
- ✓ Membro Efetivo.«

Nome	Data da Eleição/Congresso												
	21-07-1956	24-10-1956	26-10-1956	29-06-1957	05-12-1959	24-11-1962	03-12-1966	28-11-1970	23-03-1975	27-03-1980	28-03-1985	22-05-1988	24-06-1989
Ernö Gerö	✓*	✓											
Lajos Ácz	✓*												
Béla Veg	✓*												
Béla Szalai	✓*												
Gyulia Egri	✓*												
István Kovács	✓*												
János Kádár	✓*	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓		
Ferenc Donáth		✓	✓										
Gyuça Kállai		✓	✓	✓									
György Marosán				✓	✓								
Karoly Kiss				✓	✓								
Jenö Fock				✓	✓								
Lajos Fehér					✓								
István Szirmai					✓	✓							
Sándor Gáspár					✓								
Dezsö Nemes					✓	✓							
Béla Biszku						✓	✓	✓	✓				
Karoly Nemeth						✓		✓	✓	✓	✓		

Rezső Nyers						✓	✓	✓					
Lajos Csaterki						✓	✓						
Mihály Kórom						✓			✓	✓			
István Szurdi						✓							
Zoltan Komócsin						✓	✓	✓					
Árpád Pullai							✓	✓	✓				
György Áczel							✓	✓					
Miklós Óvári								✓	✓	✓	✓		
Imre Györi								✓	✓				
Andras Gyenes									✓	✓			
Sándor Birbély									✓				
Ferenc Havasi									✓	✓	✓		
Peter Várkonyi										✓			
Mátyás Szürös										✓	✓	✓	
János Berecz											✓	✓	
István Hurvát											✓		
Lenárt Pál											✓	✓	
György Fejti											✓	✓	
György Lázár											✓		
János Lukács											✓	✓	
Miklós Nemeth											✓	✓	
Károly Grósz												✓	✓
Pál Iványi												✓	✓
János Barabás													✓
Jenő Kovács													✓

Tabela 5. *Composição dos Politburos Polacos após Eleições.*

Legenda:

- ✓* Membro antes da data referida.
- ✓ Membro Efetivo.
- ☒ Membro Não-efetivo.

Nome	Data das Eleições/Congressos										
	21-10-1956	19-03-1959	20-06-1964	16-08-1969	20-12-1970	11-12-1971	12-12-1975	15-02-1980	19-07-1981	13-07-1986	29-07-1989
Edward Ochab	✓*	✓	✓								
Alexander Zawadski	✓*	✓									
Józef Cyrankiewicz	✓*	✓	✓	✓	✓						
Hilary Minc											
Zenon Novak											
Jakub Berman											
Roman Zmbrowsky	✓*	✓									
Konstantin Rokossowski											
Franciszek Mazur											
Franciszek Jozwiak											
Satanislaw Radkiewicz											
Wladislaw Dworakowski											
Adam Rapacki	✓*	✓	✓								
Edward Gierek		✓*	✓	✓	✓	✓	✓	✓			
Roman Nowak											
Hilary Chelchowski											
Wladislaw Gomułka	✓*		✓	✓							
Stefan Jedrykowski	✓	✓	✓	✓	✓						
Ignacy Loga-Sowiski	✓	✓	✓	✓	✓						

Jerzy Morawski	✓	✓									
Marian Spsychalski		✓	✓	✓							
Zenon Kilsko		✓	✓	✓							
Ryszard Strzelecki			✓	✓							
Eugeniusz Szyr			✓								
Franticiszek Waniolka			✓								
Mieczysław Jagielski			☒	☒	☒	✓	✓				
Piotr Jaroszewicz			☒	☒	✓	✓	✓	✓			
Bolesław Jaszczuk			☒	✓							
Stanisław Kiciolek				✓	✓						
Władysław Kruczek				✓	✓	✓	✓	✓			
Józef Tejchema				✓	✓	✓	✓				
Jan Szydłak				☒	✓	✓	✓	✓			
Stefan Olszowski					✓	✓	✓	✓	✓		
Edward Babiuch					✓	✓	✓	✓			
Henryk Jablonski					☒	✓	✓	✓			
Wojciech Jaruzelski					☒	✓	✓	✓	✓	✓	
Józef Kepa					☒	✓					
Franciszek Szlachcic						✓					
Kazimierz Barcikowski						☒	✓	✓	✓	✓	
Zdzisław Grudzien						☒	✓	✓			
Stanisław Kania						☒	✓	✓	✓		
Stanisław Kowalczyk						☒	✓	✓			
Tadeusz Wrzaszczyk							☒	✓			
Jerzy Lukaszewicz							☒	✓			
Andrzej Werblan								✓			
Józef Pinkowski								☒			

Tadeusz Pyka								<input checked="" type="checkbox"/>			
Emil Wojtaszek								<input checked="" type="checkbox"/>			
Zdzisław Zandarowski								<input checked="" type="checkbox"/>			
Jerzy Waszczuk								<input checked="" type="checkbox"/>			
Andrzej Zabinski								<input checked="" type="checkbox"/>			
Władysław Kurk								<input checked="" type="checkbox"/>			
Roman Ney								<input checked="" type="checkbox"/>			
Mieczysław Moczar			<input checked="" type="checkbox"/>		✓			✓			
Tadeusz Grabski								✓			
Tadeusz Fiszbach								<input checked="" type="checkbox"/>			
Gerard Gabrys								✓			
Zygmunt Wronski								✓			
Józef Masny								<input checked="" type="checkbox"/>			
Tadeusz Czechowicz									✓		
Józef Czyrek									✓	✓	
Zofia Grzyb									✓		
Hieromin Kubiak									✓		
Jan Labecki									✓		
Zgigniew Messer									✓	✓	
Mirosław Milewski									✓		
Stanisław Opalko									✓		
Tadeusz Porebski									✓	✓	
Jerzy Romanik									✓		
Albin Siwak									✓		
Jan Głowczyk									<input checked="" type="checkbox"/>	✓	
Włodzimierz Mokrzyśczak									<input checked="" type="checkbox"/>	✓	
Florian Siwki									✓	✓	✓

Marian Wozniak									<input checked="" type="checkbox"/>	✓	
Czeslaw Kiszczak									<input checked="" type="checkbox"/>	✓	✓
Stanislaw Kalkus									✓		
Stanislaw Bejger									<input checked="" type="checkbox"/>	✓	
Marian Orzechowski									✓	✓	✓
Józef Baryla										✓	
Zofia Stepien										✓	
Zigmunt Muranski										✓	
Alfred Miodowicz										✓	
Andrzej Wasilewski										✓	
Bugomil Ferensztajk										<input checked="" type="checkbox"/>	
Zbigniew Michalek										<input checked="" type="checkbox"/>	✓
Gabriela Rembisz										<input checked="" type="checkbox"/>	✓
Janusz Kubasiewicz										<input checked="" type="checkbox"/>	✓
Mieczyslaw Rakowski										✓	✓
Manfred Gorywoda										<input checked="" type="checkbox"/>	✓
Stanislaw Ciosek										<input checked="" type="checkbox"/>	
Kazimierz Cypryński										✓	✓
Iwona Lubowska										✓	✓
Wiktor Pyrkos										✓	✓
Zdzislaw Swiatek										✓	✓
Zdzislaw Balicki										✓	✓
Marek Holdakowski										✓	✓
Zbigniew Sobotka										✓	✓
Wladislaw Baka											✓
Leszek Miller											✓
Danusz Reykowski											✓

Tabela 6. *Composição dos Secretariados Polacos após Eleições.*

Legenda:

- ✓* Membro antes da data referida.
- ✓ Membro Efetivo.
- ☒ Membro Não-efetivo.

Nome	Data das Eleições/Congressos											
	21-10-1956	19-03-1959	20-06-1964	16-11-1968	20-12-1970	11-12-1971	12-12-1975	15-02-1980	19-07-1981	07-03-1986	01-12-1988	07-29-1989
Wladyslaw Gomulka	✓	✓	✓	✓								
Edward Ochab	✓*	✓										
Jerzy Albrecht	✓	✓										
Edward Gierek	✓	✓										
Witold Jarosinski	✓	✓	✓									
Wladislaw Matwin	✓*	✓										
Roman Zambrowski	✓*	✓										
Zenon Klisko	✓	✓	✓	✓								
Jerzy Morawski	✓	✓	✓	✓								
Ryszard Strezelecki		✓	✓	✓								
Artur Stanewicz		✓	✓	✓	✓							
Wladislaw Wicha			✓									
Boleslaw Jaszczuk			✓	✓								
Mieczyslaw Moczar				✓	✓	✓						
Josef Tejchma				✓	✓	✓	✓					
Jan Szydlak				✓	✓	✓	✓					
Stefan Olsowski				✓	✓		✓		✓			
Kazimierz Barcikowski					✓	✓		✓	✓			

Stanislaw Rociolek					✓							
Stanislaw Kania					✓	✓	✓	✓	✓			
Wdward Babiuch						✓	✓					
Stanislaw Kowalczyk						✓						
Jerzy Lukasiewicz						✓	✓	✓				
Franciszek Szlachic						✓						
Ryszard Frelek						✓	✓	✓				
Andrej Werblan						✓	✓	✓				
Zdzislaw Zandarowski						✓	✓	✓				
Jozef Pinkowski						✓	✓	✓				
Wincenty Krasko						✓	✓					
Zdzislaw Korowski							✓	✓				
Aloizy Karkoska							✓	✓				
Zbignew Zielinski							✓	✓				
Jerzy Waszczuk								✓				
Andrej Zabinski								✓				
Emil Wojtaszek								✓				
Jerzy Wojtecki								✓				
Tadeus Grabski								☒				
Stanislaw Gabrielski								✓				
Roman Ney								✓				
Kazimierz Cypryniak								✓		✓		
Jozef Czyrek									✓	✓		
Zbignew Michelek									✓	✓		✓
Miroslaw Milewski									✓	✓		
Marian Wozniak									✓	✓		
Wlodzimierz Mokrzyszczak									✓	✓		

Marian Orzechowski									✓	✓	✓	
Manfred Gorywoda									✓			
Waldemar Swirgon									✓			
Tadeusz Porebski									✓	✓		
Henryk Bednarski									✓	✓		
Jozef Baryła									✓	✓		
Jan Gowczyk									✓	✓		
Wojciech Jaruzelski										✓		
Andrej Wasilewski										✓		
Stanislaw Ciosek										✓	✓	
Mieczyslaw Rakowsky											✓	✓
Wladislaw Baka											✓	
Boguslaw Kolodziejczek											✓	
Zigmunt Czarzasty											✓	
Laszek Miller											✓	✓
Marian Stepein											✓	✓
Marek Kroll												✓
Wlodzimierz Natorf												✓
Marcin Swiecicki												✓
Slawomir Wiatr												✓

Anexo II

Tabela 1. Duração de Mandatos – Membros Presidium.

Checoslováquia												
	< 1 ano		1-5 anos		5-10 anos		10-20 anos		> 20 anos		Total	
Período	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1956 - 1969	16	27,12%	17	28,81%	6	10,17%	17	28,81%	3	5,08%	59	100%
1970 - 1989	11	45,83%	9	37,50%	2	8%	2	8%	0	0%	24	100%
1956 - 1989	27	32,53%	26	31,33%	8	9,64%	19	22,89%	3	3,61%	83	100%

Tabela 2. Duração de Mandatos – Membros Politburo.

Hungria												
	< 1 ano		1-5 anos		5-10 anos		10-20 anos		> 20 anos		Total	
Período	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1956 - 1969	6	17%	4	11%	13	36,11%	10	27,78%	3	8,33%	35	100%
1970 - 1989	14	41%	9	26%	3	9%	8	24%	0	0%	34	100%
1956 - 1989	20	28,57%	13	18,57%	16	22,86%	18	25,71%	3	4,29%	69	100%

Tabela 3. Duração de Mandatos – Membros Politburo.

Polónia												
	< 1 ano		1-5 anos		5-10 anos		10-20 anos		> 20 anos		Total	
Período	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1956 - 1969	1	3,57%	9	32,14%	3	10,71%	13	46,43%	2	7,14%	28	100%
1970 - 1989	14	20,59%	35	51,47%	16	23,53%	3	4,41%	0	0%	68	100%
1956 - 1989	15	15,63%	44	45,83%	19	19,79%	16	16,67%	2	2,08%	96	100%

BIBLIOGRAFIA

Arquivos

Open Society Archives - <http://osaarchivum.org>

Arquivo da Biblioteka Narodowa, Varsóvia, Polónia.

Fontes Primárias

Bekes, C. Byrne, M. e Rainer, J., eds. (2003). *The 1956 Hungarian Revolution: A History in Documents*. Budapeste: Central European University Press.

Toranska, T., (1987). *Oni: Stalin's Polish Puppets*. Londres: Collins Harvill.

Fontes Secundárias

Enciclopédias e Manuais

Attar, F., (2009). *Dictionnaire dès Relations Internationales – De 1945 à nos Jours*. Paris: Éditions du Seuil.

Bealey, F., (2003). *Diccionario de Ciência Política*. Madrid: ISTMO.

Cravinho, J. G., (2006). *Visões do Mundo: As Relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

Delsol, C. e Masłowski, M. (dir.), (1998). *Histoire des Idées Politiques de l'Europe Centrale*. Paris: Presses Universitaires de France.

Dougherty, J. E. e Pfaltzgraff Jr., R. L. (2003). *Relações Internacionais: As Teorias em Confronto*. Lisboa: Gradiva.

Gooding, R. E. e Dieter-Klingerman, H. (eds.), (1996). *The New Handbook of Political Science*. Cambridge: Cambridge University Press.

Ory, P. (dir.), (1992). *Nueva Historia de las Ideas Politicas*. Madrid: Biblioteca Mondadori.

Pasquino, G., (2002). *Curso de Ciência Política*. Cascais: Principia.

Obras

Adam, J., (1995). *Why did the Socialist System Collapse in Central and East European Countries?*. Nova Iorque: St. Martin's Press.

Almond, G. A. e Verba, S., (1963). *The Civic Culture*. Princeton: Princeton University Press.

Ash, T. G., (2002). *Solidarity: The Polish Revolution*. New Haven e Londres: Yale University Press.

Avtorkhanov, A. (1967). *The Communist Party Aparatus*. Cleaveland: Wored Publishing.

Beauvois, D. (2010). *La Pologne: Des Origines à nos Jours*. Lille: Éditions du Seuil.

Bethel, N. (1972). *Gomułka: His Poland, His Communism*. Middlesex: Pelican Books.

Brabant, J., (1987). *Regional Price Formation in Eastern Europe: Theory and Practice of Trade Pricing*. Boston: Kluwer Academic Publishers.

Bromke, A. e Strong, J. W. (eds.), (1973). *Gierek's Poland*. Nova Iorque, Washington e Londres: Preger Publishers.

Brown, A., (2010). *The Rise and Fall of Communism*. Londres: Vintage Books.

Cartledge, B., (2008). *The Will to Survive – A History of Hungary*. Londres: Hurst & Company.

Colomer, J. P., (2000). *Strategic Transitions – Game Theory and Democratization*. Baltimore e Londres: Johns Hopkins University Press.

Davies, N., (2005). *God's Playground; A History of Poland, Volume II 1795 to the Present*. Oxford: Oxford University Press.

Davies, N., (2001). *Heart of Europe. The Past in Poland's Present*. Oxford e Nova Iorque: Oxford University Press.

Dawisha, K., (1990). *Eastern Europe, Gorbachev and Reform – The Great Challenge*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Di Palma, G., (1990). *To Craft Democracies: An Essay on Democratic Transitions*. Berkley: University of California Press.
- Djilas, M., (1962). *Conversations avec Staline*. Paris: Gallimard.
- Djilas, M., (1957). *La Nouvelle Classe*. Paris: Plon.
- Dogan, M. e Higley, J., (1998). *Elites, Crisis and the Origins of Regimes*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, Inc.
- Dub ek, A., (1970). *Du Printemps à l'Hiver de Preague*. Paris: Fayard.
- Eyal, G., (2003). *The Origins of Postcommunist Elites: Fro Prague Spring to the Break Up of Czechoslovakia*. Minneapolis e Londres: University of Minnesota Press.
- Farrel, R. B. (ed.), (1970). *Political Leadership in Eastern Europe and the Soviet Union*. Londres: Butterworths.
- Fontaine, A., (2004). *La Guerre Froide (1917-1991)*. Paris: Éditions de la Martinière.
- Gough, R., (2006). *A Good Comrade – János Kádár, Communism and Hungary*. Londres e Nova Iorque: I. B. Tauris.
- Grzymała-Busse, A. M., (2002). *Redeeming the Communist Past: The Regeneration of Communist Parties in East Central Europe*. Cambridge: Cambridge University Press
- Hayden, J. (2006). *The Collapse of Communist Power in Poland – Strategic Misperceptions and Unanticipated Outcomes*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Heimann, M., (2011), *Czechoslovakia: The State that Failed*. New Haven e Londres: Yale University Press.
- Higley, J., e Lengyel, G., eds., (2000). *Elites after State Socialism – Theories and Analysis*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, Inc.
- Higley, J. Pakulski, J. e Wesołowski, W., eds., (1998). *Postcommunist Elites and Democracy in Eastern Europe*. Londres: Macmillan.
- Holmes, L., (1990). *Politics in the Communist World*. Oxford: Clarendon Press.
- Holzman, F. D., (1987). *The Economics of Soviet Bloc Trade and Finance*. Boulder: Westview Press.

- Huntington, S. P., (1971). *Political Order in Changing Societies*. New Haven: Yale University Press.
- Huntington, S. P., (1991). *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*. Normand e Londres: The University of Oklahoma Press.
- Kaminsky, A., (1992). *An Institutional Theory of Communist Regimes: Design, Function, and Breakdown*. São Francisco: ICS.
- Kaplan, K., (1987). *The Communist Party in Power: A Profile of Party Politics in Czechoslovakia*. Boulder e Londres: Westview Press.
- Kaminski, A., (1992). *An Institutional Theory of Communist Regimes: Design, Functions and Breakdown*. San Francisco: ICS Press.
- Kemp-Welch, A., (2008). *Poland Under Communism: A Cold War History*. Nova Iorque: Cambridge University Press.
- Kennedy, M. D., (1991). *Professionals, Powers and Solidarity in Poland – A Critical Sociology of the Soviet-type Society*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Lavigne, M., (1991). *International Political Economy and Socialism*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Lewis, P. G., (1994). *Central Europe Since 1945*. Londres e Nova Iorque: Longman Publishing.
- Linz, J. (1978). *The Breakdown of Democratic Regimes: Crisis, Breakdown and Reequilibration*. Baltimore: John Hopkins University Press.
- Linz, J. e Stepan, A., (1996). *Problems of Democratic Transition and Consolidation: Southern Europe, South America, and Post-Communist Europe*. Baltimore: John Hopkins University Press.
- Lipset, S. M., (1959). *Political Man*. Londres: Heineman.
- MacShane, D., (1981). *Solidarity: Poland's Independent Trade Union*. Nottingham: Russel Press.
- Marx, K., (2011), *The Eighteen Brumaire of Louis Bonaparte*. Nova Iorque: International Publishers.

- McCauley, M. e Carter, S. (eds.), (1986). *Leadership Succession in the Soviet Union, Eastern Europe and China*. Londres: MacMillan.
- Medvedev, R. A. e Medvedev, Z. A., (1976). *Khrushchev – The Years of Power*. Oxford: Oxford University Press.
- Miller, R. F., (1989). *Poland in the Eighties: Social Revolution against ‘Real Socialism’*. Camberra: Australian National University.
- Mills, C.W., (1956). *The Power Elite*. Oxford: Oxford University Press.
- Mlyna , Z., (1978). *Night Frost in Prague: The End of Humane Socialism*. London: C. Hurst.
- O’Donnel, G. e Schmitter, P., (1986). *Transitions From Authoritarian Rule: Tentative Conclusions about Uncertain Democracies*. Baltimore e Londres: The John Hopkins University Press.
- Przeworski, A., (1991). *Democracy and the Market*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Putnam, R. D., (1976). *The Comparative Study of Political Elites*. Englewood: Prentice – Hall.
- Rothschild, J. e Wingfield, N. M., (2000). *Return to Diversity: a Political History of East Cental Europe since World War II*. Oxford: Oxford University Press.
- Rupnik, J., (1981). *Histoire du Parti Communiste Tchecoslovaque*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.
- Rupnik, J., (1993). *L’autre Europe, Crise et Fin du Communisme*. Paris: Odile Jacob / Points Seuil.
- Rupnik, J. (dir.), (1999). *Le Printemps Tchecoslovaque, 1968*. Bruxelles: Complexe.
- Rupnik, J., (1984). *Totalitarismes*. Paris: Economica.
- Saxonberg, S., (2001). *The Fall: A Comparative Study of the End of Communism in Czechoslovakia, East Germany, Hungary and Poland*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Service, R., (2010). *Stalin: A Biography*. Londres: Pan Macmillan.

- Schapiro, L., (1972). *Totalitarianism*. Londres: Macmillan.
- Shawcross, W., (1990). *Dub ek, un Homme pour toutes les Saisons*. Paris: Stock.
- Swain, N., (1992). *Hungary: The Rise and Fall of Feasible Socialism*. Nova Iorque e Londres: Verso.
- Szulc, T., (1971). *Czechoslovakia since World War II*. Nova Iorque: The Viking Press.
- Taborski, E., (1961). *Communism in Czechoslovakia 1948-1960*. Princeton: Princeton University Press.
- T kés, R. L., (1996). *Hungary's Negotiated Revolution – Economic Reform, Social Change and Political Succession*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Volgyes, I., (1978). *Politics of Eastern Europe*. Chicago: Dorsey Press.
- Waller, M., (1981). *Democratic Centralism: An Historical Commentary*. Manchester: Manchester University Press.
- Weber, M., (1978). *Economy and Society – vol. I*. Berkley e Los Angeles: California University Press.
- Weber, W., (1987). *Solidarity in Poland 1980-1981 and the Perspective of Political Revolution*. Detroit: Labor Publications.
- White, S. et al., (1990). *Communist and Postcommunist Political Systems: An Introduction*. Londres: Macmillan.
- Williams, K., (1997). *The Prague Spring and its Aftermath: Czechoslovak Politics 1968-1970*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Wozniuk, V. (1987). *From Crisis to Crisis: Soviet-Polish Relations in the 1970s*. Ames: Iowa State University Press.

Capítulos de Livros

- Bromke, A., (1973). Polish Foreign Policy in the 1970's. in A. Bromke, e J. W. Strong, (eds.). *Gierek's Poland*. Nova Iorque, Washington e Londres: Preger Publishers, pp.192-204.

Chrypi ski, V. T., (1973). Political Changes under Gierek. in A. Bromke, e J. W. Strong, (eds.). *Gierek's Poland*. Nova Iorque, Washington e Londres: Preger Publishers, pp.36-51.

Fallenbuchl, Z. M., (1973). The Strategy of Development and Gierek's Economical Manoeuvre. in A. Bromke, e J. W. Strong, (eds.). *Gierek's Poland*. Nova Iorque, Washington e Londres: Preger Publishers, pp.52-70.

Higley, J., (2007). Democracy and Elites. in F. Engelstad e T. Gulbrandsen, eds. *Comparative Social Research*. Vol. 23. Oxford: Elsevier, pp. 249-263.

Higley, J. e Dogan, M., (1998). Elites, Crises, and Regimes in Comparative Analysis. In J. Higley e M. Dogan, eds. *Elites Crises, and the Origins of Regimes*. Oxford: Rowman & Littlefield, pp. 3-27.

Higley, J. e Lengyel, G., (2000). Introduction: Elite Configurations After State Socialism. In J. Higley e G. Lengyel, eds. *Elites after State Socialism – Theories and Analysis*. Nova Iorque: Rowman & Littlefield, pp. 1-21.

Higley, J. Pakulski, J. e Wesołowski, W., (1998). Introduction: Elite Change and Democratic Regimes in Eastern Europe. In J. Higley, J. Pakulski e W. Wesołowski, eds. *Postcommunist Elites and Democracy in Eastern Europe*. Nova Iorque: Macmillan Press, pp. 1-33.

Litván, G., (1998). Idées et Tendances da la révolution hongroise de 1956. in C. Delsol e M. Masłowski, (dir.). *Histoire des Idées Politiques de l'Europe Centrale*. Paris: Presses Universitaires de France, pp. 511 – 521.

Machonin P. e Tucek, M., (2000). Czech Republic: New Elites and Social Change. In J. Higley e G. Lengyel, eds. *Elites after State Socialism – Theories and Analysis*. Nova Iorque: Rowman & Littlefield, pp. 25-45.

Masłowski, M., (1998). Conclusion. in C. Delsol e M. Masłowski, (dir.). *Histoire des Idées Politiques de l'Europe Centrale*. Paris: Presses Universitaires de France, pp. 589 – 594.

Pełczy ki, Z. A., (1973). The Downfall of Gomułka. in A. Bromke, e J. W. Strong, (eds.). *Gierek's Poland*. Nova Iorque, Washington e Londres: Preger Publishers, pp.1-23.

Rakowski, M. F., (1973). December 1970: The Turning Point. in A. Bromke, e J. W. Strong, (eds.). *Gierek's Poland*. Nova Iorque, Washington e Londres: Preger Publishers, pp. 24 - 35.

Sanford, G., (1986). Poland. in M., McCauley, S. Carter. (eds.). *Leadership Succession in the Soviet Union, Eastern Europe and China*. Londres: MacMillan, pp.40-63.

Schöpflin, G., (1986). Hungary. in M., McCauley, S. Carter. (eds.). *Leadership Succession in the Soviet Union, Eastern Europe and China*. Londres: MacMillan, pp. 99 - 113.

Sołtyk, R., (1998). Visions de l'Europe du Centre-Est dans a Revue *Kultura* de Paris: Jerzy Giedroyc et Juliuz Mieroszewski. in C. Delsol e M. Masłowski, (dir.). *Histoire des Idées Politiques de l'Europe Centrale*. Paris: Presses Universitaires de France, pp. 538 – 550.

Szávai, J., (1998). Le retour à la Démocratie en Hongrie (1989 – 1994). in C. Delsol e M. Masłowski, (dir.). *Histoire des Idées Politiques de l'Europe Centrale*. Paris: Presses Universitaires de France, pp. 551 – 562.

Tischner, J., (1998). Le Communisme et ses Opposants en Pologne. in C. Delsol e M. Masłowski, (dir.). *Histoire des Idées Politiques de l'Europe Centrale*. Paris: Presses Universitaires de France, pp. 522 – 537.

Wasilewski, J., (1998a). Hungary, Poland and Russia: The Fate of Nomenklatura Elites. In J. Higley e M. Dogan, eds. *Elites Crises, and the Origins of Regimes*. Oxford: Rowman & Littlefield, pp. 147-166.

Wasilewski, J., (1998b). Elite Circulation and Consolidation of Democracy in Poland. In J. Higley, J. Pakulski e W. Wesołowski, eds. *Postcommunist Elites and Democracy in Eastern Europe*. Nova Iorque: Macmillan Press, pp. 163-187.

Wightman, G., (1986). Czechoslovakia. in M., McCauley, S. Carter. (eds.). *Leadership Succession in the Soviet Union, Eastern Europe and China*. Londres: MacMillan, pp.81-98.

Artigos Científicos

- Adam, F. e Tomši , M., (2002). Elite (Re)configuration and Politico-Economic Performance in Post-Socialist Countries. *Europe-Asia Studies*, [revista online] 54 (3), Disponível a partir de: Jstor [Acedido a 1 de Abril 2011].
- Barnabas, R., (1970). Political Changes in Hungary after the Soviet Invasion of Czechoslovakia. *Slavic Review*, [revista online] 29 (4), Disponível a partir de: Jstor [Acedido a 2 de Fevereiro 2012].
- Brzezinski, Z., (1992). The Cold War and its Aftermath. *Foreign Affairs*, [revista online] 71 (4), Disponível a partir de: Jstor [Acedido a 2 de Fevereiro 2012].
- Bunce, V. e Roeder, P. G., (1986) The Effects of Leadership Sucession in the Soviet Union. *The American Political Science Review*, [revista online] 80 (1), Disponível a partir de: Jstor [Acedido a 2 de Fevereiro 2012].
- Comisso, E. e Marer, P., (1986) The Economics and Politics of Reform in Hungary. *International Organization*, [revista online] 40 (2), Disponível a partir de: Jstor [Acedido a 2 de Fevereiro 2012].
- Di Palma, G., (1991). Legitimation from the Top to Civil Soceity. *World Politics*, vol. 3. Pp. 49-79.
- Fukai, S. e Fukui, H. (1992). Elites Recruitment and Political Leadership. *PS: Political Science and Politics*, [online] 25 (1), Disponível a partir de: J-Stor [Acedido a 22 de Novembro de 2011].
- Gebethner, S., (1992). Cadre Bureaucracy and Intelligentsia. *The Journal of Communist Studies*, vol. 3. Pp. 76-90.
- Granville, J., (1998). Hungary, 1956: The Yugoslav Connection. *Europe-Asia Studies*, [revista online] 50 (3), Disponível a partir de: Jstor [Acedido a 2 de Fevereiro 2011].
- Hare, P. G., (1983). The Beginnings of Institutional Reform in Hungary. *Soviet Studies*, [revista online] 35 (3), Disponível a partir de: Jstor [Acedido a 10 de Novembro 2011].
- Higley, J. e Burton, M., (1987). Elite Settlements. *American Sociological Review*, [revista online] 52 (Junho 1987), Disponível a partir de: Jstor [Acedido a 1 de Abril 2011].

- Lane, D., (2011). Elites and Identities in the Post-Soviet Space. *Europe-Asia Studies*. [revista online] Special Issue de Dezembro, Disponível a partir de: Jstor [Acedido a 2 de Fevereiro de 2012].
- Kadarkay, A. A., (1973). An Experiment in Communism. *The Western Political Quarterly*, [revista online] 25 (2), Disponível a partir de: Jstor [Acedido a 10 de Novembro 2011].
- Kosta, J., (1990). Systemwandel in der Tschechoslowakei: Ökonomische und politische Aspekte. *Osteuropa*, vol. 9. pp. 802-818.
- Kramer, M., (1998) The Soviet Union and the 1956 Crisis in Hungary and Poland: Reassessments and New Findings. *Journal of Contemporary History*, [revista online] 33 (4), Disponível a partir de: Jstor [Acedido a 2 de Fevereiro 2012].
- Lavigne. M., (1983). The Soviet Union inside the Comecon. *Soviet Studies*, [revista online] 35 (2), Disponível a partir de: Jstor [Acedido a 10 de Novembro 2011].
- McCauley, B., (1981). Hungary and Suez, 1956: The Limits of Soviet and American Power. *Journal of Contemporary History*, [revista online] 16 (4), Disponível a partir de: Jstor [Acedido a 2 de Fevereiro 2012].
- McDonald, J. (1993). Transition to Utopia: A Reinterpretation of Economics, Ideas, and Politics in Hungary, 1984 to 1990. *Eastern European Politics and Societies*. vol. 2. Pp. 203-239.
- O'Neil, P., (1996). Revolution form within: Institutional Analysis, Transitions from Authoritarianism, and the Case of Hungary. *World Politics*, [revista online] 48 (4), Disponível a partir de: Jstor [Acedido a 13 de Maio 2011].
- Persak, K., (2006). The Polish-Soviet Confrontation in 1956 and the Attempted Soviet Military Intervention in Poland. *Europe-Asia Studies*, [revista online] 58 (8), Disponível a partir de: Jstor [Acedido a 10 de Novembro 2011].
- Szelényi, S. e Szelényi, I., (1995). Circulation or Reproduction of Elites during the Postcommunist Transformation in Eastern Europe: Introduction. *Theory and Society*, [revista online] 24 (5), Disponível a partir de: Jstor [Acedido a 13 de Maio 2011].

Taborski, E., (1957) Czechoslovakia in the Khrushchev-Bulganin Era. *American Slavic and Eastern European Review*, [revista online] 16 (1), Disponível a partir de: Jstor [Acedido a 10 de Novembro 2011].

Taborski, E., (1958) Political Developments in Czechoslovakia since 1953. *The Journal of Politics*, [revista online] 20 (1), Disponível a partir de: Jstor [Acedido a 10 de Novembro 2011].

Toma, P. A., (1961) Revival of a Communist Party in Hungary. *The Western Political Quarterly*, [revista online] 14 (1), Disponível a partir de: Jstor [Acedido a 10 de Novembro 2011].

Wasilewski J. e Wnuk-Lipi ski, E., (1995).Poland: Winding Road from the Communist to the post-Solidarity Elite. *Theory and Society*, [revista online] 24 (5), Disponível a partir de: Jstor [Acedido a 1 de Abril 2011].

Fontes Electrónicas

<http://osaarchivum.org>

<http://www.elisanet.fi/daglarsson/dokumentit/czeburo.htm>

<http://www.elisanet.fi/daglarsson/dokumentit/hunburo.htm>

<http://www.elisanet.fi/daglarsson/dokumentit/polburo.htm>